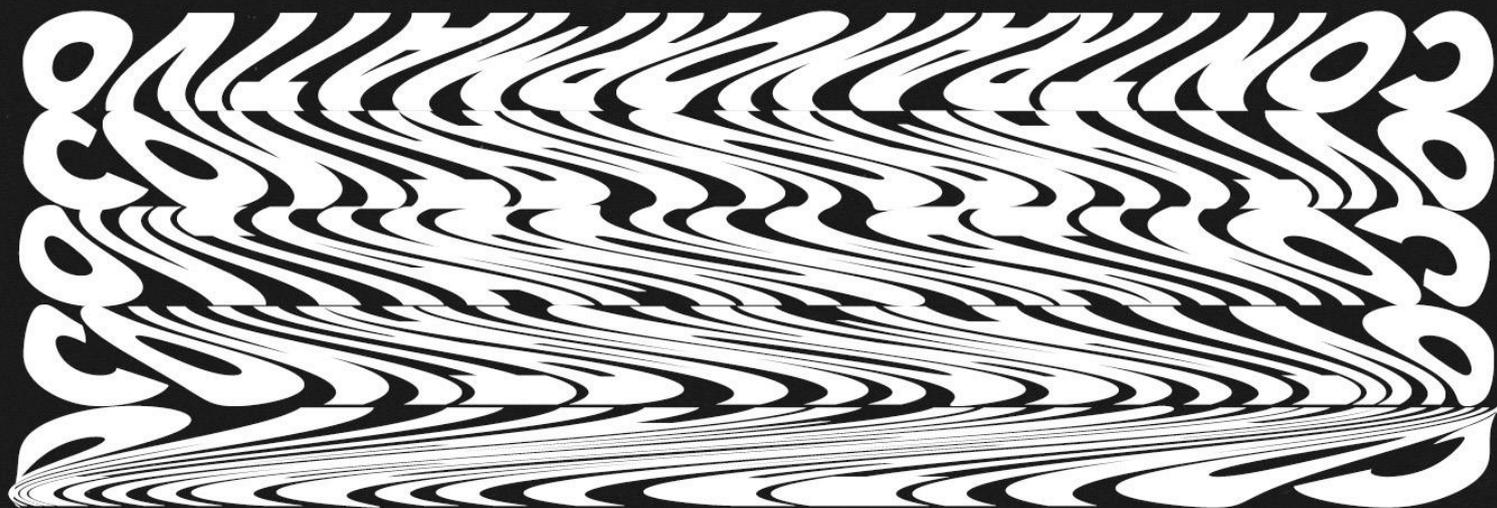


CONTRANORMATIVO



MULTIDÕES EM ALIANÇA: SUBJETIVIDADES DIVERGENTES

ORGANIZAÇÃO

CAROLINA MOURA KLAUTAU, CYNDEL NUNES AUGUSTO, FERNANDA SALGUEIRO,
JOÃO BERNARDO CALDEIRA, JÚLIO CÉSAR SUZUKI, MATHEUS CAMPANELLO,
NEWTON BRANDA, RENATA BIAGIONI WROBLESKI E TESSA MOURA LACERDA



CONTRANORMATIVO
MULTIDÕES EM ALIANÇA: SUBJETIVIDADES
DIVERGENTES

Carolina Klautau
Cyndel Nunes Augusto
Fernanda Salgueiro
João Bernardo Caldeira
Júlio César Suzuki
Matheus Campanello
Newton Branda
Renata Wroblewski
Tessa Moura Lacerda
(ORGANIZAÇÃO)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Vice-presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

COMITÊ CIENTÍFICO

Adriana de Faria Gehres | Alessandra Fernandes Montagner | Ana Lorena dos Santos Santana | Andrea Rosendo da Silva | Antón Castro Míguez | Beatriz Laporta | Bernardo Machado | Beethoven Hortencio Rodrigues da Costa | Caio Riscado | Carla Rodrigues | Carmen Cinyra Gadelha Pereira | Carolina Moura Klautau de Araújo Figueiredo | Caroline Passarini Sousa | Cibele Mariano Vaz de Macêdo | Ciro Martins Pires de Oliveira | Cyndel Nunes Augusto | Dieison Marconi Pereira | Diógenes Domingos Faustino | Emerson Silvestre Lima da Silva | Ferdinando Crepalde Martins | Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro | Fernando Silva Teixeira Filho | Flávia Roberta Benevenuto de Souza | Gean Oliveira Gonçalves | Janayna de Alencar Lui | Jaqueline Gomes de Jesus | João Bernardo Fernandes Caldeira | Karina Quintanilha Ferreira | Larissa Pinto Martins | Leda Maria Codeço Barone | Lidiane Nunes de Castro | Lígia Losada Tourinho | Luana Alves dos Santos | Maria Fernanda Ceccon Vomero | Mariana Martins de Andrade | Michele Costa | Nara Lya Cabral Scabin | Newton de Andrade Branda Junior | Raylene Barbosa Moreira | Richard Fernandes de Oliveira | Rita de Cássia Bovo de Loiola | Wesclei Ribeiro da Cunha

CAPA

Matheus Campanello

REVISÃO

Newton de Andrade Branda Junior

MULTIDÕES EM ALIANÇA: SUBJETIVIDADES DIVERGENTES

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição - CRB - 8/6409

C764 Contranormativo [recurso eletrônico]. multidões em aliança: subjetividades divergentes./ Organizadores: Carolina Klautau ... [et al.]. -- São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022.
2.211 Kb ; PDF.

Diversos autores.

ISBN: 978-85-7506-430-6
DOI: 10.11606/9788575064306

1. Contranormativo. 2. Subjetividade. 3. Arte. 4. Pesquisa. I. Klautau, Carolina. II. Grupo de Estudos DiverGente.

CDD 701.17



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 7

Carolina Klautau, Cyndel Augusto, Fernanda Salgueiro, João Bernardo Caldeira, Matheus Campanello, Newton Branda e Renata Wrobleski

PREFÁCIO

FEMINISMOS NA SALA DE AULA: TEORIA E PRÁTICA.. 10

Tessa Moura Lacerda

RAÇA, GÊNERO E TRABALHO: NOTAS SOBRE A TRIÁDE FETICHISTA DA MODERNIDADE..... 18

Agnes de Oliveira Costa

O CORPO TRAVESTI NO ESPAÇO ESCOLAR, REFLEXÕES A PARTIR DA PERSONAGEM NATASHA NA SÉRIE *SEGUNDA CHAMADA* 39

Anderson Luiz Melo

SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS E SUA RELAÇÃO COM OS SERVIÇOS: PERFIL DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA 56

Carolina de Souza e Manoel Antônio dos Santos

QUANTAS VEZES FUI INTERROMPIDA..... 79

Diane Boda

SADE QUEER? APROXIMAÇÕES ENTRE O PENSAMENTO DO MARQUÊS DE SADE E A TEORIA QUEER..... 94

Guilherme Grané Diniz

PERSPECTIVAS SOBRE GÊNERO POR MEIO DE ANTAGONISMOS: CAMILLE PAGLIA E PAUL PRECIADO113

Ju Spohr Reinhardt

LACUNAS NÃO-BINÁRIAS EM ESPAÇOS FEMINISTAS.131

Kael Vitorelo

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS FISSURAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO TRANSEXUAL146

Leticia Carolina Boffi e Manoel Antônio dos Santos

POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS VOLTADAS À POPULAÇÃO LGBTQIA+ E A INCLUSÃO DAS PESSOAS TRANS NA REDE DE ATENÇÃO EM SAÚDE167

Leticia Carolina Boffi, Carolina de Souza Manoel Antônio dos Santos

FEMINISMOS MIDIÁTICOS COMO TECNOLOGIAS DE GÊNERO: NOVAS SUBJETIVIDADES FEMINISTAS CONTEMPORÂNEAS188

Natalia Engler

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS205

SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS207

INTRODUÇÃO

Carolina Klautau

Cyndel Augusto

Fernanda Salgueiro

João Bernardo Caldeira

Matheus Campanello

Newton Branda

Renata Wroblewski

Os textos aqui publicados são resultado da iniciativa do Grupo de Estudos DiverGente, coordenado pela Prof^ª. Dra. Tessa Moura Lacerda, do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, e composto por pesquisadores/as de diversos departamentos de graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo. Alguns dos membros deste grupo foram os responsáveis pela organização dos três coletâneas desta coleção "Estudos Contranormativos": Carolina Klautau, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Cyndel Nunes Augusto, mestra em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), Fernanda Salgueiro, doutoranda em Filosofia da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), João Bernardo Caldeira, doutorando em Artes Cênicas pela Universidade de São Paulo (PPGAC-ECA-USP), Matheus Campanello, graduando em Filosofia da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Newton Branda, doutorando do Programa de Filosofia da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e Renata Wroblewski, doutoranda do Programa de Filosofia da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

O processo de chamada em edital, parecer, revisão, diagramação e publicação dos textos se deu de maneira colaborativa e horizontal entre as pessoas organizadoras em intensas reuniões e trocas de informações a distância, devido à pandemia da COVID-19, no período de oito meses. Iniciamos as chamadas dos ensaios em agosto de 2021 e, logo, começamos a convidar pareceristas especialistas nos temas abordados por cada pessoa autora, sendo, a princípio, uma dupla de pareceristas para cada obra. A receptividade de nossos/as colegas pesquisadores/as, tanto da USP quanto de outras universidades, para analisar os textos e realizar a entrega dos

pareceres no prazo foi excelente e deixamos aqui registrada nossa profunda gratidão pela atenção cuidadosa e rigorosa de cada uma das pessoas pareceristas, partes fundamentais desta obra. Em cada ficha de análise recebida, percebemos a real vontade de contribuir com as pesquisas apresentadas e a legítima disposição para fazer presentes na Academia os temas contranormativos trazidos em cada texto.

Queremos agradecer também a especial contribuição do Prof. Dr. Júlio César Suzuki, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (FFLCH/PROLAM/USP), para entendermos os processos de publicação desta obra e por sua calorosa acolhida ao nosso projeto. Igualmente, a toda a equipe do PROLAM que, com muita atenção aos detalhes, nos ajudaram a lançar este e-book.

Por último e, por isso mesmo, o mais importante, não podemos deixar de exaltar e agradecer a inspiração e os aprendizados que a professora Tessa Moura Lacerda nos proporcionou a partir dos conteúdos e dinâmicas dialógicas de sua disciplina “Filosofia Geral (Sobre Feminismos)”, no segundo semestre de 2020, que nos transformou e motivou a tal ponto que, pela voracidade da continuidade das discussões sobre os questionamentos trazidos em aula, formamos o Grupo de Estudos DiverGente, que ora tangibiliza parte dos debates e dos conhecimentos desenvolvidos nos três coletâneas iniciais da série “Estudos Contranormativos”.

Aliás, agrupar em três diferentes coletâneas textos tão fluidos e interdisciplinares de pessoas autoras responsáveis por uma produção acadêmica de extrema qualidade que, muitas vezes, pela originalidade, riqueza e multiplicidade de possibilidades de leitura, beiram (ou, por que não?, mergulham) na categoria de obra artística, foi um dos maiores desafios que enfrentamos neste caminho. Como reunir sob um mesmo título trabalhos que conseguem simultaneamente interseccionar, ou melhor ainda, sistemicamente, sem fracionar ou reforçar fronteiras (estas sempre artificiais e, na maior parte do tempo, a serviço das opressões que vividas na contranormatividade, ou seja, por quem foge à norma social dominante homem-hétero-cis-branco), tratar de temas que perpassam questionamentos

e investigações que vão desde questões relativas ao movimento dos corpos no espaço, apagamentos históricos, linguagem neutra, de(s)colonialismo, feminismos, um possível diálogo entre renomadas feministas e membros da família da autora em um bar às mais profundas reflexões e questionamentos filosóficos, sociológicos, da medicina e da política, entre muitos outros? Por fim, entendemos, não sem muita discussão interna (afinal, qual abordagem entraria em qual volume?), que um possível caminho de união entre os textos poderia passar por três categorias bem abrangentes às quais demos os nomes de: “Arte em risco - estéticas divergentes”, “Corpo-território - fronteiras divergentes”, e “Aliança-multidão - subjetividades divergentes”. Esperamos que concordem, ao menos em parte, com nossa visão ou, melhor ainda, que divirjam e sugiram novos caminhos para os próximos coletâneas da série “Estudos Contranormativos”. Em especial, se puderem participar como as próximas pessoas autoras.

Para concluir, apresentamos apenas uma certeza: a de que queremos que as pessoas leitoras sintam o mesmo prazer e deslumbramento (no sentido de se deixar perder pela luz mesmo) que tivemos ao ler e reunir estes trabalhos e que, de alguma forma, também se inspirem e engajem em processos de desnormatização da vida e da sociedade e busquem romper as opressões que todes vivemos no dia a dia. Seja como pesquisadores/as na sua produção acadêmica, seja como sujeitos ou coletivos de luta. Boa leitura!

agosto de 2022.

PREFÁCIO

FEMINISMOS NA SALA DE AULA: TEORIA E PRÁTICA¹

Tessa Moura Lacerda²

“Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre teoria e prática.”
(bell hooks. *A teoria como prática libertadora*.
In: Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.
São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017, p. 85-86)

Muitas vezes ouvi Marilena Chaui, minha professora, falar sobre o verdadeiro ato de ensinar³. Marilena afirma, retomando uma passagem de Merleau-Ponty que faz referência à metáfora empregada por Hegel segundo a qual não se ensina a nadar pela leitura de manuais, que o verdadeiro professor não diz ao aluno “faça como eu”, mas “faça comigo”. O diálogo que se estabelece no convite, “faça comigo”, não é entre o professor e o estudante, mas, com a mediação do professor, entre o estudante e o saber, as águas que precisam ser enfrentadas e que acolhem e ameaçam o estudante. Só ao final do percurso o estudante pode dialogar com o antigo professor, agora seu par.

O que é o espaço, o cenário, e a temporalidade que se estabelece dentro de uma sala de aula? Ensinar, afirma bell hooks, “é um ato teatral”. E completa: “é esse aspecto do nosso trabalho que proporciona espaço para as mudanças, a invenção e as alterações espontâneas que podem atuar como catalisadoras para evidenciar aspectos únicos de cada turma.”⁴ Gostaríamos de refletir um pouco sobre a maneira como as filosofias e as

¹ Uma versão mais curta deste texto foi originalmente publicada no FÓRUM DE DEBATES ANPOF em março de 2021. Disponível em: <<https://www.anpof.org/forum/feminismos-na-sala-de-aula/feminismos-na-sala-de-aula-teoria-e-pratica>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

² Professora do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo e coordenadora do grupo NÓS – Grupo de Estudos sobre Feminismos.

³ Por exemplo, no discurso que fez quando recebeu o título de Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 2017.

⁴ hooks, bell. Introdução. *In: Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017, p. 21.

práticas feministas podem ser aliadas poderosas na docência em Filosofia, e não apenas de um ponto de vista teórico – permitindo, por exemplo, uma reflexão sobre o cânone filosófico, sobre a reescritura do cânone, sobre a história que narramos quando ensinamos História da Filosofia – , mas também, e talvez sobretudo, de um ponto de vista essencialmente prático – é o espaço da sala de aula que se cria e se recria como uma comunidade única produtora de um conhecimento coletivo.

Não queremos com isso dizer que os Feminismos são necessariamente filosofias libertárias e revolucionárias – bell hooks já nos alertou para essa ilusão quando questiona o feminismo acadêmico feito principalmente por mulheres brancas que reproduzem modelos de dominação, em lugar de questioná-los, e se legitimam “aos olhos do patriarcado dominante”⁵, mas solapam os movimentos feministas: “Muitas vezes, as pessoas que empregam livremente certos termos – como ‘teoria’ ou ‘feminismo’ – não são necessariamente praticantes cujos hábitos de ser e de viver incorporam a ação, a prática de teorizar ou se engajar na luta feminista.”⁶ bell hooks mostra a mudança profunda que as mulheres negras produziram na teoria feminista que estava tão distante das experiências vividas por tantas pessoas:

[...] os esforços das mulheres negras e de cor para desafiar e desconstruir a categoria ‘mulher’ – a insistência em reconhecer que o sexo não é o único fator que determina as construções de feminilidade – foram uma intervenção crítica que produziu uma revolução profunda no pensamento feministas e realmente questionou e perturbou a teoria feminista hegemônica produzida principalmente por acadêmicas, brancas em sua maioria.⁷

⁵ hooks, bell. A teoria como prática libertadora. In: *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017, p. 91.

⁶ hooks, bell. A teoria como prática libertadora. In: *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017, p. 86.

⁷ hooks, bell. A teoria como prática libertadora. In: *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017, p. 88.

Se, como sugere Marilena Chaui, a filosofia é um modo de vida⁸, as filosofias feministas também são um modo de vida: suas críticas ao patriarcado, ao sexismo e às hierarquias podem implicar uma mudança profunda e um novo modo de ver e estar no mundo e nas relações sociais, e inclusive na sala de aula. Porque quando questionam a suposta naturalidade da diferença entre homens e mulheres, questionam também a naturalidade das opressões. Monique Wittig, como bell hooks, propõe uma crítica feminista ao feminismo, quando sugere que não podemos naturalizar a história – e explicar a diferença entre homens e mulheres pela biologia – sob o risco de naturalizar “os fenômenos sociais que expressam nossa opressão, tornando impossível a mudança.”⁹

As teorias feministas – ou, pelo menos, boa parte delas – questionam a naturalidade do termo “mulher” (de Simone de Beauvoir a Marilena Chaui, de Sojourner Truth a Monique Wittig). E fazem isso de maneiras variadas: podem questionar a construção das imagens de “mulher” ao longo da história (como Beauvoir e Chaui); podem questionar o próprio feminismo e a produção de hierarquia de classes intelectuais dentro da academia (como bell hooks, Monique Wittig, Teresa de Lauretis, por exemplo); podem questionar a centralidade ou, até mesmo, a universalidade que atribuímos a certas epistemologias (como Gayatri Spivak, María Lugones, Yuderkys Miñoso, entre outras); podem questionar que o sexismo seja a única forma de opressão das mulheres e afirmar que é preciso considerar também dominação de classe (como Angela Davis, bell hooks, Marilena Chaui, Silvia Federici, entre outras) e o racismo (como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Patrícia Hill Collins, Grada Kilomba, bell hooks, Denise Ferreira da Silva e muitas mais); podem questionar a “normalidade” ou a naturalidade do gênero e mostrar o quanto essa normatização das formas de subjetividade pode implicar sofrimentos psíquicos e custar a vida de pessoas ditas

⁸ Chaui, Marilena. Discurso por ocasião do recebimento de título de Professora Emérita da FFLCH-USP, 13 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Yx9VM5mXbYs>>. Acesso em: 19 fev. 22.

⁹ Wittig, M. Não se nasce mulher. In: Hollanda, Heloisa B. de, *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 84.

“anormais” (como fazem Judith Butler, Paul Preciado, Virgínia Woolf, entre outros). Em outras palavras, os feminismos – e uso o plural porque não se trata de um discurso único, mas da soma de muitas vozes, que apresentam perspectivas variadas, que nem sempre se harmonizam, o que longe de ser um problema pode ser visto como a riqueza da pluralidade e até mesmo do conflito de perspectivas diferentes – questionam!

Os feminismos questionam e perturbam! E esse questionamento, quando vivido como um afeto – no sentido de Espinosa, que afirma que toda ideia é também um afeto – implica uma transformação profunda daquela e daquele que se aproxima desses questionamentos. Torna-se inevitável questionar as formas variadas de dominação e nossa reprodução automática de formas de opressão. Torna-se imperioso questionar autoritarismos e hierarquias. Torna-se vital fazer algo, fazer com que a mudança causada por essas teorias se transforme em ação: não talvez, uma ação revolucionária da História, mas certamente ações cotidianas, revolucionárias em sua escala, e transformadoras de muitas histórias individuais. Foi assim que, depois de mais de uma década de docência, não pude mais entrar na sala de aula, subir no púlpito, pegar o microfone e narrar, para todos aqueles mais de 50 rostos voltados para mim, o que aprendi e estudei por anos, para seduzi-los, como fui seduzida pelos textos. E não pude voltar a fazer isso, não porque essas aulas não produzissem bons resultados, belos textos, orientandos interessados ou, no mínimo, estudantes sabedores de um pouco da filosofia seiscentista a partir do que eu lhes ensinava. Mas porque os textos feministas me mostraram a possibilidade de construção coletiva do saber dentro da sala de aula: desci do púlpito, passamos a nos sentar em roda (mesmo que às vezes uma roda meio torta pela quantidade de carteiras que precisavam ser tiradas de seu lugar), a nos olhar a todos e a saber, todos, o nome de cada um. Todos se preparam para a aula com a leitura de um texto que será discutido coletivamente. Meu papel é ouvir, organizar, sintetizar, sugerir caminhos, retomar o que discutimos antes, apontar o que poderemos discutir depois, mas a construção da compreensão de cada texto e das possíveis relações

entre os textos é feita por cada turma, em comunidade. Longe de significar um relativismo – porque temos o chão firme do texto nos guiando sempre –, essa nova forma de aula levou e leva alunes a tomarem a palavra e se apropriarem do saber que construímos juntos. Sim, levo ao pé da letra o que minha professora Marilena Chaui me ensinou, embora eu subverta um pouco o formato da aula que aprendi com meus mestres: convido alunes não a fazer como eu, mas a fazer comigo!

Os feminismos nos permitem não apenas questionar o cânone filosófico, questionamento que assenta da ideia de que nenhuma narrativa é neutra e tampouco a História, como narrativa, pode ser neutra (como mostrou Gayatri Spivak), mas questionar a maneira como o cânone pode ser apresentado. Por que não convidar filósofas esquecidas pela História da Filosofia canônica para nossa sala de aula, para nossa bibliografia de curso, para o tema que queremos discutir? E por que não convidar, através dos textos feministas contemporâneos, alunes a construírem o saber coletivamente, dentro do espaço da sala de aula?

Foi nesse fazer junto na sala de aula, neste fazer-se comunidade – e cada sala de aula é uma comunidade única que produz um saber coletivo – que nasceu a comunidade “DiverGente”, mostrando, até mesmo no nome escolhido para o grupo ao final do semestre de aulas, o quanto é preciso questionar opressões, hierarquias e nossas formas sociais de dominação e marginalização. Estávamos em pleno isolamento físico por conta da pandemia de Covid-19. 2020 foi um ano arrasado pela pandemia, mas naquele segundo semestre, com aulas a distância numa turma grande (de mais de 75 pessoas) com gente oriunda das mais diversas áreas (teatro, cinema, direito, filosofia, literatura, educação, história, antropologia... apenas para citar algumas), apesar de todas as dificuldades, das distâncias, das perdas, da revolta e das tristezas, conseguimos criar uma comunidade. Cada tarde de quinta-feira era uma grande alegria. O debate intenso, vigoroso com acento em temas que fizeram aquele grupo, como a questão da representação, nos munia de energia para enfrentar aquele momento difícil do mundo e, particularmente, do Brasil – onde o governo federal

trabalhava ativamente contra todas as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e contra as descobertas científicas a respeito do novo vírus para negar a existência de uma pandemia e a necessidade de isolamento (que, naquele momento, era a única forma de evitar a contaminação em massa das pessoas). Vivemos num país dominado por uma necropolítica que não é de hoje, mas que se acentuou com a chegada da pandemia de Covid-19 e a morte, até o final de 2020, de quase 195 mil pessoas (hoje, em fevereiro de 2022, este número já chega a 643 mil pessoas!). Neste país que promove o genocídio cotidiano de grupos fora da norma – e o que é a norma? – como sempre, os mais afetados foram as pessoas negras e pobres¹⁰. Neste país, apesar de tudo, sobrevivemos produzindo em comunidade afetos alegres que as descobertas de conceitos e ideias podem provocar.

Em nossos encontros semanais durante o segundo semestre de 2020, tentamos reproduzir, na medida do possível, nossas rodas de conversa, embora sem o corpo a corpo, nem os olhos nos olhos, através das telas de nossos computadores e da entrada na casa de cada um de nós neste estranho espaço que é o encontro online, no qual estamos e não estamos no mesmo lugar. Criamos esta comunidade que agregava pessoas de outros estados, inclusive. E este sentimento de pertencimento a um grupo que, no fazer prático da sala virtual de aula nos permitia enfrentar a dureza daquele momento do mundo e, mais do que isso, sentir alegria pelo saber coletivamente produzido, foi a faísca para o nascimento do grupo DiverGente. Lembro-me que nas últimas aulas – e como estava difícil nos despedir! – um dos estudantes, da Filosofia, exclamou que aquilo não podia acabar ali, precisávamos romper os muros, era preciso contar para fora daquela comunidade o que pudemos produzir dentro da sala de aula. A primeira ideia foi que todos e cada um trocassem seus trabalhos finais entre

¹⁰ Ver, por exemplo, <<https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-restante-da-populacao/>>. Acesso em: 19 fev. 2022. E <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/13/populacao-negra-morreu-17-vez-a-mais-de-covid-19-do-que-populacao-branca-no-itaim-bibi-em-2021-diz-pesquisa.ghml>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

si para que todas e todos e todes pudessem ler uns aos outros. Depois surgiu a ideia de fazer um evento que reunisse aqueles trabalhos em mesas de debate; e, depois, a ideia de fazer um evento aberto para todos aqueles que quisessem participar. O grupo, que como todo grupo foi sofrendo alterações ao longo do tempo, fez o trabalho do início ao fim: criou um edital, consultou pareceristas, criou a imagem do evento, convidou pessoas... O resultado aconteceu em três dias intensos de apresentações e discussões online em maio de 2021, a Jornada de Estudos Contranormativos¹¹, que reuniu pesquisadoras e pesquisadores de temas contranormativos: “estudos sobre questões de gênero, estudos queer, estudos feministas e suas diversas vertentes, estudos decoloniais, contracoloniais, mulherismo africana, masculinidades, sexualidades, transexualidades e travestilidades, raças, etnias, classe, interseccionalidade, corpo, estética, performances, propostas artísticas e outras possibilidades de estudos contranormativos”¹², como explica a chamada do evento.

O grupo DiverGente, que nasceu de uma sala de aula, foi se reinventando e inventando formas de dar voz a este anseio de questionar a norma e as opressões. Depois dessa Jornada, ou jornadas de maio, nasceu a ideia de fazer um livro! Mais um fruto, diferente do primeiro na forma e na proposta! Mais uma vez, o grupo trabalhou incansavelmente para concretizar esse desejo. Ei-lo aqui, na forma de livro, três livros, na verdade! Neste volume II, o tema central são as questões de gênero e sexualidade. Agnes Costa, Anderson Melo, Carolina de Souza, Manoel dos Santos, Diane Boda, Guilherme Diniz, Júlia Reinhardt, Kael Vitorelo, Letícia Boffi, Natália Engler nos trazem reflexões sobre trabalho e sua relação com gênero e raça, o corpo travesti na escola, a saúde das mulheres lésbicas, a saúde da população transexual e da população LGBTQIA+, o silenciamento

¹¹ Disponível em: <<https://linktr.ee/jornadadeestudos>>. Acesso em: 19 fev. 2022. E disponível em: <<https://www.fflch.usp.br/3437>>. Acesso em: 19 fev. 22.

¹² Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1f7ZhdH25BrUMe-MJv-Fqv8hs9T2kqMSt/view>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

das mulheres, a teoria queer, Sade, Preciado, Camille Paglia, o questionamento do binarismo de Gênero e mídia! Uma variedade de abordagens sobre a questão de gênero!

Este livro é uma expressão concreta da alegria de bons encontros! Alegria que, para mim, como professora, é imensa: a alegria de ver o quão longe podem levar os debates fomentados dentro de uma sala de aula e quão alto meus companheiros de jornada num curso são capazes de voar. Companheiros porque, como explica Marilena Chaui, ao final do processo de ensino e aprendizagem, o estudante que pulou na água com o professor para enfrentar as ondas do conhecimento se transforma num par. E, agora, o processo de trocas pode ser interminável.

RAÇA, GÊNERO E TRABALHO: NOTAS SOBRE A TRÍADE FETICHISTA DA MODERNIDADE

A. O. C.¹

INTRODUÇÃO

A CONSCIÊNCIA MODERNA SOBRE O TRABALHO: TRABALHANDO O MUNDO E UM MUNDO QUE NOS PÕE A TRABALHAR

John Locke é um dos primeiros pensadores ocidentais a elaborar uma teoria do valor-trabalho. No *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, o trabalho é teorizado como a única atividade criadora de novo valor, isto é, capaz de plasmar no mundo um valor além daquele que “a natureza por si só nos fornece”. O trabalho é, portanto, um meio pelo qual a humanidade tira “o objeto do estado em que a natureza o colocou e o deixou” e lhe acrescenta um valor ou o torna útil. E sendo cada um, enquanto indivíduo racional, - “proprietário de si”, o trabalho, enquanto força corporal, é, nesse sentido, “uma propriedade inquestionável do trabalhador”. Assim, ao aplicar seu trabalho no objeto, “adicionando-lhe algo”, esse objeto se torna não mais uma propriedade comum da humanidade, como o é toda a natureza, mas algo que pertence a quem o trabalhou. Com efeito, o trabalho em geral, sob o qual Locke reúne atividades diversas como a caça, a coleta, o cultivo da terra etc., e cuja característica comum é o uso “industrioso e racional” da natureza, é uma “condição da vida humana, que necessita do trabalho e de materiais para serem trabalhados”².

Apesar das diversas críticas realizadas à concepção liberal de indivíduo e à propriedade privada teorizada por Locke, a ideia de que o

¹ Mestranda pelo Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). E-mail: agnes.oliveira.costa1@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0051-9262>

² As citações de Locke foram extraídas do capítulo V Da Propriedade em LOCKE, 2001, p. 97-113.

trabalho, enquanto atividade racional, é uma condição antropológica que fornece ao gênero humano uma posição especial na ordem da natureza e o afasta dos demais seres se manteve relativamente intocada pelos críticos do liberalismo, da economia-política burguesa e do capitalismo.³

Assim, também em Marx uma concepção ontológica do trabalho estava presente. Ao tratar do *processo de trabalho*, Marx nos diz que “independentemente de qualquer forma social determinada”, o trabalho é, antes de tudo, “um processo entre o homem e a natureza, processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Com vistas a se apropriar da matéria natural e lhe dar uma forma útil, o trabalhador “põe em movimento suas forças naturais pertencentes à sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos”. Mas esse dispêndio das forças naturais pertencentes à sua corporeidade não deve, acrescenta o autor, ser confundido com “as primeiras formas instintivas, animais, do trabalho”. Trata-se do trabalho “numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem”. O que diferencia o trabalho humano da atividade dos animais, nos diz Marx, é o fato de que o trabalho humano exige “a vontade orientada a um fim”, isto é, o resultado já existindo idealmente, exige o controle de suas forças corporais, “manifesta como atenção do trabalhador durante a realização da sua tarefa”, com vistas a alcançar o resultado representado (MARX, 2014, p. 188). Com efeito, para Marx, trabalho e meios de produção são os dois componentes universais e essenciais de toda forma de produção social, e a distinção entre os modos de produção está nas maneiras pelas quais se combinam tais elementos (MARX, 2014a, p. 119). Por isso, a especificidade do capitalismo residiria no fato de que a combinação ou distribuição desses dois fatores universais constitutivos seja determinada pela propriedade privada dos meios de produção sob comando dos capitalistas.

³ Anselm Jappe observa, nesse sentido, que “em seus fundamentos filosóficos e antropológicos, o marxismo demonstraria assim um parentesco surpreendente com o liberalismo burguês” (JAPPE, 2013, p. 130).

Outro autor em que a consideração do “mundo do trabalho e da razão” como a “base da vida humana” se faz presente é George Bataille. Em *O Erotismo* (1957), é o trabalho - e a razão que lhe é indissociável - que separa o homem da natureza e lhe permite edificar “o mundo racional”. Presente desde os tempos mais remotos, “o trabalho introduziu um intervalo, graças ao qual o homem cessava de responder ao impulso imediato comandado pela violência do desejo”. Sem esse intervalo instaurado pelo trabalho, a coletividade humana “não teria se tornado esse *mundo do trabalho* que ela é essencialmente” (BATAILLE, 2017, pp. 63-65).

O que interessa nesses autores aqui analisados é a extração de três pontos fundamentais: 1) o trabalho é elaborado como uma atividade especificamente humana, como um traço distintivo em relação aos demais seres da natureza, e essa atividade humana é sempre associada com a razão e autodeterminação na realização do trabalho; 2) o trabalho é também a manifestação do caráter anímico dos seres humanos, contendo uma dimensão ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, ou de uma atividade própria de um *sujeito*, a qual permite aos seres humanos irem além da pura necessidade do mundo natural. Ou seja, o trabalho é o que permite aos seres humanos – considerados individualmente ou coletivamente - em contraposição aos outros seres naturais, criar um mundo para si, se apropriando da natureza como puro meio de produção; 3) o trabalho é compreendido como uma universalidade ou um denominador comum entre atividades as mais distintas. Abstraídas as diferenças entre modos concretos de produção (caça, pesca, coleta, cultivo da terra ou produção industrial), o que há em comum entre eles é o fato de serem processos de trabalho como puro dispêndio fisiológico “de nervo, músculo e cérebro”. Por conseguinte, o trabalho como uma abstração universal é indissociável da sua conceitualização como fundamento comum de toda riqueza produzida. E o que distingue as diversas sociedades humanas ou formações sociais são o modo pelo qual se produz a realidade como auto-objetivação humana a partir do trabalho e dos meios de produção empregados, variando os modos de distribuição dos fatores de produção.

Assim, nos textos modernos, o trabalho aparece, ao mesmo tempo, como tendo uma dimensão natural, objetiva, ligada às puras forças biológicas do corpo, e uma dimensão especificamente humana assegurada pela natureza racional do ser humano, pela sua capacidade de autoconsciência que orienta o dispêndio de suas forças corporais. Essas duas dimensões dão ao trabalho a qualidade de uma propriedade natural essencialmente humana, permitindo o ser humano assumir uma posição especial na cadeia dos seres, passando do mundo dos instintos para o mundo racional, da natureza para a sociedade.

Não por outra razão, as críticas sociais ao capitalismo frequentemente deixaram intocado o trabalho como uma atividade historicamente específica. Considerando de maneira acrítica, o trabalho, por um lado, o seu produto, isto é, o *que* o trabalho produz no capitalismo (mercadoria, dinheiro e capital) passou a ser tratado de maneira universal e não questionável, reduzindo, assim, a crítica ao capitalismo à *forma* de distribuição dos produtos do trabalho; quer dizer, o capitalismo foi frequentemente reduzido a um mero modo de apropriação externa, via propriedade privada, de trabalho não-pago. Por outro, também se deixou de tematizar o nexos interno entre o trabalho humano em geral e processos de exclusão que, a partir de categorias sociais como raça e gênero, demarcam socialmente o campo não-humano do humano, ou pelas quais se produz uma paradoxal humanidade excedente ou dissemelhante.⁴

Em contraposição, aqui propomos analisar a redução do mundo e dos corpos à pura dimensão biológica como nexos interno ou processo social comum que abarca tanto a categoria do trabalho, como a de raça e gênero⁵. Assim, a redução à pura realidade biológica, que gira em torno do trabalho

⁴ Sobre a exclusão intrínseca ao estabelecimento de um critério para a identidade humana, ver BUTLER, 2019, p. 43-44 e 49 e SCHOLZ (2004): "a definição lógico-identitária do 'Homem' admite o Homem não-humano, se e quando ele não pode se representar como sujeito do valor, ou seja, como sujeito produtor de mercadorias".

⁵ Preciado conceitualiza o sistema sexo-gênero como sendo também uma metafísica naturalista, e que se estende aqui como metafísica subjacente a toda modernidade (PRECIADO, 2018, p. 240-41).

e cuja identidade humana é indissociável do gênero e da raça como formas primárias de determinação das relações sociais na modernidade⁶, longe de significar um desnudamento do mundo em direção a suas estruturas objetivas e subjetivas universais, expressa (a redução) um modo de vida caracterizado por uma *abstração real* pela qual as relações sociais se *constituem* como propriedade das coisas materiais: o sexo, a raça, o trabalho e o valor como propriedades objetivas dos seres, que determinam suas relações e ritmam suas dinâmicas espaço-temporais. Não se trata aqui de dizer, como o marxismo tradicional fez frequentemente em relação ao “fetichismo da mercadoria”, que, na nossa sociedade, as relações sociais são *mistificadas*, que as pessoas têm representações falsas sobre as relações sociais que estão por trás dessas representações sobre o mundo das coisas. Nesse sentido, por trás da troca de mercadorias, por trás do binarismo sexual e por trás da raça, o que haveria seriam relações sociais que são ocultadas ao serem representadas falsamente como propriedade da mercadoria, do dinheiro, do gênero e da raça. Ao contrário, trata-se aqui de dizer que na nossa sociedade as relações sociais são *constituídas* de maneira coisificada, que as *formas* das relações sociais ganham não só, em uma inversão entre causa e efeito, uma existência relativamente autônoma como *quase-causa* em relação às pessoas, mas também o estatuto de uma *quase-objetividade* a partir da sua naturalização, i.e., na medida em que as estruturas sociais são constituídas como propriedades *objetivas* do mundo.⁷

⁶ Foi Teresa de Lauretis que conceitualizou o gênero como *instância primária* que determina previamente a existência de cada um na totalidade das esferas sociais (família, trabalho, arte, Estado etc.), de modo que não é possível conceber o conjunto das relações sociais sem a mediação do gênero, sendo assim, de partida *gendradas*. Cf. DE LAURETIS, T. A Tecnologia de Gênero. In: **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Org. Heloisa Buarque de Hollanda, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

⁷ Empregamos aqui o termo quase-causa extraído de DELEUZE; GUATTARI (2011a) pelo qual tentam dar conta do caráter fetichista que as formas de relações sociais, que são um efeito histórico, assumem como uma “quase-causa” ou primeiro motor relativamente autonomizado em relação às forças que o produzem. E o termo quase-objetividade utilizado por POSTONE (2014) para designar a especificidade da natureza das relações sociais no capitalismo, que se constitui como propriedade objetiva ou impessoal do mundo material.

Por essa razão, trabalho, gênero e raça possuem não só uma dimensão apreendida como *física*, qualidades secundárias apreendidas pelos órgãos dos sentidos (os trabalhos concretos diversos; os órgãos genitais e características sexuais secundárias; os fenótipos racializados etc.), mas também abstrata, i.e., propriedades *objetivas* no sentido de leis “universais” que regem as relações humanas e dos seres humanos com a natureza independentemente da sua vontade; uma dimensão, portanto, não empírica, mas que aparece como sua essência, sua verdade e que pode ser captada pela razão.⁸ Ou seja, trabalho, gênero e raça partilham uma dupla dimensão: ao mesmo tempo são compreendidos como coisas concretas e abstratas, empíricas e transcendentais. E é essa a especificidade histórica de tais categorias como formas de relações sociais: são metafísicas reais que possuem a forma de propriedade objetivas, universais e ocultas da matéria. Nesse mundo dominado pelas coisas, entretanto, o trabalho racializado e generificado aparece como princípio anímico *do mundo*, isto é, como atividade autonomizada de um processo de produção social que domina os seres humanos e não humanos com vistas a uma finalidade historicamente específica: a produção ampliada de dinheiro.⁹

⁸ A respeito do sexo, Foucault encerra *História da Sexualidade I* nos advertindo que o sexo é menos um dado natural que um produto, uma ficção cujo papel é ser um ponto ideal, uma unidade fictícia que funcione como princípio causal e sentido onipresente que permite o exercício do poder agrupar sobre si as “captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres”. O sexo é assim produzido como um fundamento natural, mas que é abstrato, na medida em que se exerce como elemento oculto que se busca descobrir por toda parte: na totalidade dos corpos e nas identidades, como condição primária de inteligibilidade pela qual todos devem passar. (FOUCAULT, 2019, p.169).

⁹ Marx em *Contribuição à Crítica da Economia Política* havia tratado desse caráter impessoal ou objetivo que a relação social assume na modernidade ao tratar do dinheiro. O dinheiro é antes de tudo uma relação social constituída enquanto propriedade de uma coisa. Permitindo “transportar comigo, no meu bolso, o poder social e as relações sociais gerais: a substância da sociedade (...) as relações sociais, a própria troca de substância da sociedade manifesta-se no dinheiro como algo *realmente exterior*” (MARX, 2003, p. 271). No capitalismo, as relações sociais, o *encadeamento social* aparece diante dos indivíduos não só como *necessidade objetiva*, mas até mesmo como um objeto tangível: o dinheiro. (Ibid., p. 319).

RUMO A UMA DESONTOLOGIZAÇÃO DA METAFÍSICA DA MODERNIDADE

Uma crítica do trabalho e da sua ontologia já estava presente em Marx, desempenhando a categoria de fetichismo um papel central.¹⁰ A recuperação desses momentos do pensamento de Marx a partir dos quais se torna possível avançar numa crítica do capitalismo como modo de vida fetichista já se faz presente no pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari. O conceito de *axiomática* elaborado inicialmente em *O Anti-Édipo* visava, nesse sentido, dar conta do capitalismo não como uma relação social específica, entendida como relação de produção material, que seria estabelecida de maneira extrínseca entre trabalhadores de um lado e capitalistas detentores do meio de produção do outro, mas como um modo de vida complexo constituído por uma *forma* historicamente específica de relação social. Sibertin-Blanc comenta que “o conceito de axiomática é introduzido em 1972 para pensar de início não somente a especificidade da relação social capitalista, mas a forma singular que o capital confere à relação social.” (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 150).

Assim, Deleuze e Guattari se esforçaram por tematizar as diferentes formas de relações sociais não só em suas especificidades, mas na *diferença radical de natureza* entre elas¹¹. E é por essa razão que o recurso à antropologia na análise das formações sociais se faz muito presente. Esse recurso não se limita ao fornecimento de materiais para comparar as diversas organizações sociais e extrair “invariantes sociológicas ou antropológicas, as bases universais sobre o fundo das quais poderiam ser

¹⁰ Trata-se, como vem se observando, de uma aporia imanente à obra de Marx ou mesmo da existência de um duplo Marx, na qual coexistem momentos em que Marx desempenha o papel de um teórico da modernização capitalista e da ontologização do trabalho como característica do gênero humano, e momentos em que há uma crítica ao próprio trabalho e demais categorias fundamentais da modernidade capitalista, como dinheiro, mercadoria e capital, a partir da análise do duplo caráter do trabalho (abstrato e concreto) e da teoria do fetichismo. Sobre isso ver JAPPE, 2006, p. 9-11; KURZ, 1995. Para uma análise cronológica dessa aporia de Marx em torno do conceito de trabalho ver MACHADO, 2018.

¹¹ DELEUZE, G. **Derrames entre el capitalismo y la esquizofrenia**. Buenos Aires: Editorial Cactus, p. 27

distinguidos os diferentes modos por meio dos quais as coletividades humanas produzem suas condições materiais de existência” (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 150). Ao contrário, o recurso à antropologia, articulada com a crítica da economia política marxiana, visa destacar justamente a *diferença* entre as formações sociais pré-capitalistas, cuja *forma de relação* social se caracteriza pela codificação e sobrecodificação, e a relação social capitalista, que se caracteriza por ser o contrário de todas as condições sociais determinadas por códigos extraeconômicos.¹² Por isso, o capital “não domina as ‘relações sociais’ sem mudar o sentido dessas relações e a forma como elas fazem sociedade” (Ibid, p. 150). As relações sociais no capitalismo começam, assim, por “destruir o caráter social” a partir de processos de desterritorialização e descodificação, o que coloca o modo de produção capitalista “numa *relação-limite*”, isto é, como o “mais profundo negativo, o negativo de todas as formações sociais, no seio das quais ele ocupa um lugar literalmente impossível” (Ibid, p. 150).

Somada ao recurso antropológico está a releitura singular que Deleuze e Guattari fazem da crítica à economia política de Marx. Essa releitura está na base da análise do capitalismo de um triplo ponto de vista: genealógico, estrutural e tendencial. É a partir, então, desse duplo terreno – o da antropologia e da releitura de Marx – que o conceito de axiomática é forjado para dar conta da mudança profunda que a emergência do capitalismo introduz na própria *forma* das relações sociais.

Do ponto de vista genealógico, cuja análise remete ao período da acumulação primitiva, o capitalismo pressupõe uma dissolução dos códigos sociais pré-existentes, que libera elementos necessários para que se monte sua estrutura social. É nesse sentido que se interpreta o enunciado de Marx segundo o qual “dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os

¹² De maneira grosseira, código e sobrecodificação são processos de produção social que consistem em qualificar os fluxos materiais e estabelecer uma relação entre eles que não compreende equivalência, pois não há uma abstração comum, enquanto a axiomática consiste numa abstração real que ao invés de qualificar os fluxos materiais os converte em “quantidades abstratas”. O que produz, a nosso ver, modificações profundas nas técnicas de produção corporais. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 323-333).

meios de produção e subsistência. Eles precisam ser *transformados* em capital” (MARX, 2014, p. 786). Para que dinheiro, meio de subsistência, meios de produção e mercadoria sejam *transformados* em Capital é necessária a destruição dos códigos sociais pré-capitalistas que davam outras qualidades e funções aos elementos materiais transformados. Deleuze e Guattari chamam esse processo de destruição dos códigos de *descodificação*. Mas, além da descodificação, o capitalismo necessita também de processos de *desterritorialização*, ou seja, de destruição de territórios existenciais, que abarca para os autores tanto seres humanos quanto não-humanos. Descodificação e desterritorialização nomeiam genericamente uma diversidade de processos históricos heterogêneos, independentes entre si e contingentes que o capitalismo, apesar de supô-los, não os explica por si como causa. Esses processos, como a privatização da terra, monetarização dos impostos, apropriação dos meios de produção etc., podem ser organizados em torno de dois fluxos descodificados e desterritorializados principais: o dinheiro e a força de trabalho separada dos meios de produção.

Não bastou, entretanto, apenas que fossem liberados fluxos materiais a partir de processos de descodificação e desterritorialização. Era preciso que os dois fluxos principais se encontrassem. Quando o fluxo de trabalho livre e o fluxo de dinheiro se encontram ocorre a inscrição de uma forma singular de relação social. Deleuze e Guattari reforçam constantemente que esse encontro poderia não ter ocorrido, e a existência do dinheiro como capital e do trabalhador como força de trabalho se manteria apenas virtual. Quer dizer, o trabalho indiferenciado cuja função é produzir quantidade abstrata cristalizada na mercadoria e no dinheiro, e o dinheiro enquanto capital que encontra a força de trabalho no mercado, são, na verdade, não elementos externos um em relação ao outro, mas uma relação social interna da própria forma social capitalista. Ou, como dizem os autores, a relação capital-trabalho é uma relação diferencial do Capital consigo mesmo que,

em seu automovimento, se diferencia em capital constante (meios de produção) e capital variável (força de trabalho).¹³

Assim, a história do surgimento do capitalismo é a da contingência da conjunção desses processos de descodificação e desterritorialização e dos elementos resultantes de tais processos em uma *forma de relação social singular*. Quando esses elementos se encontram, aliás, todos os processos que fizeram o Capital surgir, que eram pressupostos, passam a serem postos e reproduzidos como de direito pertencentes ao ciclo de (re)produção do Capital: o dinheiro, a mercadoria, a força de trabalho, e a ampliação dessas formas a partir de processos crescentes de descodificação e desterritorialização que tendem a abarcar o planeta, se tornam predicados do *sujeito automático* que é o Capital.

Mas, o processo de desterritorialização, descodificação e conjunção dos fluxos de trabalho e de dinheiro se dá conjuntamente com o processo de produção sexual e racial dos corpos. Silvia Federici, em *Calibã e a Bruxa*, recuando ao período de acumulação primitiva, mostra que sua importância para a formação do capitalismo não reside apenas na expropriação das terras e redução do corpo à força de trabalho livre (desterritorializada e descodificada), mas também na colonização do corpo das mulheres, convertendo-o em força reprodutiva da força de trabalho, e no estabelecimento de hierarquias no interior do próprio conjunto da força de trabalho liberada, isto é, do proletariado a partir da racialização e sexualização dos corpos. Assim, à colonização interna da Europa marcada pela expropriação das terras e disciplinarização da força de trabalho via instituições de internamento e leis de proibição da mendicância e vagabundagem, se soma a caça às bruxas como forma de submissão das mulheres a um novo papel social, a colonização externa e a escravidão de pessoas africanas e indígenas (FEDERICI, 2017, p. 119). Sem as ficções da

¹³ Sobre a análise de Deleuze e Guattari sobre o processo de surgimento do capitalismo a partir da desterritorialização e descodificação dos fluxos materiais ver DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 295-301.

raça e do gênero, a imposição violenta do trabalho, que é ao mesmo tempo um imperativo econômico e moral, não se faria.¹⁴

É precisamente, portanto, nesse contexto de acumulação primitiva, como argumenta Paul Preciado, que “sexo, sexualidade e raça” passam a ser “três ficções somáticas” fundamentais (PRECIADO, 2018, p. 76). São ficções não porque lhes falte materialidade, mas porque não possuem conteúdo empírico independente de uma prática social (Ibid., p. 111). Raça e gênero são, assim, abstrações sociais que fundam a própria existência social a partir da sua redução ao nível puramente biológico. A importância dessas ficções se assenta, nesse sentido, no surgimento de um modo de vida caracterizado pela descodificação e desterritorialização a partir das quais se constitui um processo de produção social cuja singularidade histórica, como estamos vendo, reside na redução da atividade produtiva ao “puro dispêndio de nervo, músculo e cérebro” (MARX, 2014, p.145) para a produção de dinheiro. Assim, são ficções que são determinações intrínsecas da relação capital-trabalho e da regulação da reprodução da “matéria humana” que preencherá a relação diferencial entre força de trabalho e dinheiro. Como lembra Achille Mbembe, o racismo é o que permite desde o início do capitalismo “atribuir aos seres vivos características que permitiam reparti-los em diferentes casas do vasto tabuleiro das espécies humanas”, tendo como pano de fundo o fato de que “o trabalho e a produção das riquezas eram inseparáveis dos problemas específicos da vida e da população” (MBEMBE, 2018, p. 75).

¹⁴ Lazzarato e Alliez lembram, assim, que há um esquecido nexos estrutural entre capital e guerra civil. Sendo a guerra uma condição permanente para a imposição da acumulação capitalista e para seu desenvolvimento. Mas essa guerra, acrescentam os autores, é uma guerra no plural, quer dizer, são guerras que se desenvolvem em várias frentes e é condição para que a realização da redução à pura existência biológica de mulheres e populações colonizadas: guerra contra as mulheres, guerras de subjetividades, guerras de raças, de civilizações etc. Há assim uma pressuposição recíproca entre gênero, raça e guerra. Pois se a redução à pura existência biológica se efetiva praticamente via guerra civil, é pela racialização e genderificação dos corpos que a relação bélica se vê assim justificada, pela qual se constrói, assim, a relação amigo-inimigo. Ver ALLIEZ, E. LAZZARATO, M. **Guerres et Capital**. Paris: Éditions Amsterdam, 2016, p. 80-83.

Em suma, a acumulação primitiva é um processo constitutivo simultaneamente de três categorias *fundamentais* da axiomática capitalista: trabalho, raça e gênero. Raça e gênero, assim, não podem ser pensadas apenas como ideologias ou superestruturas do capital, pois são formas sociais indissociáveis de um mesmo processo de abstração social pelo qual se realiza a redução da multiplicidade de corpos, antes fabricados a partir de processos de codificação e sobrecodificação diversos, à existência biológica, classificando a população humana e determinando sua distribuição, na forma de um grande processo migratório global, no interior do capitalismo (MBEMBE, 2017, p. 22). Com efeito, raça e gênero podem ser considerados como “não-ditos” do trabalho, do dinheiro, da mercadoria, do capital e da lei do Estado. Essas categorias que aparecem como universais, indiferentes ao conteúdo, assexuadas, não racializadas, na verdade possuem uma brancura e uma masculinidade implícitas que determinam o conteúdo da universalidade daqueles que irão encarná-las como formas de personificação. Ou seja, trabalho, mercadoria, dinheiro e capital são categorias que designam relações sociais específicas que se impõe produzindo seu avesso a partir da raça e do gênero.

Dado isso, agora podemos entrar no aspecto estrutural da análise do capital. Para Deleuze e Guattari, ao se constituir, o capital passa de maneira “miraculosa” ou “divina” a distribuir sobre seu corpo social as forças e os agentes de produção, a atribuir a si “o conjunto e as partes do processo, que, então, parecem emanar dele como de uma quase-causa” e se apropriar da mais-valia como de direito (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 22). Quer dizer, o capitalismo cria a realidade objetiva sobre a qual se exerce, convertendo os fluxos materiais em manifestações fenomênicas de *quantidade abstrata* ou *valor* e antecipando, assim, a extração do trabalho abstrato excedente como sua finalidade. O capital, enquanto quantidade abstrata acumulada expressa na forma-monetária, constitui, assim, de partida, o próprio processo de trabalho como um processo capitalista: o trabalho como atividade homogênea e quantificável, não é um dado externo

sobre o qual o capital se exerce, mas já é constituído pelo capital como forma de produção de riqueza abstrata que visa a si mesma.

Essa é a primeira razão, portanto, pela qual Deleuze e Guattari caracterizaram o capitalismo como *corpo pleno do capital-dinheiro* ou como *axiomática*. Pois, quando a relação entre dinheiro e trabalho é estabelecida, toda a organização social passa a se dar em torno da produção ampliada de dinheiro, que nada mais é que a representação de uma *quantidade abstrata* ilimitada tornada independente. O dinheiro, assim, se torna o ponto de partida e de chegada do processo social, e expressa uma quantidade abstrata que remete sempre à inserção de um ilimitado na produção social (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 330). A mudança na *forma* da riqueza social, isto é, daquilo que a sociedade produz, pressupõe, por sua vez, uma forma de atividade social correspondente a essa forma de riqueza. A própria atividade produtiva no capitalismo se torna produção de uma quantidade abstrata expressa na forma monetária, o que faz da pergunta sobre *o que* a sociedade produz e distribui uma questão fundamental. Daí a segunda razão para caracterizar a relação social capitalista como uma axiomática, que é o tornar-se concreto da quantidade abstrata a partir da relação diferencial entre capital e trabalho ou pela conversão do dinheiro (capital monetário) em meios de produção (capital constante) e força de trabalho (capital variável). Capitais constante e variável são duas formas concretas que a abstração assume para se realizar. Tal relação entre dinheiro e trabalho deu, assim, à abstração enquanto tal seu valor efetivamente concreto.

A abstração não se reduz a uma simples quantidade como relação variável entre termos que seriam independentes entre si. Ao contrário, a abstração é “a detentora da independência, da qualidade dos termos e da quantidade das relações” (Ibid., p. 302), uma substância social em automovimento. A *quantidade abstrata* passa a determinar o próprio ser das coisas, suas qualidades e suas funções. O próprio trabalho, nesse sentido, não é para Deleuze e Guattari uma condição humana, mas é uma parte da “quantidade abstrata” do capital. De maneira mais precisa, o

trabalho é a parte da quantidade abstrata capaz de gerar mais quantidade abstrata, isto é, a parte que constitui a atividade social criadora do capital e que confere uma forma abstrata às atividades antes codificadas. O trabalho, sendo uma forma de atividade interna ao *socius* do dinheiro, opera, assim, um processo seletivo da “matéria humana” que irá encarnar e efetivar no nível empírico a forma do trabalho humano em geral (Ibid., p. 530).

O trabalho, portanto, não se confunde com o puro dispêndio fisiológico. Se esse fosse o caso, o simples fato de respirar significaria que estaríamos trabalhando e produzindo riqueza social. De outro modo, o trabalho é uma forma de relação social historicamente específica, limitada no espaço e no tempo, que se realiza reduzindo os corpos que a encarnam ao puro fisiológico, indiferente às diversas formas concretas de atividade pelo qual o trabalho se realiza (fabricar pão, roupa ou mísseis) e capaz de mensuração a partir de um tempo igualmente abstrato e quantificável como medida de grandeza. É que a realidade social capitalista, como nos lembra Ruy Fausto, “faz com que valha o que era apenas uma realidade natural” (FAUSTO, 1987, p. 92), mas a validade social do fisiológico evidencia que a abstração do trabalho não é posta pelo dado imediato, não é uma qualidade intrínseca do dispêndio do corpo humano *ser trabalho*. O fisiológico vale aqui como substrato material de uma forma social que o determina. Assim, a redução à pura dimensão fisiológica do corpo pelo qual o trabalho se efetiva como *trabalho humano em geral* é um processo de redução ou *abstração* realizado pela prática social que determina o fisiológico a ter validade social e pela qual o trabalho, como forma de mediação social, é *naturalizado*.

A abstração como prática social, no que toca ao trabalho, se torna evidente a partir de três aspectos:

1) O que determina o caráter social do trabalho no capitalismo, como vimos, não é a face concreta do trabalho, sua dimensão física ou particular. Doutro modo, é a face abstrata ou universal que socializa o trabalho e que o faz *substância social* ou fundamento da riqueza social. A sua face

concreta, que é inseparável da face abstrata do trabalho, é a forma de manifestação da abstração, a forma material pela qual a produção social especificamente capitalista se efetiva. Assim, o concreto, enquanto manifestação do abstrato, não é mero suporte material neutro e a-histórico, mas é moldado pela abstração, se constituindo como a forma empírica ou o conteúdo material próprio do abstrato. Falar em *produção material em geral* ou em *valor de uso* só é possível na condição de produtos históricos do surgimento do capitalismo: reduzir a diversidade das atividades concretas e dos objetos concretos à pura generalidade da produção material e do valor de uso já é efeito de uma abstração social. Ou seja, não como mera generalização mental a partir do qual a diversidade do sensível é subsumida no interior da generalidade do conceito, mas como resultado de uma *abstração realmente existente*.

2) A abstração do trabalho indiferente às diversas formas concretas pelas quais se realiza é medida por um tempo que é *socialmente necessário*: só terá validade aquele dispêndio fisiológico que for validado por um tempo que é social, determinado pelo nível de produtividade social. Se o tempo socialmente necessário para produzir x pães for quatro horas e o padeiro y demorar seis horas para produzir, só valerá o dispêndio de quatro horas de trabalho, e não o de seis horas.

3) Por fim, a abstração do trabalho tem como efeito erigir uma separação até então inexistente da esfera do trabalho em relação às demais esferas da totalidade social. A produção material no capitalismo se constitui, portanto, como uma instância social à parte, nomeadamente “processo de trabalho”, que se opõe à esfera da reprodução, às atividades como jogos, ritos, à esfera do lazer ou do tempo “livre”. Agrupar diversas atividades sociais, como pesca, caça, cultivo da terra, inseparáveis de processos de codificação social determinadas por relações de aliança, parentesco, pelos mitos, por relações de obrigação etc., seria impensável antes do capitalismo. Não porque as sociedades não capitalistas desconhecessem a infraestrutura econômica como verdade ou fundamento das relações sociais em geral. Ao contrário, trata-se de dizer que tais sociedades mesmo

pressentiam o capitalismo como limite, como “o mais profundo negativo”, que só pode se efetivar a partir da destruição dos códigos via descodificação e desterritorialização. Com efeito, a relação social como relação do tipo econômica, em que as coisas entram como valor e saem como valor acumulado a partir do dispêndio de trabalho, só surge quando a abstração se constitui como fundamento e prática social.

Ora, se é certo que o trabalho é uma relação social que seleciona quais dispêndios fisiológicos do corpo terão validade social no interior do processo de produção social, essa seleção é, entretanto, internamente determinada pela produção sexual e racial do corpo. Fazendo uma *história da tecnossexualidade*, Paul Preciado mostra como esse processo de abstração social passa pela produção sexual do corpo, recorrendo a uma análise do capitalismo tendo como eixo *a gestão política e técnica do corpo, do sexo e da sexualidade* (PRECIADO, 2018, p. 26). Para isso, é preciso que as análises do capitalismo não sejam “interrompidas quando chegam à cintura”, quando se trata de falar de hormônios, paus, clitóris, desejos, excitação, sedução e prazer (Ibid., p. 41).

A importância que o sexo assume no capitalismo, seja na sua fase disciplinar ou farmacopornográfica, como denomina Paul Preciado o capitalismo do pós-guerra, e sua relação estrutural com o trabalho pode ser resumida no fato banal de que “ter ou não ter um pênis de um centímetro e meio no momento do nascimento” determina diferenças sociais fundamentais (PRECIADO, 2018, p. 77). Um corpo produzido como masculino a partir dessa redução biológica será submetido a um conjunto de técnicas somatopolíticas responsáveis pela produção de um “organismo masculino”, um corpo dócil e raivoso, apto ao trabalho (Ibid.). Preciado ainda afirma que até o século XVIII o dimorfismo sexual não havia se consolidado epistemologicamente. E que, ao se estabelecer, as diferenças anatômicas, assim como as raciais, passam a funcionar “como a legitimação de uma nova organização política do campo social”. A partir de então, há um processo de normalização corporal em que aspectos anatômicos, como tamanho e forma dos órgãos sexuais, pilosidade facial, forma e tamanho

dos seios etc., passam a ser levados constantemente em consideração. A diferença sexual é, assim, estabelecida como “transcendental (superando os contextos históricos e culturais)”. É a partir da diferença sexual que irá se desenvolver um conjunto de leis, regulamentos, saberes e técnicas, atuando tanto no nível global das populações quanto individual do corpo, e cujo resultado, seu ponto de chegada, é a produção de uma miríade de identidades que aparecem como anatômicas e psicológicas (PRECIADO, 2018, p. 82).

Esse processo histórico de produção saturada das identidades sexuais, ao invés de simplesmente reprimi-las ou escondê-las, expressa a maneira pela qual o poder no capitalismo é exercido, se tornando cada vez mais imanente a todo o campo social. O poder, assim, age constantemente sobre o corpo, buscando conhecê-lo para melhor controlá-lo, normalizá-lo, corrigir seus comportamentos e produzir formas de subjetivação, tendo em vista a maximização das forças coletivas da população e individuais dos corpos (FOUCAULT, 2019, p. 26-27). O sistema sexo-gênero é, nesse sentido, um princípio transcendental ou organizador “capaz de desencadear uma proliferação de percepções sensoriais sob a forma de afetos, desejos, ações, crenças e identidades”, sendo um dos resultados “a produção de um saber interior sobre si mesmo, de um sentido do eu sexual que aparece como uma realidade emocional para a consciência. “‘Sou homem’, ‘Sou mulher’, ‘Sou heterossexual’, ‘Sou Homossexual’, ‘Sou transexual’” (PRECIADO, 2018, p. 127).

É esse conjunto de tecnologias sociais organizadas em torno do gênero e da diferenciação sexual que operará a seleção da “matéria humana” apta ao trabalho. Essa matéria trará de maneira reificada os atributos do masculino como qualidades que manifestariam a racionalidade e a universalidade. O corpo masculino se torna a forma concreta de manifestação da universalidade, enquanto o feminino manifestaria qualidades opostas e ligadas à reprodução como esfera apartada da produção: daí a desvalorização estrutural das atividades feminizadas e do trabalho realizado por mulheres ou pessoas dissidentes de gênero.

Algo de análogo se passa com a raça, um outro princípio social, como nos mostra Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra*. A raça é, antes de tudo, uma “construção fantasmática”, que passa a existir como “figura autônoma do real” ou “segunda ontologia”. Assim, a raça tem uma profundidade ao mesmo tempo “real e fictícia”, e desempenha um papel histórico decisivo que consiste “em transformar a pessoa humana em coisa, objeto ou mercadoria” (MBEMBE, 2018, p. 28). O princípio da raça, de maneira análogo ao de gênero, opera fazendo uma triagem da população enquanto espécie, produzindo as figuras do dissemelhante. Assim, “raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou despendida sem reservas. Pouco importa que ela não exista enquanto tal” (Ibid., p.73).

Assim, reencontramos aqui o duplo caráter do trabalho, da raça e do gênero: são algo finito, se manifestam ou se materializam no nível empírico, mas, ao mesmo tempo, são algo de abstrato ou transcendental. Como elucidada Mbembe sobre a raça, sua força e sua essência está em ir além das limitações do sensível, do finito no qual se manifesta (Ibid., p. 69). A raça ao mesmo tempo é uma fantasmagoria e algo real que estrutura a existência social, produzindo e institucionalizando formas de subvida, tornando justificáveis a diferença e o abandono. Em suma, a constituição social do *trabalho humano em geral* tem na raça e no gênero princípios que determinam a demarcação do que é “humano” no trabalho, portador de uma brancura e uma masculinidade implícitas, e do seu excedente, seu resto animalesco: o não-branco e o não-masculino. A raça, nesse sentido, é um elemento que orienta uma distinção intrínseca à abstração real “entre impulso animal e a *ratio* do homem” (Ibid., p. 65). O negro, nesse sentido, preservaria uma “forma ambígua” na metafísica ocidental: ao mesmo tempo é um homem, mas tomado pela animalidade que é preciso controlar. Na consciência ocidental sobre a raça, o negro, assim como o indígena, é visto como “exterioridade selvagem” que é preciso controlar inserindo sua animalidade em um “cálculo”, que é aquele imanente ao trabalho e ao capital. Daí a relação paradoxal, como argumenta ainda Mbembe, que o

Negro ocupa na relação valor: é aquilo que não possui valor, mas que se visa incorporar na relação valor, uma antieconomia imanente à economia, que faz o exercício da violência ficar sempre no liame entre a racionalização e o dispêndio de puro terror. Encarnando aquilo que é oposto à razão e ao trabalho, próximo à animalidade, o negro aparece como uma figura pré-humana, incapaz de construir um mundo, de adentrar na história a partir do trabalho, e que deve, assim, ser integrado pelo processo civilizatório. Pela luxúria ou pela preguiça, a exploração de negros e indígenas se vê assim justificada (Ibid., p. 149).

Se é nas “pias batismais da nossa modernidade” que, “pela primeira vez na história humana, o princípio racial e o sujeito de mesma matriz foram operados sob o signo do capital” (Ibid., p. 32), então os processos de descodificação e desterritorialização - que o capitalismo não só supõe em sua formação, mas põe em seu desenvolvimento, deslocando seus limites internos e buscando abarcar cada vez mais o globo - também são, ao mesmo tempo, a maneira como o racismo se produz e se reproduz em escala ampliada desde o século XV.

CONSIDERAÇÕES

O capitalismo, enquanto negativo de todas as outras formações sociais, pressupõe, como vimos, a destruição de outros modos de vida e seus códigos, e isso foi feito pela produção de um “corpo sem mundo e sem-terra, um corpo de energia combustível” (MBEMBE, 2017, p. 23) racializado, mas também pela produção sexual do corpo que animalizou as mulheres e as submeteram à esfera da reprodução. Percebemos, então, que o processo de racialização e de produção sexual do corpo operam por uma lógica paradoxal de exclusão-inclusiva a partir da qual o trabalho abstrato é imposto: é ao serem produzidos como *exterioridade selvagem* em relação ao trabalho e ao dinheiro, enquanto pura vida biológica, que negros, indígenas e mulheres foram incluídos, em sua própria exclusão, na ordem social capitalista

E sendo raça e gênero princípios constitutivos do trabalho e do dinheiro como relações sociais de produção, é possível ao menos indicar como passos de um aprofundamento futuro, que essas categorias irão determinar não só a divisão internacional do trabalho e os diversos graus de exploração, em suma, todo o ciclo de produção, distribuição e consumo, a separação entre esfera de produção e reprodução, mas também orientarão as tendências históricas do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas e das forças destrutivas consumidas nas guerras e nas políticas securitárias que se expandem atualmente na forma de um estado de exceção mundial (MBEMBE, 2018, p. 46 e 50; PRECIADO, 2018, p. 26-38).

REFERÊNCIAS

- BATAILLE, G. **O Erotismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 2011^a
- FAUSTO, R. **Abstração real e contradição**: sobre o trabalho abstrato e o valor. In: Marx: Lógica e Política, Tomo I. Editora brasiliense, 1987.
- FEDERICCI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- JAPPE, A. **As Aventuras da Mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.
- JAPPE, A. **Crédito à morte**: a decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.
- LAURETIS, T. Tecnologia de Gênero. In: **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Org. Heloisa Buarque de Hollanda, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LOCKE, J. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e Outros Escritos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014a.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Políticas da inimizade.** Lisboa: Antígona, 2017.

MACHADO, N.M.C. A aporia do conceito de trabalho em Marx: uma análise cronológica. In: **Utopia, Anarquia e Sociedade.** Coimbra: Edições Almedina, 2018.

POSTONE, M. **Tempo, Trabalho e Dominação Social:** uma reinterpretção da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRECIADO, P. **Texto Junkie:** sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

KURZ, R. **O Pós-Marxismo e o Fetiche do Trabalho:** sobre a contradição histórica na teoria do Marx. Publicado na Revista KRISIS, nº 15, 1995. Disponível em: <http://obeco-online.org/>.

SCHOLZ, R. **A nova crítica social e o problema das diferenças:** disparidades econômicas, racismo e individualização pós-moderna. 2004. Disponível em: <http://obeco-online.org/>.

SIBERTIN-BLANC, G. **Politique et État chez Deleuze e Guattari:** Essai sur le matérialisme historico-machinique. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

O CORPO TRAVESTI NO ESPAÇO ESCOLAR, REFLEXÕES A PARTIR DA PERSONAGEM NATASHA NA SÉRIE *SEGUNDA CHAMADA*

Anderson Luiz Melo¹⁵

INTRODUÇÃO

Ao nos voltarmos para a tematização da realidade social do país pela ficção seriada, encontramos um considerável histórico de momentos em que problemáticas sociais, vivências marginalizadas e assuntos tidos como tabus foram incorporados por produções televisivas. Telenovelas e séries constituíram-se em arranjos onde “ficção e realidade coabitam, coexistem, mas não se confundem” (MOTTER, 2003, p. 37). Motter (2003) defende que ao abarcar pautas negligenciadas pelas diversas instâncias da sociedade, a ficção televisiva demonstra um papel educativo, confirmando-se como criadora e propagadora de um saber sobre o mundo. Entre as produções seriadas do país, a telenovela ocupa um lugar central na abordagem do contexto sociocultural e econômico.

Visando a uma sociedade mais justa, menos desigual e mais humana, esses autores [das telenovelas nacionais] definem o rumo de suas histórias e com elas impulsionam mudanças que se manifestam na complexidade crescente das produções das tramas. Criam suas histórias olhando para os cotidianos das pessoas, da sociedade, do país. Fazem a crítica, a denúncia, discutem os problemas. Às vezes, intervêm (MOTTER, 2003, p. 42).

As séries e minisséries da TV Globo também guardam um histórico de tratativas do contexto nacional, em especial aqueles dos espaços urbanos, principalmente a violência e o crime organizado, retratados em

¹⁵ Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pelo CEUNSP-Salto, especialista em Teorias e Práticas e Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Mestrando do PPGCOM ECA-USP. Email: andersonluizmelo@usp.br Orcid: orcid.org/0000-0003-3614-5976

produções como *Força Tarefa* (TV Globo, 2009/2011), *O Caçador* (TV Globo, 2014) e *Justiça* (TV Globo, 2016). Nos últimos anos, algumas séries têm chamado atenção, entre outros fatores, pelo tom naturalista que assumem para compor suas narrativas, tornando os problemáticos cenários das metrópoles do país o seu mote central. O horário após a telenovela das 21h, uma faixa de programação que segundo Balogh (2002) é justamente caracterizado pela experimentação de novos modos e estéticas visuais, em que qualidade é um dos principais fatores constituintes das obras exibidas.

Como se trata de um conjunto de obras de acabamento mais apurado e estrutura coesa e menos esquemática do que as demais obras ficcionais da TV, são frequentes os momentos em que a minissérie pode se tornar um espaço para testar os limites do televisual e enfrentar o desafio de inovar a linguagem ou de ultrapassar as próprias servidões da linguagem televisual (BALOGH, 2002, p. 127).

Nos últimos anos, o horário das 22h foi marcado pelo protagonismo dado às pautas sociais, em especial na série *Sob Pressão*, uma coprodução da TV Globo com a *Conspiração Filmes*. Ao longo de suas três temporadas, a produção tematizou os problemas dos hospitais públicos em áreas periféricas. “Os casos representativos, tratados em cada episódio, ratificaram a proposta naturalista da série com a abordagem de temas como a violência no Rio de Janeiro, o uso de drogas e o sucateamento do serviço público de saúde” (LOPES; LEMOS, 2020, p. 107).

Depois de três anos abordando a saúde pública no cenário de uma metrópole, a faixa das 22h se ocupou de um outro serviço público historicamente precário no país: a educação. Dos hospitais do Rio para uma escola, também pública, de São Paulo, e seu programa de alfabetização de jovens e adultos, entre oito de outubro e 17 de dezembro de 2019, foi ao ar, em onze episódios, *Segunda Chamada*, uma coprodução da TV Globo, com a O2 Filmes.

Ambientada na periferia da cidade de São Paulo, *Segunda Chamada* apresenta os dramas pessoais dos alunos e professores de uma turma de Educação para Jovens e Adultos (EJA) de uma escola municipal fictícia. Como em *Sob Pressão*, cada episódio conta a história de uma personagem diferente, com temas como transfobia, racismo e escolarização na terceira idade. As duas séries convergem no enfoque de situações tensas, com cenas realistas e alta carga dramática. Tais características indicam a consolidação do formato série na abordagem de pautas densas e complexas, como ocorre nas telenovelas brasileiras de caráter naturalista, especialmente as das 21h (LOPES; LEMOS, 2020, p. 107-108).

Em síntese, o enredo de *Segunda Chamada* ocupa-se da realidade de uma escola pública da periferia de São Paulo, que leva o nome da escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, um espaço habitado pelas diferenças de idade, crença, gênero e sexualidade. É do convívio dessas diversidades que surgem os embates constituintes da trama, que também aborda a violência doméstica e urbana, o tráfico e o consumo de drogas, o aborto, a intolerância religiosa, a transfobia, a xenofobia, o suicídio, o abandono parental, pessoas em situação de rua e a ressocialização de ex-reclusos.

Algumas dessas pautas são tematizadas também nos percursos narrativos dos professores, como é o caso de Lúcia (Deborah Bloch), uma das personagens de maior destaque na trama. Retornando à escola após o suicídio do filho, ela precisa aprender a lidar com os acontecimentos passados. E de Sônia (Hermila Guedes), vítima de violência doméstica. As dores e as vivências de professores e alunos da Escola Estadual Carolina Maria de Jesus compõem o enredo de *Segunda Chamada*, uma série escrita por Carla Four, Julia Spadacinni e Jo Bilac.

Foto 1: Da esquerda para direita, o diretor Jaci (Paulo Gorgulho), as professoras de Português, Lúcia (Débora Bloch); de História, Sônia (Hermila Guedes); de Matemática, Eliete (Thalita Carauta); e o professor de Artes, Marco (Silvio Guindane).



Fonte: divulgação TV Globo (2019).

Foto 2: A série foi gravada entre julho e agosto de 2019 na antiga Escola do Jockey Clube de São Paulo.



Fonte: Divulgação TV Globo (2019).

Foto 3: A sala com goteiras e os guarda-chuvas necessários para se assistir a uma aula.



Fonte: Divulgação TV Globo (2019).

Natasha, o corpo travesti

Segunda Chamada também se voltou para a temática da transexualidade, por meio do percurso narrativo da travesti Natasha, uma identidade de gênero que se aproxima da de sua intérprete, a cantora e ativista Linn da Quebrada, que se identifica como sendo uma bicha travesti. Natasha aparenta ter entre vinte e trinta anos, trabalha como cobradora de ônibus no transporte público da cidade de São Paulo e está no último ano do ensino médio, no EJA (Ensino de Jovens e Adultos) da Escola Estadual Carolina Maria de Jesus. Pouco se sabe sobre o seu passado e sua vida fora da escola.

Foto 4: Natasha em um dos seus momentos finais na série, a formatura.



Fonte: divulgação TV Globo (2019).

É possível afirmar que 2019 foi o ano com o maior número de personagens transexuais da história da televisão brasileira, todas elas sendo interpretadas por atrizes também transexuais ou travestis. A primeira delas foi a mulher trans Marcos Paulo (Nany People), de *O Sétimo Guardião* (TV Globo, 2018/2019), que mesmo após passar pela cirurgia de redesignação sexual, opta por permanecer com o nome masculino. Marcos Paulo protagonizou a primeira cena de sexo envolvendo uma mulher trans em uma telenovela nacional.

No mesmo período em que *Segunda Chamada* ia ao ar, o horário das 21h exibia *A Dona do Pedaço* (TV Globo, 2019). A trama contava com uma

jovem mulher trans, Britney (Glamour Garcia) que volta para a cidade de São Paulo depois de um tempo no interior e se apaixona pelo conservador Abel (Pedro Carvalho). Britney foi a primeira mulher trans a se casar em um final de novela.

CAROLINA MARIA DE JESUS: ESPAÇO ESCOLAR, ESPAÇO CONSERVADOR

Um dos pontos mais icônicos a respeito de *Segunda Chamada* é a escolha do nome de uma das autoras negras mais negligenciadas do país. Apesar de ser um espaço que carrega o nome de quem dedicou-se a escrever sobre a miséria e a marginalização dos mais humildes, a Escola Estadual Carolina Maria de Jesus ainda é um espaço escolar, portanto, não se distancia das lógicas de exclusão e conservadorismo.

Ao longo de onze episódios registram-se estigmatizações e ataques às corporeidades tidas como desviantes, seja por idade, credo, ocupação profissional (o caso de uma aluna prostituta) ou gênero, um percurso narrativo denotador da incapacidade da instituição escolar em lidar com as diversidades sociais, em especial as generidades e sexualidades que não se enquadram no estofado do binarismo masculino e feminino, e parecem atentar contra o determinismo biológico.

A escola não é uma ilha. Embora saibamos que historicamente tem cumprido principalmente o papel de reprodutora de uma visão naturalizada das relações sociais, notamos que os debates que atravessam a sociedade brasileira também podem se sentir nas salas de aula (BENTO, 2002, p. 558).

A dificuldade do espaço escolar em lidar com os corpos desviantes das normas de gênero é uma das primeiras questões abordadas pela série. No início do primeiro episódio, Natasha é vítima de bullying ao usar o banheiro masculino. Depois de ataques verbais, a personagem sofre violência física quando tentam colocar sua cabeça dentro do vaso sanitário. Ao conseguir se desvencilhar, ela espanta os agressores com a navalha que carrega no bolso. Uma cena que exemplifica a existência do "desejo de

eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço escolar” (BENTO, 2002, p. 556). O heteroterrorismo, termo cunhado por Bento (2002), vai encontrar na escola uma relação de anuência e um terreno concessório para a sua prática.

A patologização das identidades autoriza e confere poder àqueles que estão no centro para realizar com as próprias mãos a “assepsia” que deixará a sociedade livre da contaminação. É a patologização das identidades distribuindo humanidade, proferindo sentenças e castigos aos que ousaram romper a lei. É o heteroterrorismo em pleno processo de funcionamento, interiorizado, reproduzindo-se com toda eficácia. Os divergentes sexuais e de gênero só poderão existir em espaços apropriados, nos compêndios do saber médico e nos espaços confessionais das clínicas. Lá os encontraremos, todos hierarquizados, classificados e especificados (BENTO, 2002, p. 557).

A partir desse ataque, Natasha passa a temer o banheiro masculino e, ao tentar usar o feminino, é impedida por Jurema (Teca Pereira), uma estudante idosa, que ao longo da série se mostrará muito religiosa. O impasse entre as duas evolui para uma acalorada discussão em que Jurema chama Natasha pelo nome masculino, Robson. A tensão acaba com a chegada da professora Lúcia (Débora Bloch), que leva Natasha para usar o banheiro dos professores, mas o acesso é impedido por outra educadora, Sônia (Hermila Guedes), que não vê com bons olhos a circulação de alunos nos espaços destinados aos professores. Com o novo impedimento, Natasha acaba urinando em uma lixeira. Lúcia leva a questão até o diretor, que se recusa a tratar do problema.

Jaci: Você quer que eu faça o quê? Um terceiro banheiro pra travesti? **Lúcia:** Se a gente não tomar uma atitude, a gente vai perder mais um aluno. **Jaci:** E que atitude é essa? Vamo lá! Me dá uma ajuda.

Lúcia: Não sei, não sei, Jaci. Por isso eu vim falar com você, não sei como agir.

Jaci: Tá vendo? a gente não pode ter o controle sobre tudo Lúcia. A única coisa que a gente pode controlar é a sua aula e olhe lá (*Segunda Chamada*, 2019).

Os temores de Natasha evidenciam que “o que se estabelece no espaço escolar é algo mais complexo e violento do que pode parecer à

primeira vista” (SILVÉRIO; ABRAMOWICZ, 2013, l. 171) e, como é apontado pela personagem Lúcia na cena transcrita acima, essa violência pode culminar na exclusão desse corpo dissidente. *Segunda Chamada* nos mostra que o heteroterrorismo vai vitimizar não apenas as crianças desviantes do determinismo biológico, como também os adultos. Segundo Bento, “para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em ‘evasão’” (BENTO, 2002, p. 555). O impasse causado pelo uso do banheiro e a falta de disposição por parte da direção para a resolução do problema corroboram como as postulações de Bento sobre como “a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade” (BENTO, 2002, p. 555).

Para Silvério e Abramowicz, deve-se “aproveitar toda oportunidade que surge em sala de aula para falar sobre sexualidade, gênero e práticas sexuais tendo como compromisso o reconhecimento da diversidade e o respeito a ela” (SILVÉRIO; ABRAMOWICZ, 2013, l. 265-269). Ainda no primeiro episódio, Lúcia inconformada com as violências sofridas por Natasha, utiliza o momento de sua aula de Literatura para tentar aproximar os alunos das vivências de Natasha, promovendo um diálogo entre a transfobia e os outros modos de violência e exclusão vivenciados pelo restante da classe.

Lúcia: Quem sabe me dizer quem foi a Carolina Maria de Jesus?

Aluno 1¹⁶: Uma escritora negra.

Lúcia: Isso! É autora do livro que a gente vai estudar esse semestre, *Quarto de Despejo*. A Carolina Maria foi a primeira mulher negra a publicar um livro no Brasil. Criou os quatro filhos trabalhando como catadora de papel. Cês podem imaginar quanto preconceito ela não sofreu? Imagina se ela tivesse desistido diante das dificuldades, a gente teria perdido uma das maiores autoras brasileiras. Eu vou ler aqui um

¹⁶ Optou-se por identificar o personagem como Aluno 1, em razão do mesmo não ter sido identificado na série.

trechinho de uma entrevista dela. Quando perguntaram pra ela o motivo pra ela escrever um livro, ela respondeu, "*quando eu não tinha nada ao que comer, invés de xingar, eu escrevia*". Não é à toa que a nossa escola chama Carolina Maria de Jesus, todo mundo que tá aqui já levou muito não na vida. Todo mundo que tá aqui já levou muita porta fechada na cara. Essa escola pode ser a nossa segunda chance gente. Quem aqui já foi seguido de perto numa loja por um segurança? (*quase que a totalidade da sala levantas as mãos*) E quem levou dura da polícia sem motivo nenhum?

Aluno 1: Isso acontece comigo quase todo dia.

Lúcia: Quem já se sentiu constrangido por entrar num elevador social? (*parte considerável dos alunos levantas as mãos*). E quem já foi agredida só por entrar num banheiro? (Jurema, a aluna que impediu a entrada de Natasha no banheiro se mostra constrangida, enquanto Natasha levanta as mãos).

Lúcia: A gente já tem uma batalha todo dia lá fora. Aqui dentro dessa escola todo mundo veste a mesma camisa (*Segunda Chamada, 2019*).

Ainda nesse primeiro episódio, após a fala de Lúcia, uma cena mostra os alunos no intervalo e Jurema procurando um lugar para lanchar. No entanto, a aluna é hostilizada. Não é possível verificar de quem partiu a ofensa, mas alguém no refeitório a chama de velha. Ao ver a situação, Natasha se solidariza e chama Jurema para se sentar na mesa com ela e os amigos.

O percurso narrativo constituído nesse primeiro episódio vai ao encontro de Edgar Morin, quando este se dedica ao trato da educação do futuro: "o problema da compreensão tornou-se crucial para os humanos. E, por este motivo, deve ser uma das finalidades da educação do futuro" (MORIN, 2002, p. 93). Na sequência descrita acima, Lúcia utiliza o conteúdo de sua disciplina para promover a compreensão da condição do outro. A partir de um fator comum na realidade de todos os alunos da classe, o preconceito, compreender a humanidade do outro se dá por meio de um processo de percepção de similaridades e confluências, que se dá de modo

subjetivo, percebendo o outro como um sujeito com o qual nos identificamos¹⁷.

A educação do futuro deverá ser o ensino primário e universal, centrado na condição humana. Estamos na era planetária; uma aventura comum conduz os seres humanos, onde quer que se encontrem. Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano (MORIN, 2002, p. 47).

A violência contra os gêneros divergentes, feita por aqueles tidos como naturais, se manifesta em muitas instâncias da sociedade e os acompanha em seus percursos diários em casa, na rua, no trabalho e na escola. É preciso estar sempre alerta. A resistência e o enfrentamento se fazem necessários em tempo integral, uma conjuntura comum aos transgêneros e às travestis da realidade e também da ficção, como é o caso de Natasha. *Segunda Chamada* evidencia como a transfobia persegue a personagem de modo ininterrupto, exigindo que ela nunca se aparte da navalha usada no primeiro episódio para se defender de um ataque no banheiro masculino. Seja no trabalho como cobradora de ônibus ou no tempo em que está na escola, a arma está sempre acessível, tanto que, no episódio dois, Eliete, professora de matemática, descobre o artefato no bolso da calça de Natasha e confisca-o. Apesar da descoberta, Eliete se solidariza com a aluna e não informa o diretor sobre o ocorrido, e após uma conversa, em que Natasha lhe conta a respeito das violências que a ameaçam diariamente, Eliete lhe devolve a navalha, sob a promessa de que não seja trazida novamente para a escola.

Os acontecimentos desse segundo episódio da série confirmam as postulações de Lanz: “dentre todas as violências sofridas pelas pessoas de gêneros divergentes àqueles ‘naturalizados’ ainda hoje pela sociedade, as

¹⁷ Morin considera a existência de dois tipos de compreensão, a intelectual ou objetiva e a humana intersubjetiva. A objetiva se ocuparia das coisas anônimas ou materiais, limitando-se à uma explicação racionalizada, já a intersubjetiva permite a compreensão a partir de um processo de identificação com o outro, sendo atravessado por uma lógica empática.

que mais as afetam são as decorrentes da família e da escola” (*apud* VIGGANO; LAFFIN, 2017, p. 110). Essa incapacidade da instituição escolar em garantir a segurança de um corpo “desviante” pode ser tomada como uma evidência de sua inaptidão para lidar e efetivamente acolher as diversidades. “A escola incorporou os padrões sexistas culturalmente produzidos, seguiu estereótipos, e invisibilizou identidades; o que fez com que essa instituição fosse erguida por meio de práticas excludentes” (VIGGANO; LAFFIN, 2017, p. 111).

O ambiente da Escola Estadual Carolina Maria de Jesus é hostil não apenas com a travesti Natasha, outros corpos também são violentados. No quinto episódio da série, uma outra corporeidade feminina é assediada. A aluna Márcia (Sara Antunes) recebe diversos insultos e comentários de conotação sexual de alunos homens ao tentar amamentar em público sua bebê recém-nascida, que ela leva para a escola por não dispor de lugar ou de alguém que possa cuidar da criança. O assédio a acompanha ao longo do episódio a ponto de ela recorrer à privacidade de uma cabine do banheiro feminino para conseguir alimentar a filha.

Márcia e o marido Pedro (Vinícius de Oliveira) estão na mesma classe. Ele acompanhou todos os ataques contra a esposa, mas quando os insultos se repetem durante a aula, ele não se contém e tenta agredir os assediadores. A professora Lúcia separa a briga e defende que Márcia possa amamentar sem ser assediada. A fala da professora é o estopim para um protesto: as alunas sobem nas carteiras e exibem os seios em solidariedade à colega constrangida. Natasha é uma das primeiras a se juntar à manifestação e fazer do seu corpo um instrumento de protesto. Márcia é evangélica e já se mostrou muito conservadora e, em alguns momentos, intolerante, chegando a quebrar a imagem de uma santa católica que ficava no pátio da escola. No entanto, mesmo o seu histórico conservador não impediu que as demais alunas da turma se mostrassem solidárias com ela.

É importante destacar que, além de se solidarizar e posicionar-se em defesa da aluna assediada, Lúcia não se contrapõe à manifestação. Pelo contrário, a personagem sobe em uma cadeira e olha para a classe sorrindo,

nos dando a entender que ela também mostrará os seios. Ao se integrar ao protesto, a professora contraria a repressão, que para bell hooks (2017), é a norma em sala de aula, e nos mostra que "a educação como prática da liberdade não tem a ver somente com um conhecimento libertador, mas também com uma prática libertadora em sala de aula" (HOOKS, 2017, p. 197). Ainda sobre educação e liberdade, é importante pontuar que corpos ameaçados e violentados não são e nem estão livres. As corporeidades de Natasha, uma travesti, e Márcia, uma mulher cis conservadora impedida de amamentar, evidenciam a necessidade de fazer do corpóreo humano um assunto constante em uma sala de aula que se pretende libertadora, "quando começamos a falar em sala de aula sobre o corpo, sobre como vivemos no corpo, estamos automaticamente desafiando o modo como o poder se orquestrou nesse espaço institucionalizado e particular" (HOOKS, 2017, p. 183).

No sexto episódio, acessamos um pouco da vida de Natasha fora do ambiente escolar e conhecemos Evandro (Arthur Aguiar), o namorado que não aceita assumir publicamente o relacionamento com a travesti. Natasha cobra que Evandro esteja na plateia de uma peça de teatro que ela protagonizará na escola, mas ele se recusa, deixando claro que a discrição é condição básica para a continuidade da relação. O ocorrido entristece a jovem que se sente desmotivada para continuar no espetáculo. Faltando alguns minutos para o início da apresentação e com o restante da turma preocupada com os rumos da produção sem a protagonista, a professora Sônia, vítima de violência doméstica, vai atrás de Natasha e as duas conversam sobre suas experiências:

Sônia: Cê quer me dizer o que tá acontecendo, Natasha?

Natasha: Cê sabe o que é a pessoa que você ama, que diz que te ama, ter vergonha de você, do seu corpo, de quem você é?, Cê devia saber que amor não é coisa pra travesti, né?

Sônia: Eu não tô te reconhecendo, Natasha. Você que sempre lutou pelos seus direitos, pra ser respeitada, todo mundo merece ser amado.

Natasha: Amada como?

Sônia: Quem nunca se envolveu com uma pessoa errada? Eu te entendo. **Natasha:** E como a gente saí disso?

Sônia: A gente tem que se amar acima de tudo.

Natasha: Você fala isso porque você é mulher, casada, cê não sabe o que eu passo...eu sou sozinha.

(Sônia tira a jaqueta que está vestindo e mostra os hematomas causados pelo marido).

Sônia: Quando eu falo que eu te entendo, eu te entendo mesmo. **Natasha:** Mas o que é isso professora? O que que é isso?

Sônia: Isso aqui é o que acontece quando a gente esquece de se amar, fica difícil a saída. Vai lá, sobe nesse palco. Não deixe ninguém estragar sua apresentação. Faz isso por mim, por você *(Segunda Chamada, 2019)*.

Foto 5: Evandro não aceita assumir publicamente o relacionamento com Natasha.



Fonte: GShow, (2019).

Esse momento em que Sônia ultrapassa as fronteiras da impessoalidade e utiliza sua experiência pessoal para tratar da realidade de uma aluna em diálogo com as postulações de bell hooks sobre a necessidade de os professores também partilharem suas vivências em um espaço acadêmico comprometido com os padrões educacionais emancipatórios: “os professores que esperam que os alunos partilhem narrativas confessionais, mas não estão eles mesmos dispostos a partilhar as suas, exercem o poder de maneira potencialmente coercitiva” (HOOKS,

2017, p. 35). Para este pesquisador, que fala de uma posição que não é a de professor, o diálogo entre a cena descrita acima e a prognose de bell hooks possui um valor indicial a respeito da necessidade de professores recorrerem à sua condição humana e sociocultural no espaço escolar: “é produtivo, muitas vezes, que os professores sejam os primeiros a correr risco, ligando as narrativas confessionais às discussões acadêmicas para mostrar de que modo a experiência pode iluminar nossa compreensão do material acadêmico” (HOOKS, 2017, p. 35-36). Encurtar as distâncias impostas pela hierarquia pedagógica pode estreitar as relações e enriquecer os processos de ensino e aprendizagem.

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado para esse processo (HOOKS, 2017, p. 35).

Em todos os seus momentos de conflito ao longo da série, Natasha sempre contou com um apoio e a solidariedade de uma professora, como foi o caso de Lúcia quando da violência e das dificuldades para o uso do banheiro, Eliete e a questão da navalha e, por fim, Sônia durante a crise no relacionamento com o namorado Evandro. Acreditamos ser importante destacar que o suporte dado à Natasha por educadoras mulheres pode ser tomado como um indício para uma das hipóteses levantadas por Altman, Ayoub e Amaral (2011) de que as mulheres estariam mais atentas à dimensão de gênero e, nesse caso de transgênero, no momento do planejamento de suas aulas. A relação estabelecida entre a aluna e as professoras Lúcia, Eliete e Sônia nos permite entrever que a vivência como mulher promove a compreensão e a solidariedade com Natasha, uma aluna travesti. Relações estas que se desenvolvem a partir de uma estrutura marcada pelas violências de gênero.

CONSIDERAÇÕES

Para Pierre Bourdieu, a escola “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BORDIEU, 2007, p. 41), constituindo-se em um espaço de preservação e manutenção das estruturas sociais vigentes. Entre elas, aquela que se pauta pelo repertório do determinismo biológico e do binarismo de gênero. A Escola Estadual (e ficcional) Carolina Maria de Jesus nos dá um vislumbre de como a violência e a intolerância são constantes nas diversas instituições da sociedade, incluindo as de ensino. Natasha é uma das corporeidades frequentemente violentadas, mas ela não está sozinha. Alunos negros, pobres, imigrantes e mulheres encorpam o coro das vítimas do espectro intolerante que historicamente se faz presente em um lugar que deveria se destinar ao acolhimento.

Ora, se consideramos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclamam ideias democráticas, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios (BOURDIEU, 2007, p. 53).

A primeira temporada da série se encerra no episódio onze, com a cerimônia de formatura da turma de Natasha. Nos momentos finais da celebração, a professora Lúcia evoca o educador Paulo Freire.

Lúcia: Eu aprendo muito com vocês todos. Como dizia o grande educador Paulo Freire, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tão pouco, a sociedade muda. Eu desejo, do fundo do meu coração, que vocês sejam agentes transformadores desse país, brigada (*Segunda Chamada*, 2019).

Para bell hooks (2017, P. 26), “a obra de Freire afirmava que a educação só pode ser libertadora quando todos tomam posse do conhecimento como se este fosse uma plantação em que todos temos de

trabalhar”. No entanto, além de dificultar o acesso e a permanência dos indivíduos desviantes dentro do seu espaço, a escola não garante as condições necessárias para que todos estejam em um estado de justiça social, vide as dificuldades de Natasha para o uso do banheiro.

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais da cultura (BOURDIEU, 2007, p. 53).

O percurso narrativo de *Segunda Chamada* denota e traz para o horário nobre da maior emissora de televisão do país a urgência da sociedade se voltar para os modos como os corpos desviantes e os indivíduos em estado de marginalização e negligência são recebidos dentro do espaço escolar. A educação só se concretizará em fator de mobilidade social quando a equidade pautar as práticas administrativas e pedagógicas. Do contrário, a escola libertadora permanecerá sendo apenas uma fábula ou um privilégio destinado não apenas, mas principalmente, aos que não divergem dos padrões e normas do ideário conservador e que já se encontram, desde sempre, em situação falsa de liberdade, tendo em vista que mesmo as corporeidades normativas também são vítimas do conservadorismo.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Helena. AYOUB, Eliana. AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gênero na prática docente em educação física: “Meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19 (2): 336, maio/agosto, p. 491-501, 2011.

BALOGH. Ana Maria. **O discurso Ficcional na TV: sedução e sonhos em doses homeopáticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *In: Estudos Feministas*. Florianópolis: 19 (2): 336, maio/agosto, p. 549-559, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In: Escritos de Educação*. Petrópolis: 9 ed. Vozes, 2007.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. São Paulo: 2 ed. WWF Martins Fontes, 2017.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de Lopes. LEMOS, Ligia Prézia. Brasil: Tempo de Streaming brasileiro. *In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo. GÓMES, Guillermo Orozco (coordenação). O melodrama em tempos de streaming: Anuário Obitel*. Porto Alegre: Sulina, 2020, p. 83-116.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: 6 ed. Cortez; Brasília, UNESCO, 2002.

MOTTER, Maria de Lourdes. **Ficção e realidade**: a construção do cotidiano na telenovela. São Paulo: 1 ed. Alexa Cultural, Comunicação e Cultural – Ficção Televisiva, 2003.

SEGUNDA Chamada. Criação: Carla Faouci, Júlia Spadaccini, Jo Bilac. Direção: Joana Jabace, Pedro Amorim, Henrique Suer. Primeira Temporada, 2019. Disponível em GloboPlay <<https://globoplay.globo.com/segunda-chamada/t/DYpvss7pz5/>>. Acesso em 26 out. 2021.

SILVÉRIO, Valter Roberto. ABRAMOWICZ, Anete. **Afirmando diferenças**. Campinas: Ed. do Kindle, Papyrus, 2013.

VIGANO, Samira de Moraes Maia. LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. As violências sexuais e de gêneros: processos de exclusão vivenciados no espaço escolar. *In: Revista Café com Sociologia*. Volume 6, número 1, janeiro/abril, 2017.

SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS E SUA RELAÇÃO COM OS SERVIÇOS: PERFIL DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

Carolina de Souza¹
Manoel Antônio dos Santos²

INTRODUÇÃO

No campo da Saúde Coletiva, as concepções generificadas incidem na maneira como os sujeitos se vinculam aos serviços de saúde e nos modos como se organizam as práticas de cuidado (GOMES, 2008; SOUTO, 2008). No contexto assistencial institucionalizado, as desigualdades de gênero contribuem para a constituição dos públicos beneficiários das ações ofertadas em detrimento de outros (SCHRAIBER et al., 2010). Nesse sentido, é relativamente recente no cenário brasileiro o reconhecimento das mulheres como sujeitos das políticas de saúde (BRASIL, 2004). Apesar dos avanços alcançados, nota-se persistente dificuldade de inserir a questão da orientação sexual não heterocentrada nas propostas assistenciais.

Evidências apontam que pessoas com orientação sexual divergente da heteronormatividade enfrentam disparidades de saúde quando comparadas com as que estão em conformidade com o padrão heteronormativo. Estudos conduzidos no cenário internacional mostram que o assédio e a discriminação baseada na orientação sexual estão

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista de doutorado da FAPESP (processo número 2020/09464-3). E-mail: carolina2.souza@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9333-7486>.

²Professor Titular do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 1A. E-mail: masantos@ffclrp.usp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8214-7767>

associados a maior vulnerabilidade aos transtornos psicológicos (HEREK et al., 1997; LEWIS et al., 2015; MEYER, 1995). Desse modo, são identificadas desvantagens significativas na saúde da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). A exposição a experiências recorrentes de estigmatização e o temor de revelar a orientação sexual e/ou identidade de gênero aos prestadores de cuidados de saúde constituem barreiras consistentes para utilização dos serviços por pessoas LGBT (WHITEHEAD; SHAVER; STEPHENSON, 2016). Os autores encontraram elevada prevalência de fatores de risco à saúde em pesquisa *on-line* com a população rural LGBT dos Estados Unidos, incluindo altas taxas de tabagismo e consumo excessivo de álcool. Os sintomas autorrelatados foram consistentes com os critérios diagnósticos para transtorno depressivo, o qual se mostrou altamente prevalente na amostra. Esse achado é congruente com os resultados obtidos por outra pesquisa, que identificou taxas de sintomas depressivos de 13% para adultos e 25% para jovens entre as minorias sexuais e de gênero recrutadas em festivais urbanos promovidos para a população LGBT (McElroy et al., 2016).

McNair e Bush (2016) constataram que a exposição à discriminação e julgamento negativo foram as barreiras mais comuns relatadas por homens homossexuais e mulheres lésbicas que buscaram os serviços de saúde, seguidas por queixas relacionadas à falta de sensibilidade dos profissionais às demandas peculiares da população LGBT. Esses desconfortos acarretam repercussões negativas, influenciando na prontidão para buscar ajuda e fazendo com que a pessoa sinta necessidade de demonstrar autossuficiência, o que retarda a procura da assistência. Essas foram características comuns encontradas na população LGBT, além da desconfiança quanto à preservação dos cuidados éticos. Cerca de um terço das(os) participantes mostraram-se preocupadas(os) com a falta de confidencialidade na divulgação de seus dados. Por outro lado, a prerrogativa de ter acesso a profissional de sua livre escolha mostrou ser

um facilitador para a busca de serviços para até um terço da amostra.

No Brasil, as questões de gênero impactam a saúde LGBT de diversas maneiras. Unidades de Saúde da Família (USF) são socialmente percebidas como “lugar de mulheres” e “para mulheres”. De fato, as mulheres representam a maior parcela do público atendido nesses equipamentos. Geralmente, as ações de saúde ofertadas pelos serviços estão associadas a aspectos de saúde sexual e reprodutiva, e a porta de entrada guarda relação com a maternidade. É comum que a mulher tenha acesso ao serviço de saúde quando algum agente de saúde identifica sua gravidez durante uma de suas visitas periódicas à residência. A partir do encaminhado realizado, a mulher é captada para outras ações de saúde. Percebe-se que o perfil esperado nas USF é o da mulher adulta, mãe e heterossexual. Qualquer mulher que se distancie desse padrão tende a ser invisibilizada ou está fadada a deparar-se com serviços que não são apropriados para acolher suas demandas particulares (MELLO, 2014; SOUTO, 2008).

Na maior parte das vezes, as mulheres lésbicas passam despercebidas nos serviços de saúde e a identificação de sua orientação sexual não ocorre de forma direta nas consultas, mas pela identificação, por parte de outras pessoas, de características supostamente típicas do gênero masculino, tais como corte de cabelo curto, estilo de roupa masculinizada, manifestação de gestos e trejeitos considerados masculinos ao andar, timbre da voz tendendo ao grave, entre outros signos corporais. As mulheres que não apresentam comportamento e aparência física compatíveis com essa representação estereotipada da existência lésbica não são percebidas como lésbicas, ficando ainda mais invisibilizadas nos serviços, e provavelmente têm suas necessidades singulares não atendidas. Esse julgamento baseado na aparência e nos estereótipos construídos em torno da sexualidade não heteronormativa valida crenças e convicções arraigadas, tais como a noção de que lésbicas não correm risco de transmitir infecções sexualmente transmissíveis (IST/Aids) e, por conseguinte, não

haveria necessidade de fornecer orientações específicas sobre prevenção a esses agravos (ALBUQUERQUE et al., 2013; BARBOSA; FACCHINI, 2009; CARDOSO; FERRO, 2012; MELLO, 2014).

Mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais que participaram de uma pesquisa sobre experiências de acesso aos serviços de assistência em HIV-Aids descreveram múltiplas barreiras com que se defrontaram na busca de cuidado e apoio, incluindo estigmatização generalizada, predomínio de pressupostos heteronormativos nos serviços de atenção a mulheres HIV+ e tratamento discriminatório e desqualificador por parte dos profissionais de saúde (LOGIE et al., 2012). São necessárias intervenções que abordem as várias formas de discriminação e marginalização que se entrecruzam, como o estigma associado à orientação sexual e identidade de gênero, às pessoas que vivem com o HIV e à homotransfobia. Para terem efetividade na promoção da equidade em saúde entre mulheres LGBT, as ações programáticas de combate à homotransfobia nos serviços devem ser pautadas em normas comunitárias e sociais, alicerçadas em resultados de pesquisa em HIV-Aids. Estudo realizado na Austrália constatou que mulheres lésbicas e bissexuais eram significativamente mais propensas a usarem os serviços de saúde do que as heterossexuais, porém, a satisfação das primeiras com o atendimento recebido e a continuidade dos cuidados eram significativamente menores (HUGHES; SZALACHA; McNAIR, 2010).

Não é incomum que profissionais de saúde que atendem mulheres sintam-se desconfortáveis e até mesmo desconcertados(as) quando tomam conhecimento da orientação afetivo-sexual divergente do padrão heteronormativo. Sentem-se inseguros(as) quanto à abordagem que devem utilizar quando identificam uma mulher com comportamento homo ou bissexual e acabam seguindo o protocolo de atendimento prescrito para mulheres heterossexuais. Frequentemente, o despreparo para lidar com as questões da sexualidade em geral leva os(as) profissionais a evitarem se envolver com esse assunto, pois se sentem inseguros(as), sem saber o que

fazer. No decorrer da formação acadêmica, não tiveram oportunidade de discutir questões sobre homo/bissexualidade e suas interfaces com a saúde. Essa deficiência se prolonga no domínio do exercício profissional, já que faltam espaços de discussão nos serviços de saúde e a produção de materiais informativos e formativos para os profissionais negligencia a diversidade das orientações e práticas sexuais, sendo pautados exclusivamente nos discursos heteronormativos (ALBUQUERQUE et al., 2013; BARBOSA; FACCHINI, 2009; CARDOSO; FERRO, 2012; MELLO, 2014).

Para assegurar a oferta de escuta qualificada aos estratos da população que habitualmente sofrem discriminação e são marginalizados devido à orientação sexual, é urgente refletir sobre a organização dos serviços de saúde e a necessidade de formação de profissionais sensíveis a demandas dos grupos sociais estigmatizados (AARON; HUGHES, 2007; ALBUQUERQUE et al., 2016; HUGHES et al., 2007; MELLO, 2014).

Nos últimos anos, houve avanços consideráveis na implementação de programas e políticas públicas para atender necessidades específicas das populações marginalizadas, como o Programa Brasil sem Homofobia, a Carta de Direitos dos Usuários da Saúde, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Mas, a efetivação das políticas públicas em saúde no Brasil historicamente tem encontrado resistências do pensamento ultraconservador, que constituem obstáculos à efetivação de uma visão emancipadora da sexualidade e do gênero, pautada nas necessidades de saúde, no respeito à diversidade e na autonomia de decisão da pessoa sobre o próprio corpo. Desse modo, traduzir as políticas em ações concretas ainda é um empreendimento altamente desafiador (ALBUQUERQUE et al., 2013, 2016).

O Estado deve garantir o acesso aos direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica a todo cidadão e toda cidadã, independentemente do sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, e

deve assegurar que quaisquer restrições a esses direitos não sejam motivadas por discriminação. A fim de proteger o exercício desses direitos, deve-se prevenir ou efetivamente investigar e punir atos de violência e intimidação. O direito de acesso a instalações, bens e serviços de saúde de maneira não discriminatória, especialmente para populações vulneráveis ou marginalizadas, é uma obrigação imediata e deve ser garantido pelos gestores e governos (ALBUQUERQUE et al., 2013, 2016; UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, 2012).

Nas últimas décadas, tem crescido o interesse da academia por assuntos relativos à saúde sexual das chamadas “minorias sexuais”. O gênero tem sido investigado como categoria analítica e, também, como um determinante social da saúde. No caso das mulheres, não se trata propriamente de “minorias”, mas de estratos sociais minorizados, isto é, historicamente inferiorizados apesar de, do ponto de vista quantitativo, representarem a maioria da população. Quando fazemos uma leitura interseccional e recortamos o segmento constituído por mulheres que elegem como seu objeto afetivo-sexual outras mulheres, constatamos que elas estão submetidas a várias subordinações, sendo duplamente discriminadas e subalternizadas – pela sexualidade e pelo gênero feminino.

Frente ao exposto, este estudo teve por objetivo analisar a produção científica nacional em nível de pós-graduação sobre a saúde de mulheres lésbicas ou bissexuais e sua relação com os serviços, entendidos como espaços de saúde e cuidado.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, documental, do tipo revisão narrativa da literatura. Os estudos de revisão narrativa costumam ser mais amplos e são indicados para discutir e descrever o estado da arte acerca de assunto específico. Possibilitam atualizar e discutir, com economia de

tempo, o conhecimento produzido sobre determinado tema e analisar a literatura selecionada com base na interpretação e análise crítica pessoal do autor (ROTHER, 2007). Já a perspectiva da pesquisa qualitativa busca subsidiar a compreensão de significados, sentidos, vivências, experiências, crenças e representações, valorizando a perspectiva das pessoas expostas a determinado fenômeno – no caso, mulheres lésbicas ou bissexuais (FLICK, 2009).

O estudo de revisão da literatura foi orientado pela questão norteadora: *Qual é o status da produção científica nacional, em termos de pós-graduação, a respeito da saúde de mulheres lésbicas e bissexuais e sua relação com os serviços?* A coleta dos dados foi realizada por meio de consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando *lésbicas / bissexuais* como termos para nortear a busca nesse catálogo. Não houve restrição temporal para seleção dos estudos e a coleta de dados foi realizada no mês de setembro de 2019.

Na pesquisa bibliográfica foram considerados os seguintes critérios de inclusão: (1) estudos redigidos em língua inglesa, portuguesa e espanhola; (2) que abordavam o tema da saúde de mulheres lésbicas e/ou bissexuais, e sua relação com os serviços; (3) que veiculavam resultados empíricos; (4) que tinham foco exclusivo nas mulheres lésbicas e/ou bissexuais. Os critérios de exclusão foram: (1) estudos que apenas tangenciavam o tema investigado, mas que, ao serem examinados detidamente, mostravam-se distantes do objetivo definido por esta revisão; (2) estudos teóricos; (3) revisão de literatura; (4) pesquisas sobre homens (homo ou heterossexuais), transexuais e intersexuais.

A busca foi conduzida por dois revisores que trabalharam de forma independente e depois cotejaram suas listas; as divergências foram resolvidas por meio de discussão até que se obteve o consenso sobre inclusão ou exclusão. Concluída a leitura dos títulos e resumos, seguiu-se a recuperação dos estudos selecionados, de acordo com os critérios de

inclusão e exclusão definidos. Os estudos recuperados na íntegra constituíram o *corpus* da pesquisa. Após leitura exaustiva, seguiu-se uma etapa de extração dos dados de interesse para esta revisão, utilizando um formulário apropriado para esse fim. Em seguida, as informações retiradas das pesquisas foram organizadas e submetidas à análise temática (MINAYO, 2008). Essa análise ocorreu em três etapas: (a) pré-análise, (b) exploração do material e (c) análise dos resultados obtidos. Os dados foram organizados de acordo com os conteúdos prevaletentes no *corpus* analisado.

RESULTADOS

Do total de 453 estudos encontrados, 12 preencheram os critérios preestabelecidos, sendo recuperados na íntegra. Delinear os temas subjacentes às pesquisas revisadas permitiu dar visibilidade aos eixos que nortearam o desenvolvimento dos estudos, possibilitando inferir as preocupações que motivaram as(os) autoras(es) das pesquisas. Também, possibilitou identificar trajetórias de pesquisa e elencar potenciais contribuições e limitações. Os temas abordados nas teses e dissertações analisadas foram: 1. Saúde sexual e/ou reprodutiva (seis estudos); 2. Vulnerabilidades a infecções sexualmente transmissíveis - IST (seis estudos); 3. Concepções de profissionais de saúde (quatro estudos); 4. Invisibilidade das lesbianidades (quatro estudos); 5. Políticas de saúde (três estudos). Essas categorias não são mutuamente excludentes.

O foco principal dos estudos recaiu sobre as temáticas: *saúde sexual e/ou reprodutiva e vulnerabilidade às IST*, com seis estudos cada. Sobre essa primeira categoria temática, constatou-se que as pessoas lésbicas e bissexuais que participaram da pesquisa de Rodrigues (2011) relataram que o cuidado com a saúde sexual é importante para todos, mas que as mulheres são mais cuidadosas com relação à saúde. As entrevistadas se

mostraram preocupadas em se manterem saudáveis e, por isso, iam com regularidade ao ginecologista, realizavam exames, prevenção de IST e conversavam com a parceira sobre suas práticas sexuais, entre outros comportamentos de saúde adotados.

Na existência lésbica, saúde sexual e reprodutiva se relaciona “à preservação do funcionamento do corpo biológico, sobretudo dos órgãos do aparelho reprodutor feminino, para manutenção da capacidade reprodutiva, bem como do corpo apto ao exercício da sexualidade no relacionamento com sua(s) parceira(s)” (FREITAS, 2014, p. 91). A saúde sexual e reprodutiva tem base biomédica e, portanto, o cuidado fica centralizado na figura da(o) médica(o) ginecologista, o que influencia no modo como as mulheres buscam e acessam os serviços.

Pesquisa realizada com 149 mulheres que declararam manter relações sexuais com mulheres constatou que parcela expressiva de participantes não estava com o Papanicolau em dia, não passava por consultas anuais com ginecologistas, nunca tinha feito teste para investigar seu *status* sorológico para IST/Aids e não usava preservativos regularmente, o que indica vulnerabilidade dessa população (FREITAS, 2017). Muitas mulheres consideravam que as consultas médicas são uma estratégia de cuidado da qual não podem “fugir”, mas não necessariamente vivenciavam esse momento como confortável e acolhedor. Ir ao ginecologista era visto como uma forma de se cuidar, pensando em termos de saúde sexual e reprodutiva, mas a realidade é que muitas mulheres passavam bastante tempo sem receber uma única consulta nesta especialidade (RODRIGUES, 2018).

No campo da saúde sexual e reprodutiva, profissionais deveriam se mostrar mais empenhadas(os) e capacitadas(os) para cuidarem das pessoas que vivem sexualidades contranormativas devido aos efeitos deletérios que preconceitos e discriminação sexual exercem sobre a saúde dessas pessoas. Porém, muitas vezes o que se encontra entre as(os)

trabalhadoras(es) dessa área são pensamentos e convicções permeados por uma visão moralizante, normativa e ideológica (ARAUJO, 2015). Observa-se, assim, a importância de se pensar em assistência à saúde das mulheres lésbicas que seja individualizada, focada também na saúde sexual e reprodutiva, com base em ações educativas e preventivas para que o cuidado integral seja garantido (IGNACIO, 2016).

A *vulnerabilidade às IST* se destacou como assunto de interesse das pesquisas acadêmicas. Cárdenas (2009) sugere que alguns dos temas que os programas educacionais sobre saúde sexual voltado para jovens com trajetórias não heteronormativas poderiam considerar são: difusão de mensagens adequadas sobre práticas sexuais e relação com HIV/Aids, ações voltadas à prática do “sexo seguro” entre mulheres, aconselhamento e realização do exame sorológico de HIV e tomada de decisão buscando a dupla proteção em eventuais práticas sexuais com homens. Oliveira (2016) observou, em sua pesquisa com 91 mulheres que mantinham relações sexuais exclusivamente com outras mulheres, que a maioria das participantes tinha um nível de conhecimento regular em relação ao HIV/Aids. Apesar disso, 47% apresentavam práticas consideradas “inadequadas” no que diz respeito à autoproteção.

Os resultados do estudo de Ignacio (2016) com 100 mulheres que fazem sexo com mulheres (MSM), independentemente de sua orientação sexual, indicaram significativa vulnerabilidade às IST/Aids, o que foi corroborado por dados laboratoriais que indicavam alta taxa de prevalência de infecções e alterações da microbiota vaginal das participantes. Andrade (2017) e Freitas (2017) também observaram vulnerabilidade individual e social às IST nas MSM. Uma das recomendações de ações governamentais propostas nessa situação é conscientizar essa população e profissionais de saúde sobre os riscos de infecção e tentar reverter a ideia de que mulheres lésbicas são imunes às IST por não manterem práticas sexuais penetrativas com homens (CALDERARO, 2011).

Outras temáticas identificadas nos estudos foram: *concepções de profissionais de saúde e invisibilidade das lesbianidades*, com quatro estudos em cada categoria. Em relação ao primeiro tema, estudo destacou a tendência de profissionais de saúde seguirem a normatividade técnica, advinda de conhecimentos adquiridos durante a formação e o consumo de pesquisas da área biomédica. Profissionais atuam de forma prescritiva e muitas vezes sem considerar o contexto de vida e as necessidades cotidianas das usuárias. Para que haja promoção efetiva de saúde, não se podem desconsiderar os efeitos potencialmente disruptivos da homo/bifobia, as desigualdades de gênero, as situações veladas ou explícitas de discriminação e machismo, que marcam as vivências cotidianas das mulheres lésbicas (RODRIGUES, 2011).

A relação com a(o) profissional de saúde muitas vezes é fragilizada por diálogos pouco fluentes e insensíveis às diferenças, nos quais o saber “competente” médico-científico acaba prevalecendo e se sobrepondo às falas das mulheres lésbicas. A interação tende a ser pautada pela norma heterossexual e por cuidados focados na reprodução, negligenciando outros aspectos de ordem relacional, como qualidade do relacionamento amoroso, gestão pessoal do prazer/desprazer, satisfação sexual e demandas afetivas. Essa situação dificulta a formação de vínculos baseados em confiança e empatia, o que favorece com que as mulheres omitam informações importantes acerca de sua vida afetiva e de suas práticas sexuais, mantendo invisibilizada sua sexualidade, suas relações de intimidade e hábitos de vida (FREITAS, 2014). O vínculo com a(o) profissional é pautado em uma relação de desconfiança, fortalecendo uma postura defensiva das mulheres, que veem suas apreensões reforçadas ao terem suas expectativas frustradas, pois suas necessidades subjetivas não são reconhecidas e legitimadas.

Sousa (2015) conduziu uma pesquisa com 17 enfermeiros de USF de uma cidade do interior de Pernambuco. A autora observou que apenas

alguns enfermeiros conseguem oferecer cuidados que se relacionam com as práticas sexuais das mulheres lésbicas, enquanto a maioria desconsidera o estilo de vida das usuárias, oferecendo cuidado descontextualizado e superficial. Serviços de saúde oferecidos são os mesmos para mulheres heterossexuais e lésbicas, porém os cuidados precisam ser específicos para cada grupo. Muitas vezes o processo de cuidado é fragmentado e não condiz com as necessidades específicas das mulheres lésbicas. Isso pode ser resultado de uma formação acadêmica que reforça estigmas e mitos de senso comum a respeito da sexualidade, ou que invisibiliza o tema, como se profissionais cuidassem de um corpo assexuado, asséptico e desafetado. As vivências pessoais como sujeitos socializados em uma sociedade falocêntrica-machista também demarcam limites e possibilidades das(os) profissionais de saúde estabelecerem diálogos construtivos em torno das práticas sexuais de mulheres que não pautam suas vidas pela cartilha da heteronormatividade.

Muitas vezes, profissionais identificam as mulheres lésbicas com base na relação enrijecida e linear que estabelecem entre o sexo biológico e a expressão de gênero “masculino”, que identificam em sua leitura da paciente ou da pessoa que eles julgam ser sua companheira, mostrando a força que a heteronormatividade exerce na representação social dos grupos minoritários. Apoiados em sistema classificatório fundamentado no binarismo de gênero, as(os) profissionais também vão enquadrar as lésbicas como “masculinas” ou “femininas”, sendo que a maior conotação negativa é atribuída às mulheres lésbicas “masculinas”, vistas como as que mais se afastam do estereótipo de gênero feminino. Observa-se, assim, que quanto menos essas mulheres e seus corpos romperem com os padrões socialmente alocados à sexualidade, com mais facilidade serão aceitas nos serviços de saúde (ARAÚJO, 2015).

A *invisibilidade* da homossexualidade feminina no campo da saúde é tema recorrente na literatura e sua ocorrência implica em ausência de

acolhimento das necessidades das mulheres lésbicas nos serviços (ANDRADE, 2017; VALADÃO, 2010). Os modelos que organizam a atuação de profissionais de saúde muitas vezes reafirmam e reforçam a invisibilidade dessas mulheres. Por conta disso, os movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos da população LGBTQIA+ têm lutado por mudanças em certos *habitus*, que excluem as demandas das mulheres lésbicas e bissexuais da atenção integral à saúde (VALADÃO, 2010).

O estudo de Oliveira (2016) destacou a importância de inserir nos cursos de graduação de todas as áreas da saúde as questões da educação sexual, a fim de sensibilizar as(os) estudantes e mostrar que a heteronormatividade não é a única chave de leitura possível nos serviços, pois o pressuposto da heterossexualidade como característica universal das usuárias acaba invisibilizando as MSM, afastando-as dos serviços e deixando-as vulneráveis a uma série de agravos, inclusive à infecção por HIV/Aids, na medida em que elas têm suas necessidades de saúde negligenciadas. Rodrigues (2018) enfatiza que as mulheres lésbicas e bissexuais que colaboraram com sua pesquisa eram invisibilizadas não apenas nos serviços de saúde, mas no campo da medicina de maneira geral.

Por fim, um tema que também foi abordado nas pesquisas acadêmicas foram as *políticas de saúde*, contempladas como questão central em três estudos. Observa-se que, apesar de as mulheres lésbicas terem reassegurado, no campo das políticas de saúde, o direito de ter suas demandas de saúde atendidas, as práticas de saúde ainda não foram capazes de incluir e acolher satisfatoriamente suas necessidades. A ideia é que se possa transformar o *habitus* que exclui as mulheres lésbicas e bissexuais em *habitus* que as agregue aos serviços de saúde por meio de uma articulação e aliança estratégica entre os campos do discurso científico, das políticas públicas e dos movimentos sociais (VALADÃO, 2010).

Calderaro (2011) argumenta que as pesquisadoras que atuam na área das políticas de saúde voltadas para mulheres lésbicas devem trabalhar em

sintonia com órgãos do governo e demandas dos movimentos sociais (feministas, lésbicos e LGBTQIA+) ou representar essas esferas e seus respectivos interesses em diversos espaços compartilhados. Com isso, observa-se que não são só as pautas institucionais estão presentes, mas também os interesses pessoais e coletivos que vão contribuir para que determinado assunto saia das agendas políticas e se materialize em ações nos programas de governo. Cárdenas (2009) observou, em pesquisa conduzida com jovens lésbicas e bissexuais, tendência nas trajetórias eróticas e afetivas das participantes de seguirem uma lógica de autoproteção contra IST/HIV, mas destacou a inconsistência que muitas vezes se observa entre práticas e identidades sexuais. Essas questões evidenciam os desafios que se colocam para as políticas de prevenção e promoção em saúde.

DISCUSSÃO

Nas teses e dissertações revisadas constatou-se que os profissionais de saúde apresentam viés heteronormativo e não estão capacitados para compreender as particularidades das mulheres lésbicas e bissexuais. Os serviços tendem a ser vistos por essas mulheres como locais que reproduzem preconceitos e reforçam estereótipos de gênero. Esses resultados são consistentemente referidos na literatura. Uma revisão recente corroborou essas deficiências, em estudo que objetivou descrever o que a literatura brasileira e estrangeira tem produzido de conhecimento empírico que indique quais são as necessidades de treinamento de profissionais de saúde para assistência aos indivíduos LGBTQIA+ (DULLIUS; MARTINS; CESNIK, 2019).

Esta revisão permite concluir que a literatura científica apresenta escassez de pesquisas sobre a formação de profissionais de saúde para cuidar das mulheres não heteronormativas de forma competente e

humanizada. Alguns dos achados reforçam a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde e mostram resultados positivos de intervenções em curto prazo. Fatores culturais e educacionais, estigmas e discriminação se apresentam como barreiras ao cuidado humanizado, além de impactarem negativamente a saúde mental dos indivíduos que os enfrentam diariamente no contexto atual dos ambientes de saúde.

As lacunas existentes no cuidado às mulheres lésbicas e bissexuais decorrem das restrições que esses segmentos sociais encontram no acesso à saúde e educação de qualidade, uma vez que as agências tradicionalmente responsáveis pela socialização (família, escola, trabalho, serviços de saúde) não são preparadas para fornecer apoio adequado ou informações específicas e compatíveis com as necessidades das mulheres que mantêm relações afetivo-sexuais com outras mulheres. Esse baixo nível de sensibilização pode ser identificado nos elevados índices de discriminação que essas mulheres encontram nessas instâncias devido à sua orientação sexual. Mulheres lésbicas reportam elevados níveis de preconceito e discriminação vivenciados nos equipamentos de saúde. Isto indica que existem formas de discriminação e violência, veladas ou ostensivas, que se naturalizaram devido aos estereótipos sociais da sexualidade pautada na heteronormatividade. Assim, os cuidados prestados a essa população podem ser drasticamente afetados, desafiando o princípio da equidade em saúde (PALMA; ORCASITA, 2018).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2015), alguns países restringem os direitos dos grupos de pessoas transgêneros, lésbicas, gays ou trabalhadores do sexo de se registrarem como associações, enquanto outros governos promulgam leis que criminalizam práticas e discursos LGBTQIA+. Essas medidas cerceadoras da liberdade afetam a capacidade de enfrentamento da violência sistêmica a que estão expostas as mulheres, enfraquecendo a luta contra a epidemia de HIV/Aids e deslegitimando outras pautas de relevo para a saúde sexual. Tanto em

âmbito internacional como regional, os tribunais e entidades defensoras dos direitos humanos consideraram que essas leis restritivas constituem violações dos direitos fundamentais de expressão, associação e proteção contra a não discriminação. Na maioria das decisões recentes dos tribunais, o princípio básico de assegurar a igualdade de direitos dos grupos mais vulneráveis e sua participação ativa na sociedade tem sido constantemente reafirmado.

Metade dos estudos revisados destacou as questões de saúde sexual como temática de interesse da pesquisa e apontou para sua importância no cuidado das mulheres para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável. Nas últimas três décadas, houve rápida expansão da aplicação dos direitos humanos no campo da sexualidade e das questões de saúde sexual, particularmente em relação ao combate à discriminação e violência, à proteção da liberdade de expressão e associação, à preservação da privacidade e acesso a outros direitos (WHO, 2015). Isso resultou na produção de um conjunto de normas jurídicas que contribuem com a promoção da saúde sexual em um cenário no qual os Estados assumiram compromissos legais e políticos para proteger a saúde das pessoas, de modo a incluir a saúde sexual nos direitos de cidadania. Cada vez mais se consolida o entendimento de que os princípios dos direitos humanos, expressos por meio de leis e da implementação de políticas nacionais, desempenham papel crucial na promoção e proteção da saúde sexual.

A vulnerabilidade às IST também foi um assunto que se destacou nos trabalhos revisados. Pesquisa da qual participaram 23 mulheres lésbicas e bissexuais, entre 18 e 25 anos de idade, identificou mudanças no conhecimento e nas atitudes em relação ao HIV. Verificou-se que as participantes tinham algum conhecimento geral sobre o vírus e modos de transmissão. Esse conhecimento pode ter sido adquirido durante seu processo de escolarização, uma vez que as participantes tiveram acesso ao ensino superior. No entanto, constatou-se desconhecimento sobre práticas

específicas que as colocam em risco, sobre dados epidemiológicos a respeito de mulheres lésbicas e bissexuais e sobre os meios de prevenção disponíveis (PALMA; ORCASITA, 2018). Estes achados são congruentes com os dados encontrados em outros estudos incluídos nesta revisão, já que outras pesquisas selecionadas também mostraram que existe descompasso entre o conhecimento adquirido sobre HIV/Aids e efetiva mudança de comportamentos e práticas que colocam as mulheres em risco de contrair o vírus.

Deve-se investir em modelos de educação em saúde que sejam livres de estereótipos de gênero e de vieses baseados em orientação sexual. Novas pesquisas que contemplem a diversidade de orientações sexuais e seus impactos na saúde da mulher são necessárias para explorar os fatores facilitadores e dificultadores da busca dos serviços de saúde, o que pode favorecer o aprimoramento da assistência com foco nas demandas singulares, reduzindo disparidades no acesso aos equipamentos. É importante que profissionais de saúde consigam oferecer um ambiente seguro para as mulheres dos diversos espectros de orientação sexual e que estas se sintam acolhidas e legitimadas quando utilizam os serviços de saúde, de modo que possam revelar sua orientação sexual, quando e se desejarem, sem temor de serem discriminadas. Desse modo, pode-se planejar projetos de cuidado individualizado e integral para as usuárias (SOUZA; SANTOS, 2021; SOUZA et al., 2021).

É preciso confrontar o viés heteronormativo implícito das(os) profissionais de saúde. As práticas que têm sido associadas a um vínculo positivo entre profissional de saúde e paciente e que otimizam oportunidades para que pessoas LGBT revelem sua orientação sexual incluem prover conhecimento básico de questões legais e culturais que elas enfrentam, conscientizar provedores acerca de questões específicas de saúde LGBT e disseminar políticas antilesbofobia e de combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (MAKADON et

al., 2015; THE JOINT COMMISSION, 2011).

CONSIDERAÇÕES

Questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva de mulheres lésbicas têm atraído o interesse dos estudos acadêmicos no Brasil nos últimos anos. Pesquisas desenvolvidas, em sua maioria com abordagem qualitativa, focalizam a experiência dessas mulheres nos serviços de saúde e sua relação com o autocuidado em saúde. Alguns achados recorrentes chamam a atenção, como a evidência de que profissionais de saúde ainda não estão preparadas(os) para cuidar de mulheres que estão em desacordo com o padrão heteronormativo, além de persistirem outras barreiras, como a discriminação que permeia os serviços e acarreta embaraços ao vínculo, gerando desafios para a oferta de cuidado focado nas reais necessidades das usuárias.

REFERÊNCIAS

AARON, Deborah. J.; HUGHES, Tonda. L. Association of childhood sexual abuse with obesity in a community sample of lesbians. **Obesity**, Malden, v. 15, n. 4, p. 1023-8, abr. 2007.

ALBUQUERQUE, Grayce A. *et al.* Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-24, set. 2013.

ALBUQUERQUE, Grayce A. *et al.* Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde em Debate**, v. 40, n. 109, p. 100-1, abr./jun. 2016.

ANDRADE, Juliane. **Vulnerabilidade de mulheres que fazem sexo com mulheres às infecções sexualmente transmissíveis**. Tese de doutorado, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2017.

ARAUJO, Luciane M. **Representações sociais de enfermeiras e médicos do campo da saúde sexual e reprodutiva sobre as mulheres lésbicas**. Tese de doutorado, Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BARBOSA, Regina M.; FACCHINI, Regina. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo,

Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, p. S291-S300, 2009. Supl. 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e diretrizes**. Brasília, 2004.

CALDERARO, Fernanda. **Políticas de saúde voltadas às lésbicas: um estudo sobre as possibilidades de reverter um quadro histórico de invisibilidade**. Dissertação de mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CÁRDENAS, Claudia M. M. **Vulnerabilidad al VIH/Sida: sociabilidad y trayectorias de mujeres jóvenes con prácticas homoeróticas en Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

CARDOSO, Michelle R.; FERRO, Luís F. Saúde e população LGBT: Demandas e especificidades em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 552-63, dez. 2012.

DULLIUS, Willian R.; MARTINS, Lara B.; CESNIK, Vanessa M. Systematic review on health care professionals' competencies in the care of LGBT+ individuals. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, n. 36, e180171, set. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, Ana Paula F. **Necessidades de saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres e acesso a serviços de saúde**. Dissertação de mestrado profissional, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2017.

FREITAS, Fábica Q. B. **Saúde sexual e reprodutiva de mulheres lésbicas**. Dissertação de mestrado profissional, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

GOMES, Romeu. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. HEREK, Gregory M. *et al.* Hate crime victimization among lesbian, gay, and bisexual adults: Prevalence, psychological correlates, and methodological issues. **Journal of Interpersonal Violence**, Thousand Oaks, n. 12, p. 195-215, abr. 1997.

HUGHES, Tonda L. *et al.* Childhood risk factors for alcohol abuse and psychological distress among adult lesbians. **Child abuse & neglect**, Oxford, v. 31, n. 7, p. 769-89, jul. 2007.

HUGHES, Tonda; SZALACHA, Laura A.; MCNAIR, Ruth. Substance abuse and mental health disparities: Comparisons across sexual identity groups in a national sample of young Australian women. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 71, n. 4, p. 824-31, ago. 2010.

IGNACIO, Mariana A. O. **Prevalência de infecções sexualmente transmissíveis e de alterações da microbiota vaginal e fatores associados em mulheres que fazem sexo com mulheres**. Dissertação de mestrado profissional, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Botucatu, 2016.

LEWIS, Robin J. *et al.* Emotional distress, alcohol use, and bidirectional partner violence among lesbian women. **Violence Against Women**, v. 21, n. 8, p. 917-38, ago. 2015.

LOGIE, Carmen H. *et al.* "We don't exist": a qualitative study of marginalization experienced by HIV-positive lesbian, bisexual, queer and transgender women in Toronto, Canada. **Journal of the International AIDS Society**, Hoboken, v. 15, n. 2, p. 1-11, set. 2012.

MAKADON, Harvey J. *et al.* (ed.). **Fenway guide to lesbian, gay, bisexual, and transgender health**. 2. ed. Filadélfia: American College of Physicians, 2015.

MCELROY, Jane A. *et al.* The association of resilience, perceived stress and predictors of depressive symptoms in sexual and gender minority youths and adults. **Psychology & Sexuality**, Abingdon, v. 7, n. 2, p. 116-30, ago. 2016.

MCNAIR, Ruth P.; BUSH, Rachel. Mental health help seeking patterns and associations among Australian same sex attracted women, trans and gender diverse people: a survey-based study. **BMC Psychiatry**, Londres, v. 16, 209, jul. 2016.

MELLO, Ana Paula L. Ministério da Saúde. Panorama da saúde de mulheres lésbicas e bissexuais: um olhar a partir do discurso de profissionais de saúde da família. In: **Atenção integral à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais** (p. 19-23). Brasília, 2014.

MEYER, Ilan H. Minority stress and mental health in gay men. **Journal of Health and Social Behavior**, Thousand Oaks, v. 36, n. 1, p. 38-56, mar. 1995.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 2008.

OLIVEIRA, Adélia D. S. **Conhecimentos, atitudes e práticas das**

mulheres que fazem sexo com mulheres sobre a transmissão e a prevenção do HIV/Aids. Tese de doutorado, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

PALMA, Diana M., ORCASITA, Linda T. "La solución es la tijera" (The solution is scissors): sexual health programme oriented to lesbian and bisexual women. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, n. 34, e34419, nov. 2018.

RODRIGUES, Julliana L. **Estereótipos de gênero e cuidado em saúde sexual de mulheres lésbicas e bissexuais.** Dissertação de mestrado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Julliana L. **Lésbicas e mulheres bissexuais: uma leitura interseccional do cuidado à saúde.** Tese de doutorado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROTHER, Edna T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, jun. 2007.

SCHRAIBER, Lilia B. *et al.* Necessidades de saúde e masculinidades: atenção primária no cuidado aos homens. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 961-70, mai. 2010.

SOUSA, Josueida C. **Cuidados do enfermeiro à mulher lésbica na estratégia de saúde da família.** Dissertação de mestrado, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUTO, Kátia M. B. A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher: uma análise de integralidade e gênero. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 161-82, ago. 2008.

SOUZA, Carolina *et al.* Violência contra mulheres lésbicas/ bissexuais e vulnerabilidade em saúde: revisão da literatura. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 22, n. 1, p. 450-466, mai. 2021.

SOUZA, Carolina; SANTOS, Manoel A. Câncer de mama e homossexualidade feminina: uma revisão integrativa da literatura. **Psico**, Porto Alegre, v. 52, n. 2, p. 1-17, abr./jun. 2021.

THE JOINT COMMISSION. **Advancing effective communication, cultural competence, and patient- and family-centered care for the lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBTI) community:** a field guide. Oak Brook, Illinois: Joint Commission, 2011. Disponível em: <<https://www.lgbtagingcenter.org/resources/pdfs/LGBTFieldGuide.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2021. (último acesso: 01/10/2021).

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Born free and equal 2012.** Estados

Unidos, 2012. Disponível em:
<<http://acnudh.org/wpcontent/uploads/2012/10/BornFreeAndEqualLowRes.pdf>.>. Acesso em: 03 jan. 2017. (último acesso: 03/01/2017).

VALADÃO, Rita C. **A homossexualidade feminina no campo da saúde:** da invisibilidade à violência. Dissertação de mestrado, Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

WHITEHEAD, J.; SHAVER, John; STEPHENSON, Rob. Outness, stigma, and primary health care utilization among rural LGBT populations. **PLoS ONE**, v. 11, n. 1, p. 1-17, jan. 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION [WHO]. **Sexual health, human rights and the law.** Geneva, Switzerland: WHO Library Cataloguing-in-Publication Data, 2015.

QUANTAS VEZES FUI INTERROMPIDA

Diane Boda¹

Inclusive neste momento em que a democracia se coloca frágil, quando se questiona se vai ter processo eleitoral ou não, quando vemos todos os escândalos com relação ao Parlamento, falar das mulheres que lutam por outra forma de fazer política no processo democrático é fundamental. Inclusive em tempos em que a justificativa da crise, a precarização, a dificuldade da vida das mulheres são apresentadas, mas tudo com muita dificuldade real. Tempo da escola. Onde estão as vagas apresentadas pelo Prefeito Marcelo Crivella, que seriam ampliadas na creche? Onde estão as educadoras e os educadores aprovados em concurso que ainda não foram chamados? Como ficam as 1crianças que, nesse período de intervenção [...] (FRANCO, 2018, s/p).

INTRODUÇÃO

Neste texto, estabelecerei relações entre os conteúdos visitados na disciplina “Sobre Feminismos”, ministrada pela professora Tessa Moura Lacerda no Departamento de Pós-graduação em Filosofia da FFLCH-USP durante o segundo semestre de 2020, as reflexões dentro e fora dos grupos de pesquisa online e meu projeto de pesquisa *Professoras artistas: mulheres na educação*.

Primeiro, considero importante apontar um pouco do caminho da pesquisa para que a leitora possa compreender melhor minhas escolhas.

Minha pesquisa integra o Programa de Mudança Social e Participação Política, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH - USP), e, desde o meu ingresso, faço também parte do grupo de pesquisa ECOAR (Estudos em Corpo e Arte) no qual o foco tem sido as pesquisas radicalmente qualitativas e o como pesquisamos. Ou seja, uma investigação que parte de quem somos e a consciência do momento

¹ Mestranda no Programa de Mudança Social e Participação Política EACH-USP, dianeboda@usp.br, ORCID ID 0000-0001-7894-187X.

histórico vivido para compreender o porquê de pensarmos de determinadas formas e, assim, nos auxiliar a romper com maneiras rígidas de investigação, abrangendo conhecimentos muitas vezes marginalizados pela academia, como explica Norman Denzin:

[...] A comunidade de investigação qualitativa consiste em grupos de pessoas globalmente dispersas que estão tentando implementar uma abordagem interpretativa crítica que os ajude (e a outros) a explicar as condições aterradoras que definem a vida cotidiana na primeira década deste novo século. (DENZIN, 2018, p. 108)

Assim, meu momento inicial foi (e é constantemente) a escrita, leitura, reflexão e retorno à minha trajetória, buscando nela os elementos que me movem a construir caminhos, como coloca a Profa. Dra. Marília Velardi:

Nos meus estudos sobre as pesquisas radicalmente qualitativas e as suas diversas possibilidades, eu fui encontrando modos de conceber as pesquisas que variavam dos modelos tradicionais, oriundos das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, e aquelas cujas "hibridações" entre diversas áreas do conhecimento forneceriam a base para outros modelos. [...] de um lado as epistemologias, do outro a vida comum. (VELARDI, 2020, p. 3)

Entre as epistemologias e a "vida comum", entre presente e passado, entre a pesquisa e minha própria trajetória, realizei o percurso proposto pela referida disciplina tocada por essas relações e, assim, constantemente relacionando os conteúdos com meu passado e pesquisa atual.

Desta forma, o presente texto busca a relação entre algumas bibliografias da disciplina, as interrupções na vida de duas mulheres da minha família e o último discurso da vereadora Marielle Franco, brutalmente interrompida/assassinada em 2018, crime ainda sem solução.

Entre as autoras sobre as quais me apoio, estarei principalmente junto a Virginia Woolf em *Um quarto todo seu* e Silvia Federici com *Calibã e a Bruxa*. A primeira por construir esse pensamento em relação à interrupção e a segunda por trazer a perspectiva do corpo da mulher como

instrumento de trabalho e campo de domínio. Procuo abordar assim relações entre corpo, educação e gênero.

UMA BREVE INTERRUPTÃO

Não vem me interromper agora, não é? Homem fazendo "homice". Meu Deus do céu. Obrigada, Italo. Muito obrigada! Amém. Obrigada. Obrigada aos vereadores. Como falei antes, e falava na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no dia de hoje, as rosas da resistência nascem do asfalto. Nós recebemos rosas, mas também estaremos com os punhos cerrados, falando do nosso lugar de vida e resistência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas. Até porque não é uma questão do momento atual. (FRANCO, 2018, s/p).

"[...] pois sempre haverá interrupções" (WOOLF, 1929, p. 96) coloca Virginia Woolf em 1929 no livro *Um quarto todo seu* sobre a diferença da escrita para mulheres e homens, a falta de privacidade e a real necessidade de um espaço para que seja possível o desenvolvimento de um pensamento, o cantinho só seu para não sentir vergonha do que é produzido, para errar, pensar, seguir.

Quase um século mais tarde, Marielle Franco mostra o quanto, para além da escrita, nossas palavras são interpeladas por vozes e ações masculinas, mesmo em um espaço legitimamente conquistado por voto popular dentro de um país democrático.

Ao ler Woolf, lembrei instantaneamente em como o espaço sempre foi uma busca para mim: uma casa pequena, irmã mais velha entre três, a única mulher. Quando conquistei um canto pequeno e improvisado da casa, a falta de privacidade se dava na localização (entre a cozinha e banheiro). A parede de gesso que não representava em nada uma barreira aos ruídos e a inabilidade de meu pai em compreender a simbologia em torno de uma porta fechada. Descrevo essa cena por acreditar que ela representa grande parte da realidade de jovens mulheres que insistem nos estudos, na privacidade, na construção do discurso próprio, ou que essa condição ainda revela privilégios comparada a outras realidades.

Olhando para as mulheres mais velhas da minha família vejo muitas

interrupções, a ausência de um quarto e um dinheiro que seja só seu. Então, resolvi ouvi-las mais uma vez a partir dos desdobramentos da questão: Por que seus estudos foram interrompidos?

POR QUE FALAR DE MULHERES: MATANDO O ANJO DO LAR

Quero citar Audre Lorde, mulher negra, lésbica, escritora de origem caribenha, mas dos Estados Unidos. Feminista e ativista pelos direitos civis. “Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas. Por isso, nós vamos juntas, lutando contra toda forma de opressão” (FRANCO, 2018, s/p).

A necessidade de falar de mulheres vem, em primeiro lugar, por eu ser uma mulher cis que nasceu e imediatamente foi identificada como uma para a tristeza de minhas bisavós paternas, ainda vivas em 1987 quando o médico informou meu sexo e elas lamentaram, porque “mulher sofre muito”, segundo minha avó conta e revejo nas linhas de Butler sobre o ato de anunciar o gênero (BUTLER, 2018).

Recebi essa carga de afazeres, lista a cumprir da vida e expectativas sociais a serem alcançadas, ser compreendida como um ser outro, não-homem, um paralelo nascido da costela de Adão, a que vem depois, a que está em casa.

Tomo então essa parte necessária para a busca do “tornar-se mulher” (BEAUVOIR, 2009), a fim de matar a relação que nos coloca no papel do outro, para a construção de algo tão único quanto coletivo, porque, como coloca o filósofo Paul Preciado:

Meus sentimentos, pelo fato de serem exclusivamente meus, não me interessavam: pertencem a mim e a mais ninguém. Não me interessa sua dimensão individual, mas sim como são atravessados pelo que não é meu (PRECIADO, 2018, p. 13).

E por ser coletivo, talvez seja capaz de fabular e protagonizar escritas, lutas, revoluções, mas para tanto antes é necessário matar o que pode fazer essa escrita não acontecer, pois “[...] toda casa tinha seu Anjo. E, quando fui escrever, topei com ele já nas primeiras palavras. Suas asas fizeram

sombra na página” (WOOLF, 1931, p.3).

OS ENCONTROS

Uma escritora de que gosto muito, Chimamanda, fala que isso só vai ser alterado se as mulheres que estão no espaço de poder de fato trouxerem, derem o pé, abraçarem, acolherem, construírem com outras mulheres. (FRANCO, 2018, s/p).

A pesquisa *Professoras artistas: mulheres na educação* tem como base o encontro: entre mim e meu passado, entre as bibliografias, entre as autoras consultadas, as disciplinas cursadas e entre outras mulheres, educadoras de teatro.

Uso este espaço para firmar o encontro entre mim e a disciplina, entre as pessoas participantes, as bibliografias propostas e acrescento um outro, inédito no meu planejamento inicial, entre mim e minha mãe, eu e minha avó paterna. São elas as mulheres vivas e responsáveis pela minha criação, mais próximas e que me antecedem no mundo.

Nelci Pigoli Boda, minha avó, paulistana, tem 74 anos, todos vividos no mesmo bairro da cidade de São Paulo, a Lapa. Filha de filhos de imigrantes, possui uma árvore genealógica com muitos sotaques, muito passado escrito e documentado. Desta parte da família, recebi histórias e imagens. Foi ela quem alfabetizou meus irmãos.

Lislane Santos Boda, minha mãe, baiana, tem 54 anos vividos entre a roça onde nasceu, a cidade mais próxima, chamada Macarani, no sul da Bahia, Vitória da Conquista e São Paulo, onde morou em Pirituba e, depois de casada, também na Lapa. Filha de filhos de baianos, possui uma árvore genealógica ainda com muito a lembrar, pouco passado escrito, quase nada registrado. Desta parte da família, recebi o desejo de querer saber mais. É ela quem percorre uma longa trajetória em busca de educação.

Essas breves apresentações foram escritas com base nos meus quase 34 anos de vivência e conversas realizadas recentemente com cada uma, individualmente.

Eu sabia da história de cada uma, ou pelo menos acreditava saber, e

isso tornou difícil uma conversa em que eu mantivesse alguma neutralidade, ou ao menos não tentasse interferir com as minhas próprias memórias e opiniões sobre suas histórias, por isso tentei seguir as mesmas poucas perguntas para as duas, acrescentando apenas algumas para onde o rumo da conversa me dava vontade de aprofundar. Foram estas perguntas:

- Como foi sua vida na escola?
- O que mais gostava?
- Qual maior dificuldade para completar os estudos?
- Por que parou?

Ao olhar todo esse material reunido, compreendi haver ainda mais conexões entre Virginia Woolf, Silva Federici, Marielle Franco e essas mulheres vivas ao meu redor. Realizei a transcrição das conversas e esbocei uma primeira escrita estabelecendo os diálogos, as relações e também as distâncias. Porém, acabei tropeçando, e não enxergando, no que se construía aquilo que dava vasão às questões que gostaria de apresentar.

Decidi então recorrer à arte, ao teatro, fabular o encontro entre essas mulheres e criar um diálogo entre todas, pois, como coloca Julio Plaza:

[...] onde a ciência entra em colapso, só resta a abdução, a teoria, e é nesse ponto que se abre um possível contato para a arte e o estético. [...] Abre-se a janela para o criativo, o experimental, isto é, no fundo existe a possibilidade de se reunir estas áreas, de estabelecer uma coerência entre elas. (PLAZA, 2003, p. 40).

Todo o diálogo foi construído a partir de trechos dos livros *Um quarto todo seu*, de Virginia Woolf, *Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici, o último discurso da vereadora Marielle Franco e as entrevistas realizadas com minha mãe e avó. Para estas últimas, foram necessários pequenos ajustes na criação das falas, pois muitas, por serem direcionadas a mim, ao saírem do contexto, ficariam sem sentido.

Apresentadas as personagens, seguiremos para o próximo encontro.

O ENCONTRO

Em um bar, cinco mulheres ocupam uma mesa. Algumas delas bebem cerveja, outras vinho, outras café. Elas comem algumas coisas e conversam:

Marielle Franco: Boa tarde a todas.

Nelci Pigolli: (desliga o celular) Eu tava falando com meu filho de dinheiro, tava vendo quanto eu devo pra ele. Ele trabalha, não ganha de graça as coisas, eu já acertei minhas contas.

Virginia Woolf: A mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela...

Silvia Federici: Essas mudanças históricas – que chegaram ao auge no século XIX, com a criação da figura da dona de casa em tempo integral – redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens.

Marielle Franco: O que é ser mulher? O que cada uma de nós já deixou de fazer ou fez com algum nível de dificuldade pela identidade de gênero, pelo fato de ser mulher? A pergunta não é retórica, ela é objetiva, é pra refletirmos no dia a dia, no passo a passo de todas as mulheres, no conjunto da maioria da população.

Silvia Federici: A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência em relação aos homens, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres.

Nelci Pigolli: Como eu era filha única eu fui pra escola muito tarde, porque minha mãe não deixava entrar na escola antes, porque ela não queria que eu fosse na escola, porque ela achava que ela ia ficar sozinha, tipo coisa de mãe de filho único... Eu ia muito bem! Eu tirei diploma com 9.8, mas o que acontece? Eu comecei a namorar e ele não estudava, então, pra ele não ficar muito triste, eu tinha 15 anos e pouco, porque eu fui pra escola muito

tarde, então não era vantagem eu continuar o estudo, porque eu ia casar, então eu não estudei mais.

Lislane Santos: Minha vida na escola foi muito difícil, era lá na roça, tinha ano que tinha, que ia professor, outros anos não ia, então as interrupções eram muitas. Começava, tava lá estudando, estudava aquele ano e no ano seguinte já parava, porque não mandavam professores. Depois eu vim pra cidade, pra Macarani, mas não sabia ler, pra sala de todo mundo que sabia ler. Ai a professora dava prova, e eu não sabia o que era pra fazer, muito péssimo assim. Aí cheguei em São Paulo, já tinha 14 anos, na 4ª série, tinham algumas mais velhas que eram repetentes assim, mas eu era a mais velha...

Norberto, marido de Lislane, entra no bar, interrompe a conversa.

Lislane Santos: *(Para Norberto)* Tô falando com as mulheres, é assunto nosso.

Marielle Franco: Não vem interromper agora, não é? Homem fazendo "homice".

Virginia Woolf tenta retomar após a interrupção

Virginia Woolf: Têm vocês alguma noção de quantos livros são escritos sobre as mulheres em um ano? Têm alguma noção de quantos são escritos por homens? Estão cientes de serem, talvez, o animal mais discutido do universo?

Silvia Federici: Essa história ensina que, mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão.

Marielle Franco: Nós somos violadas e violentadas há muito tempo, em muitos momentos.

Virginia Woolf: E nem tenho certeza de como eram educadas: se aprendiam a escrever; se tinham salas de estar próprias; quantas mulheres tiveram filhos antes dos vinte e um anos; o que, em suma, faziam elas das oito da manhã às oito da noite. Não tinham dinheiro, decerto.

Nelci Pigoli: Mas eu não estudei, porque casei, eu fiz 18 anos dia 7 de agosto, eu casei dia 5 de setembro, por conta dele. Meu pai ficou muito bravo comigo, porque eu tinha ido muito bem, eu tava com as notas muito altas. Eu passava assim, acima de 9, e naquele tempo que era tudo escrito. Eu trabalhei um pouco depois, porque meu pai não queria duas mulheres em casa, falava que não ia sustentar duas mulheres em casa, então eu tinha que trabalhar, então minha mãe foi comigo procurar um emprego e eu arrumei um emprego e fui trabalhar dois anos.

Lislane Santos: Eu sempre fui muito interessada, se eu tivesse tido oportunidade naquela época... E foi assim, a professora, acho que ficava com dó também daquela menina grande e não repetia, aí passava de ano, aí foi difícil. Na idade, nessa idade, aí fiz eu acho a 4ª, 5ª, 6ª e depois na 7ª já tava trabalhando, fui estudar de noite, fui fazer supletivo. Eu repeti a 5ª série, aí depois eu comecei a trabalhar. Aí eu trabalhava de manhã e entrava na escola às 3 horas da tarde, tinha esse horário que era das 3h às 7h. Estudei lá a 5ª, a 6ª e depois fui pra noite, aí fiz... Aí quando fui pra noite fiz 7ª e 8ª, aí foi quando eu engravidei, na 8ª série, já tinha 18 anos...

Norberto entra novamente e começa a querer conversar.

Marielle Franco: Não aturo interrupções. (*Para Lislane*): Essas mulheres são muitas. São mulheres negras, lésbicas, trans e camponesas. São mulheres que constroem essa cidade. Vai ter que aturar mulher negra, trans, lésbica ocupando a diversidade dos espaços.

Virginia Woolf: Não teve oportunidade de aprender gramática e lógica, quanto menos ler Horácio e Virgílio. Pegava um livro de vez em quando, talvez algum do irmão, e lia algumas páginas. Mas, nessas ocasiões, os pais entravam e lhe diziam que fosse remendar as meias ou cuidar do guisado e que não andasse no mundo da lua com livros e papéis.

Lislane Santos: Eu demorei pra aprender a ler. E fui assim sempre. Meu problema era a defasagem. Essa coisa de não ter sequência, de não ter... de não ter tido uma alfabetização correta, de ficar parando.

Virginia Woolf: Era tão audaciosa, tão imaginativa, tão ansiosa por ver o

mundo... Mas não foi mandada à escola.

Marielle Franco: Inclusive neste momento em que a democracia se coloca frágil, ... falar das mulheres que lutam por outra forma de fazer política no processo democrático é fundamental. Inclusive em tempos em que a justificativa da crise, a precarização, a dificuldade da vida das mulheres são apresentadas, mas tudo com muita dificuldade real. Tempo da escola.

Silvia Federici: Se na sociedade capitalista a "feminilidade" foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história das classes, e a pergunta que devemos nos fazer é se foi transcendida a divisão sexual do trabalho que produziu esse conceito em particular.

Virginia Woolf: Sem nosso trabalho, esses mares não seriam navegados e aquelas terras férteis se constituiriam num deserto. Geramos e alimentamos e lavamos e instruímos, talvez até os seis ou sete anos de idade, o bilhão e seiscentos e vinte e três milhões de seres humanos que, segundo as estatísticas, existem atualmente, e isso, mesmo admitindo que algumas de nós tenhamos tido ajuda, leva tempo.

Nelci Pigoli: Meu marido falava que a mãe dele não cuidou direito dele porque trabalhou, então que eu ia ficar em casa. E cuidar dos filhos! Depois que tive o primeiro filho era só tricô, crochê, comida, casa, aquela vida que... século passado, não, atrasado! Não fiz mais nada da minha vida. Nada!

Lislane Santos: Não tinha ninguém pra tomar conta dos meus filhos. Não tava estudando, não tinha como. Aí, quando estavam grandes, voltei a ir numa escola aqui perto de casa, completei a 8ª série, aí engravidei do mais novo. Acho que faz uns quatro anos, isso né? Que eu fui, entrei naquele que tinha curso de computador também, mas que eu não gostei porque era muito resumido. Aí, fui pro outro, mas não era o que eu queria. Eu queria me aprofundar mais. Eu queria ter, tipo, feito ano inteiro, os três anos que faltavam.

Virginia Woolf: Se uma mulher escrevesse, teria de escrever na sala de

estar comum. E, como se queixara tão veementemente Miss Nightingale — "As mulheres nunca dispõem de meia hora. . . que possam chamar de sua" —, ela era sempre interrompida.

Lislane Santos: Eu fico procurando, todo dia eu faço um pouquinho de uma coisa, eu fico vendo... Vou escrever alguma coisa todo dia... Eu tô fazendo a caligrafia, aproveito e já vou vendo outras coisas também. Escrita mesmo!

Virginia Woolf: Ao pensarmos em todas aquelas mulheres trabalhando ano após ano e sentindo dificuldade em reunir duas mil libras, e que fizeram tudo o que puderam para obter trinta mil libras, irrompemos numa explosão de escárnio diante da repreensível pobreza de nosso sexo. O que estavam fazendo nossas mães, que não tiveram nenhuma riqueza para nos legar?

Nelci Pigoli: Apesar de tudo, tive uma vida cheia, movimentada. Mais do que minha mãe. Porque minha mãe, o que foi feito da vida dela? Foi na escola, coitadinha, veio lá de Minas, sabia as coisas, aprendeu as coisas, sabia ler, e ficou ali, me criando, ajudando o pai, ajudando a mãe, só ali.

Silvia Federici: Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência.

Virginia Woolf: Fazer fortuna e ter treze filhos... nenhum ser humano suportaria isso. Examinemos os fatos. Primeiro, são os nove meses, antes de o bebê nascer. Então o bebê nasce. Há então três ou quatro meses gastos na amamentação do bebê. Depois que o bebê é amamentado, há sem dúvida uns cinco anos gastos em brincadeiras com o bebê. Ao que parece, não se pode deixar as crianças soltas pelas ruas...

Nelci Pigoli: Depois de anos aprendi, esse negócio, esse trabalho aqui, a duras penas. Tô trabalhando desde 2005, eu tinha... faz as contas! 58 anos, e trabalho até hoje, com 74.

Virginia Woolf: É impressionante a mudança de ânimo que uma renda fixa promove.

Nelci Pigoli: Gosto bastante de trabalhar, eu acho que trabalhar é muito

bom, me deu assim... Mais uma liberdade pras coisas, porque era meu dinheiro, eu tava contribuindo com alguma coisa na casa.

Virginia Woolf: Não preciso odiar homem algum: ele não pode ferir-me. Não preciso bajular homem algum: ele nada tem a dar-me.

Nelci Pigoli: Na vida, não tava assim dependendo só de marido, de trabalho de marido, eu achei que uma mulher precisa trabalhar, ela não pode pegar, assim profissão mãe e criar filho, não! A gente tem que ter uma profissão, a gente tem que ser independente.

Marielle Franco: O movimento que nós fizemos por mais mulheres nos espaços de decisão é para que as políticas públicas entendam porquê um vagão exclusivo é necessário em tempos de assédio. É para que nós possamos falar de mobilidade a partir da perspectiva de gênero. É pra que a gente possa falar de economia solidária.

Nelci Pigoli: Graças a Deus minha geração ainda conheceu essa geração de mulher que produz, que trabalha.

Marielle Franco: Um dos lemas que a gente coloca de valorização da vida das mulheres é quando as mulheres internacionalistas falam, quando param nas greves internacionais, é quando as mulheres falam: “sim, nós somos diversas, mas não estamos dispersas”. Estamos construindo uma sociedade que, de fato, sendo a base da pirâmide, constrói esta cidade.

Nelci Pigoli: Encontrei uma coisa para ser útil, pra conseguir produzir... E eu só trabalhei de mãe, aí de repente, na minha idade, Deus me deu uma oportunidade de eu conhecer esse lado da vida, que é muito bom! Acho que falei muito!

Marielle Franco: Pra encerrar, gostaria de citar Audre Lorde, mulher negra, lésbica, escritora de origem caribenha, mas dos Estados Unidos. Feminista ativista pelos direitos civis. “Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas. Por isso nós vamos juntas, lutando contra toda forma de opressão”. Não serei interrompida, não aturo interrupções.

Um silêncio na mesa. Aos poucos cada uma bebe seus últimos goles.

Olham-se e riem do silêncio, levantam-se e seguem cada qual para um canto.

QUANTAS VEZES FOMOS INTERROMPIDAS

Uma palavra de ordem para a nossa vida, em meio a essa crise: que nós possamos viver com respeito a todas, cada uma com seu corpo, cada uma à sua maneira, cada uma na sua forma de resistência diária! (FRANCO, 2018, s/p).

Tanto no processo de escuta quanto de criação do encontro entre essas mulheres, muitas nuances vieram à tona em relação à qualidade das interrupções sofridas.

Enquanto Nelci trouxe falas pautadas por uma questão geracional, olhar para o passado e presente de uma vida de 74 anos que descobriu o trabalho e a liberdade, Lislane apresentou a realidade de uma educação do campo, a falta de oportunidades e o trabalho como necessidade. Ambas, porém, tiveram no casamento e maternidade pontos de interrupção dos estudos.

O corpo aqui como produtor de vidas, como fábrica, se fez visível atravessando suas trajetórias e orientando seus destinos em torno da função social de mãe.

Woolf cria um cenário coletivo para essas falas e sugere o espaço e o dinheiro como sinais de liberdade e autonomia, enquanto Federici insiste que essas investidas fazem parte de nosso sistema econômico capitalista que confina as mulheres no trabalho reprodutivo.

Atravessando o tempo chegamos até Marielle Franco que, com suas falas contundentes, denuncia e reivindica mudanças, e é mais uma interrompida. Com ela, temos a fala que coletiviza as especificidades de ser mulher, sendo o corpo da mulher negra, lésbica, pobre, mãe que rompe e assume a fala pública, o lugar da política.

Como coloca Sueli Carneiro: "Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos."

(CARNEIRO, 2003, p. 119) e traz consigo a necessidade de pensar todos os corpos que se compreende como mulher e a necessidade que a partir da ocupação destes e outros - "todos" -, espaços públicos a política aconteça, a mudança social seja efetiva.

A vereadora assassinada em 2018 denuncia cada interrupção, costura passado e presente, nos lembra que o patriarcado tem reinventado formas de nos interromper, das mais sutis até as óbvias, como a que deu fim à sua vida.

Precisamos de mulheres ocupando todos os espaços, inclusive os de poder, a política, a literatura, trazendo suas – nossas –, narrativas, anseios e necessidades.

Precisamos de mulheres sem interrupções, livres para seguirem diferentes trajetórias.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BODA, Lisiane Santos. Entrevista concedida a Diane Boda. São Paulo, 22 jan. 2021.

BODA, Nelci Pigoli. Entrevista concedida a Diane Boda. São Paulo, 21 jan. de 2021.

BUTLER, J. Política de gênero e o direito de aparecer. *In*: **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

DENZIN, Norman K., Investigação Qualitativa Crítica. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.105-119, jan/abril, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FRANCO, Marielle. **Discurso**. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/cd266fdef87ea5fc8325824a006d079d?OpenDoc>>

ument> Acesso em: 27 jan. 2021.

PRECIADO, P. **Testo Junkie**. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

VELARDI, Marília. O futuro está às nossas costas: uma brevíssima reflexão sobre projetos de pesquisa num presente-passado-(sem)-futuro. *In*. PEREIRA, Diamantino (org.), **Estudos transdisciplinares em tempos de terra em transe**: ambiente, sociedade e pandemia. São Paulo: Annablume, 2020.

PLAZA, Julio. **Arte/Ciência: uma consciência**. *Ars*, São Paulo, n. 1, 2003.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

SADE QUEER? APROXIMAÇÕES ENTRE O PENSAMENTO DO MARQUÊS DE SADE E A TEORIA QUEER

Guilherme Grané Diniz¹

INTRODUÇÃO

Ler o Marquês de Sade é uma experiência impactante. Tanto aqueles leitores “leigos”, que leem pelo simples interesse literário, quanto estudiosos de sua obra e filósofos que a comentam, seja pelo prazer ou pela repulsa, todos reconhecem a singularidade dessa experiência. É questionável, é claro, se e em que sentido a obra de Sade objetivamente é assim única e inovadora. Luiz Roberto Monzani, em seu *Desejo e Prazer na Idade Moderna* (1995), dedica-se a mostrar de maneira meticulosa os antecedentes do materialismo e do sensualismo sadeano. A ideia é (apesar de ele mesmo reconhecer a impressão distinta que a obra causa) criticar aquelas leituras que fazem da obra de Sade “uma exceção monstruosa e única” (MONZANI, 1995, p. 12). O próprio Monzani é cético acerca de suas conclusões sobre em que medida as teorias filosóficas de fundo do pensamento de Sade podem ser todas já encontradas no discurso Iluminista. Está certo, no entanto, ao apontar que Sade é um homem de seu tempo: suas teorias filosóficas, se não podem ser reduzidas a meras derivações, todas dialogam com os temas e questões da época. Tendo sido um autor de notável erudição (e tendo tido muito tempo para ler na prisão), Sade certamente não foge do repertório intelectual de seu tempo: filósofos e historiadores latinos; relatos de viagem; autores das Luzes.

O mesmo vale para seu imaginário sexual. É possível que não tenha havido autor tão intenso quanto Sade no retrato da paixão violenta, do desejo assassino. No entanto, seu contemporâneo Rétif de la Bretonne já

¹ Professor na Escola Paulista de Direito e doutorando em Filosofia na Universidade de São Paulo, e-mail guilherme.diniz@usp.br, ORCID 0000-0002-9324-0083.

tinha uma erótica bastante ousada, hesitando pouco em retratar uma sexualidade violenta e imoral. Modelos clássicos de perversões não faltaram a Sade, sejam literários, como o *Satíricon*, de Petrônio, sejam históricos, como a *Vida dos doze Césares*, de Suetônio (uma das fontes de inspiração preferidas do Marquês de Sade), ou antropológicos, como os relatos de viagem de Dêmeunier. Mesmo a mistura entre Filosofia e erotismo não foi exatamente uma invenção sadeana: “enquanto a combinação de sexo e filosofia não é exclusiva de Sade, o conteúdo gráfico e violento do encontro sexual ajuda a distanciá-lo de seus contemporâneos” (LAWRENCE, 2013, p. 4). A diferença entre Sade e esses (e outros) autores seria mais de grau que de gênero.

Sem querermos entrar nessa discussão, é a própria história que parece falar da extemporaneidade sadeana. As *Ligações Perigosas*, de Laclos, eram mais contidas, mas não muito mais imorais que os romances perversos sadeanos; Rétif de la Bretonne tinha outras perversões de preferência, mas não hesitava em carregar nas tintas no retrato delas; a fama e legado de Diderot, à época e para a posteridade, dispensam comentários: todos conheceram bastante sucesso editorial em sua época, foram autores laudados e, mesmo, importantes atores políticos. Sade, por sua vez, foi preso em todos os três regimes sob os quais viveu, teve suas obras apreendidas, queimadas e, sobretudo, amplamente ignoradas pela crítica e pelos filósofos da época. Recepção que muda acentuadamente quando do séc. XX: de maneira paulatina ao longo do século, Sade toma lugar no cânone da literatura francesa, enquanto autores como Rétif ou Argens tornaram-se interesse de um nicho específico. Esse intervalo entre a escritura e a recepção talvez seja índice de que há algo na obra de Sade que, diferindo significativamente dos clássicos de seu tempo, apenas pode ser plenamente compreendido quando visto à luz da contemporaneidade.

É preciso, no entanto, nos guardarmos da tentação diametralmente oposta à de reduzir Sade aos modelos disponíveis à época: assumi-lo, de alguma maneira, como um autor contemporâneo. Jean-Christophe

Abramovici, na esteira de uma corrente de pesquisas exegéticas sobre a obra de Sade, alerta contra a possibilidade de anacronismo e falta de rigor textual que pode facilmente decorrer desse tipo de abordagem. De maneira bem específica, na verdade, discute a possibilidade de se associar Sade ao pensamento *queer*:

Fazer de Sade um teórico da teoria *queer*, é propor *a priori*, do texto sadeano, uma forma de leitura atualizante, que, sabe-se, casa muito mal com certa tradição filológica francesa apegada ao respeito ao texto e ao sentido primeiro, à contextualização, e que se mostra muito reticente sobre os riscos de anacronismo (ABRAMOVICI, 2016, p. 49).

Abramovici está a discutir o “inquietante” título do estudo de William Edminston (2013): *Sade: Teórico Queer*. Logo, é claro, ele reconhece que o título está mais no campo da provocação que da sugestão, e que a proposta de Edminston é mais sutil e nuançada. O que ele nos sugere é reler Sade com um novo olhar, encontrando ali elementos que, antes do pensamento *queer*, talvez não fossem evidentes. Como diz Jennifer Lee Lawrence, em trabalho do mesmo ano sobre o mesmo tema:

Se a fluidez de gênero é um desenvolvimento cultural relativamente recente, porque, então, deve sua presença ser buscada e suas implicações ponderadas nos escritos do séc. XVIII de Donatien Alphonse-François de Sade? A resposta a essa questão resta não apenas na representação que Sade faz do gênero e do sexo, mas na abordagem crítica comum que categoriza seu trabalho como pornográfico e/ou misógino, com pouco ou nenhum valor além daquele de titilar o desejo sexual do leitor (LAWRENCE, 2013, p. 2).

Ler Sade sob uma ótica *queer* é uma questão de crítica literária. De fato, o pensamento *queer*, tanto em sua dimensão filosófica quanto em sua interlocução com outros saberes científicos, faz mais do que nos aportar uma série de conhecimentos positivos acerca de questões de gênero e sexualidade (o que, em si, já não é pouco). Enquanto teoria, nos dá um instrumental interessante para observarmos e compreendermos diversos fenômenos sociais, inclusive a literatura. Autoras centrais dessa corrente,

como Butler e Haraway, não só tiveram em trabalhos literários fontes importantes de reflexão, mas aplicam o quadro conceitual e teórico geral que desenvolvem também na análise de obras literárias².

Pretendemos, nesta breve exposição, tentar fazer também esse exercício de releitura de Sade, observando-o sob o instrumental teórico e os ganhos conceituais do pensamento *queer*. Para tanto, então, antes de irmos à obra de Sade, será relevante explicitar um pouco do que entendemos por esse novo olhar. Afinal, a ideia do que é um pensamento *queer* não é, em si, evidente. Em um ensaio mais longo, talvez pudéssemos fazer um movimento mais completo de retomada de certos textos fundadores dessa nova tradição, observando temáticas, formas argumentativas e outros elementos centrais, para só então voltarmos à obra de Sade. Não é o caso.

Quando falamos em teoria *queer*, prontamente pensamos na reflexão sobre gênero. Especificamente, em uma reflexão que visaria reconsiderar e complexificar certas visões tradicionais ou estereotipadas acerca das relações entre comportamentos indicativos da identidade de gênero e a fisiologia do corpo. As relações disso com o pensamento de Sade são fáceis de elencar, mas difíceis de esgotar: Sade tratou longamente e retratou de inúmeras maneiras formas possíveis de associação e dissociação entre os corpos dos libertinos, seus usos sexuais e sociais.

Queremos, então, observar uma articulação mais localizada³, que nos parece ser uma questão de fundo ou conexa a esse aspecto central do pensamento *queer*: a percepção de uma relação complexa entre linguagem (ou significação, de maneira mais geral) e corpo. Pelo menos entre as autoras centrais do pensamento *queer*, parece que está em jogo algo mais sutil que simplesmente opor a uma visão naturalista a dissociação entre

² Cf., por exemplo, *O Clamor de Antígona*, de Butler (2000), e as várias análises de obras de ficção científica no *Manifesto Ciborgue* e no *Manifesto das Espécies Companheiras*, de Haraway (2016).

³ Tratamos da relação entre Sade e o pensamento *queer* naquele seu aspecto mais geral e evidente em texto recém-publicado (GRANÉ DINIZ; MOURA, 2021).

sexo e gênero. Da percepção de que não existe uma relação direta de implicação entre ambos não decorre que ambos sejam incomunicáveis e inteiramente separados. Antes, pelo contrário, essa relação se torna mais difícil: o comportamento social, que, dentro de certos parâmetros e contextos, teria o poder de marcar a identificação com um gênero, ganha sentidos diferentes a depender da corporalidade de quem lhes executa. Conversamente, a percepção individual e social do corpo não é objetiva, mas está ligada a essas práticas⁴. Isso faz com que haja, entre sexo e gênero, uma relação muito relevante, que é a *performance*. Quiçá tenha sido Judith Butler a primeiramente formular essa questão: a relação entre a estilização e uso do próprio corpo e a percepção social e individual do gênero é estruturalmente análoga a certos aspectos da linguagem. Isso nos parece interessante pois é, conforme tentaremos mostrar, ao mesmo tempo uma articulação central no pensamento de Sade e (ao menos em partes de) no pensamento *queer*. Mais ainda, conforme parte importante da literatura sobre o tema aponta, esse parece ser um ponto característico do pensamento filosófico contemporâneo.

GÊNERO E SIGNIFICAÇÃO

Observemos um pouco mais de perto como Butler constrói essa interação. Em uma passagem crucial da argumentação em seu clássico *Problemas de Gênero*, Butler cita de maneira sagaz uma passagem de Fredric Jameson:

O pastiche é, como a paródia, a imitação de um estilo peculiar ou único, o vestir de uma máscara estilística, fala em uma língua morta: mas é uma prática neutra de mimetismo, sem o motivo ulterior da paródia, sem o impulso satírico, sem riso, sem aquele sentimento ainda latente de que existe algo *normal* comparado ao qual o que está sendo imitado é bastante cômico. Pastiche é paródia vazia, paródia que perdeu seu humor (JAMESON, 2009, p. 5)

⁴ Cf. Butler, 2007, cap. 3; Preciado, 2007.

Dizemos ser “sagaz” a citação pois ela certamente não é evidente, e dá (de maneira elegante e econômica) uma virada importante no sentido da argumentação. Nesse capítulo, Butler está a refletir sobre os potenciais transgressivos das performances de *drag queens* e *kings*. Ao falar de “performance”, nesse contexto, somos imediatamente remetidos ao sentido cênico do termo. A performance *drag* é algo que, quando não feita mesmo sobre um palco, dá-se a ver, um espetáculo. A citação de Jameson, no entanto, ao tratar do pastiche, nos lembra que “performar” também é algo que a linguagem faz. A performance *drag* não é apenas encenação intencionalmente exagerada dos elementos e características que marcam o gênero oposto (geralmente) ao sexo biológico de quem performa. O que faz de alguém *drag* é a maneira como a pessoa mobiliza signos e símbolos sobre o próprio corpo. Esses símbolos são performáticos no sentido que mobilizá-los faz mais do que simplesmente “dizer” algo sobre o gênero, mas são os próprios operacionalizadores dos gêneros, capazes de “realmente” caracterizar e identificar as pessoas como pertencentes a um ou outro deles. A performance *drag* interessa especialmente a Butler na medida em que não apenas desarranja o esquema naturalista de paralelismo entre gênero e sexo, mas em que evidencia a possibilidade de um uso deliberadamente artificial e paródico desses símbolos. Mas, mais ainda, faz da semiótica o campo privilegiado dessas apropriações táticas (BUTLER, 2007, p. 183 e sgs.).

Butler não emprega, ao menos de maneira sistemática, o termo, mas tecnicamente poderíamos chamar o que ela pensa neste ponto de “transgressão”. A depender de Butler, a performance *drag*, quando bem entendida, pode colocar em xeque toda a percepção social comum acerca do gênero. No entanto, a maneira como isso é feito não é pela simples negação abstrata ou genérica da gendrificação. Na verdade, o procedimento é exatamente o contrário: é parte central da performance *drag* adotar de maneira exagerada as características correntemente aceitas como sendo as do gênero performado. O efeito paródico decorre (não apenas) do ter-se

um homem mais “feminino” que uma mulher ou vice-versa: “mais ‘feminino’” ou “mais ‘masculina’” porque o *performer drag* leva à última potência esses signos que caracterizam o gênero, nesse ato mostrando como o próprio ideal é derrisório. Se Butler pode entender que a performance *drag*, deliberadamente ou não, pode servir de crítica à própria normatividade do gênero, é na medida em que ela atua de dentro dessas normas. É preciso um código constitutivo do sentido dos signos do gênero para que ele possa ser parodiado, transgredido. Considerando a “ordem das razões” filosóficas do pensamento *queer*, ao menos na formulação de Butler (mas poderíamos mostrar isso também para o pensamento de diversas outras autoras), a reflexão sobre o gênero, mesmo que seja a peça central, repousa sobre o quadro teórico mais geral da tematização da linguagem e do corpo.

Ora, chega a ser surpreendente como encontramos essa mesma articulação formulada na literatura de Sade. Sade, é claro, não a formula através do instrumental técnico da linguística. No entanto, a percepção de uma relação intrínseca entre linguagem e corpo é parte fundamental tanto de seu pensamento filosófico quanto de sua erótica. Ainda ao começo da *História de Juliette*, a abadessa Delbène ensina à heroína homônima o funcionamento dessa articulação:

Santo deus, grita ela, no fim, sodomizada por Télème, masturbada por Volmar. Oh, porra! Eu gozo! Os senhores me fizeram morrer de volúpia, sentemo-nos e dissertemos. Provar as sensações não é tudo, é preciso ainda analisá-las: é, por vezes, tão doce saber falar quanto gozar delas, e quando não se pode mais esta, é divino lançar-se sobre a outra [...] Télème, e o senhor, Ducroz, estejam perto de mim, quero manipular seus paus enquanto falo; quero fazê-los reerguer. Quero que a energia que eles reencontrarão sob meus dedos se comunique a meus discursos (MARQUÊS DE SADE, 1998, p. 234).

A imagem lembra uma bateria: os paus como os polos, e o corpo da abadessa como o fio condutor que liga o circuito. Isso não é por acaso. O objetivo de Delbène é fazer circular uma “energia”: energizar os paus que

tem em mãos, dando a eles novo vigor, mas também energizar seus discursos. Como mostra Clara Castro (2015), a noção de energia é mesmo um dos operadores centrais do pensamento sadeano. Trata-se de um importante conceito do pensamento materialista da época, que permitiria conceber o caráter animado do corpo vivo sem precisar recorrer, justamente, à noção de “alma”. A energia dá movimento à matéria, mas não como um princípio extra ou supramaterial. Pelo contrário, é ela mesma também o resultado de formas específicas de interação entre matérias. Tal qual madeira e oxigênio fazem fogo, assim como a disposição certa do chumbo e do ácido geram eletricidade, os componentes do corpo, suas partes adequadamente organizadas, produzem todos os fenômenos da vida: “o ser organizado pode ser comparado a um relógio” (MARQUÊS DE SADE, 1995, p. 582). Sade percebe bem que uma consequência desse materialismo é a possibilidade de reduzir o moral ao físico. Quer dizer: ação, movimento, percepção, sensibilidade, intelecto, consciência etc.; todos esses elementos da vida intelectual, tradicionalmente atribuídos à alma, são, na verdade, apenas outro aspecto do corpo, ação de uma tripa que chamamos cérebro. Ideias filosóficas, discurso erótico, corpo sexuado, tudo isso poderia ser reduzido a um mesmo princípio. Daí que falar – e falar filosofia, ainda por cima! – possa ser um ato libidinoso, a ponto de integrar a orgia.

Mas dizer que a vida intelectual se reduz à matéria não significa simplesmente dar primazia ao corpo, senão perceber que – tal qual Butler nota acerca da corporalidade *drag* – corpo e fantasia se constituem reciprocamente. Na *Filosofia na Alcova*, Mme. De Sainte-Ange e Dolmancé estão a ensinar a jovem e ingênua Eugénie a ser libertina. No processo de apresentá-la a todos os prazeres da perversão, Dolmancé ensina a moça também a ser “homem” – a currá-lo com um consolo: “Eugénie, armada desse consolo me currará. Destinada a encenar um dia todos os diferentes papéis da luxúria, é preciso que ela se esforce nas lições que nós lhe damos aqui para desempenhá-las todas igualmente” (MARQUÊS DE SADE, 1998,

p. 78). Mas o aprendizado de Eugénie não é, decerto, apenas uma questão de formação técnica para a prostituição. Antes, a prostituição para a qual ela está sendo preparada é um corolário da libertação de sua criação cristã e tradicional: se o casamento é uma imposição social da qual ela não tem muita escapatória, pelo menos ela pode se satisfazer às escondidas. O uso do consolo é, assim, mais que uma simples concessão da parte da moça para agradar o sodomita Dolmancé:

DOLMANCÉ, *beijando Eugénie*: Essa moça charmosa me fodeu como um Deus.

EUGÉNIE: Na verdade, eu senti prazer.

DOLMANCÉ: Todos os excessos o dão quando se é libertino, e o que uma mulher pode fazer de melhor é multiplicá-los para além mesmo do possível (MARQUÊS DE SADE, 1998, p. 79).

Trecho surpreendente da erótica sadeana: Eugénie goza com seu membro fantasma. Como, se o consolo não é ligado ao corpo dela por nenhum tipo de nervo, de carne, de osso...? Esperado seria que ela não sentisse nada muito específico, menos ainda prazer. Mas, Dolmancé explica o que está em jogo: a causa do prazer, “quando se é libertino”, não é a simples fricção dos genitais. Os libertinos sabem aproveitar muito bem de seus corpos: durante as orgias, paus vão não apenas em cus, bocas e bocetas (como faz o indivíduo “normal”), mas em mãos, axilas, panturrilhas, cabelos etc. (MARQUÊS DE SADE, 1998). O que causa o prazer não é o estímulo erógeno específico, mas o excesso, a transgressão, a percepção da própria perversidade. Fosse o caso de Dolmancé ser currado por outro homem, teria (tem, é claro), muito prazer; quando é currado por uma mulher, é como se o fosse por um Deus, pois trata-se de um prazer “além mesmo do possível”: não mais do campo das possibilidades simples do corpo natural, mas daquelas abertas pelo interjogo entre domínio da técnica sexual, incorporação de aparatos eróticos e transgressão dos sentidos sociais do corpo sexuado.

Para que haja o excesso, como já dizíamos, é preciso que haja, antes, o limite a exceder, a regra a transgredir. Em *Os Cento e Vinte Dias de*

Sodoma podemos ver a intersecção entre os dois aspectos da questão. A história desse “romance mais impuro que jamais foi feito” (MARQUÊS DE SADE, 1990, p. 69) é bem conhecida: quatro amigos libertinos casam-se um com a filha do outro como maneira de melhor selar sua aliança impura. Feito isso, resolvem os quatro irem passar a “lua de mel” à maneira que só os libertinos imaginariam: mandam sequestrar um grande número de crianças; contratam prostitutas, michês e outros serviçais, e fogem com todo esse séquito para um castelo perdido nos fundos da Floresta Negra. De maneira mais imediata, o objetivo dos libertinos é claro: fugir da civilização e esconderem-se em um refúgio remoto e recluso lhes põe a abrigo das leis. No entanto, a comentadora Annie Le Brun nota que existe algo mais em jogo:

Ao sair de Bâle, se sai da realidade histórica; ao sair da aldeia dos carvoeiros, se sai do último fragmento de realidade social; ao sair do cimo da montanha, “uma nova barreira tão insuperável que apenas os pássaros conseguiriam vencer”, se deixa toda realidade humana; enfim, ao sair do “caminho da ponte” destruída de forma que “não há mais um só habitante da terra de qualquer espécie que se possa supô-lo, a quem é possível abordar a pequena planície” onde se encontra o castelo, se sai simplesmente da realidade para desviar-se à irrealidade de um lugar que se torna o mundo, ou mais exatamente o coração fugidio do mundo, ao mesmo tempo coração de pedra e coração de vazio (LE BRUN, 1986, p. 91).

O “espaço” para onde os libertinos vão é um espaço marcadamente literário. É lugar onde homens e animais têm filhos; onde pessoas podem ser mortas mais de uma vez; onde os limites do corpo humano são facilmente extrapolados. Não é apenas das leis humanas, jurídicas, que os libertinos fogem: é das leis da natureza, da realidade, em busca de um espaço narrativo onde seu desejo possa ser experienciado sem qualquer tipo de constrangimento ou amarra; operacionalizado diretamente em seus aspectos simbólicos para, apenas em um segundo momento, através da leitura, atuar no corpo. De fato, a literatura também opera na chave da transgressão: sua inteligibilidade é condicionada por um código linguístico,

o qual ela mobiliza de maneiras plúrimas, sem compromisso com o respeito estrito a esse código. Pelo contrário, é na medida em que pode transgredir-lo do ponto de vista da semântica, da estilística, da sintaxe (no caso de experimentos linguísticos mais modernos) etc. que cria um efeito propriamente literário, e não meramente comunicativo (BATAILLE, 1957)⁵. O Marquês de Sade não reconhece isso de maneira explícita, mas é fácil para seus leitores reconhecerem esse mecanismo operando em sua literatura:

Encontra-se, então, nas cenas de amor, configurações de personagens, sequências de ação, formalmente análogas aos “ornamentos” descobertos e nomeados pela retórica clássica. Na primeira fileira, a *metáfora*, que substitui indiferentemente um sujeito por outro segundo um mesmo paradigma, o da vexação. Em seguida, por exemplo: o *assíndeto*, sucessão abrupta de deboches (“eu parricidava, eu incestava, eu assassinava, eu prostituía, eu sodomizava”, diz Saint-Fond, declinando as unidades do crime como, César, as da conquista: *veni, vidi, vinci*) [...] (BARTHES, 2016, p. 137).

Há, aqui, um isomorfismo com a maneira como Sade compreende as regras que permitem compreender e caracterizar o gênero: “celebra-se, naquele dia, a festa da décima-quarta semana, e Curval se casa, ele como mulher, com Quebra-Cu na qualidade de marido, e ele, como homem, com Adonis, na qualidade de mulher” (MARQUÊS DE SADE, 1990, p. 352). Como dito, a história toda começa pelo casamento dos libertinos com as filhas uns dos outros. Agora, como parte da celebração de suas núpcias, eles se casarão novamente, mas como jogo erótico. Curval, um financista já idoso, será marido de um jovem rapaz, ao mesmo tempo que esposa de um homem aptamente apelidado Quebra-Cu. Esse jogo libertino parte de uma intuição acertada sobre a função social do matrimônio: ele distribui e estabiliza os papéis sexuais. Mas, disso, em vez de santificar a identidade entre o sexo e a função social a desempenhar – o gênero – o sacramento

⁵ Sobre as relações entre literatura e transgressão, cf. a excelente tese de Contador Borges (2011).

do matrimônio é usado para agenciar o polimorfismo da identidade libertina. Vale ressaltar que, mais uma vez, subjaz a esse mecanismo a percepção sagaz e extemporânea da dissociação e interação entre o corpo e os elementos simbólicos que lhe compõem, informando seus usos e sentidos.

LENDO SADE EM UMA ÓTICA QUEER

Sem pretendermos extrapolar essa temática da relação entre corpo e signo no pensamento de Sade, pensamos que aqui já podemos extrair uma série de conclusões interessantes e relevantes sobre aproximações entre Sade e o pensamento *queer*. Na verdade, a proximidade estrutural entre a intuição sadeana da constituição recíproca entre o corpo e seus sentidos sócio-morais e a teoria de Butler sobre os aspectos pragmáticos do gênero salta aos olhos. Tanto Sade quanto Butler estão a disputar com um senso comum e uma tradição filosófica (em partes, semelhantes) que veem uma distinção marcada entre os aspectos corporais, fisiológicos e materiais e aqueles anímicos e imateriais da experiência humana. Para Sade, trata-se sobretudo de uma crítica acentuada aos aspectos morais do cristianismo, que justificariam praticamente todo tipo de submissão e aviltamento do corpo em nome da alma imortal e da vida eterna. Butler não estabelece essa polêmica tão diretamente com o pensamento religioso, mas sim com tradições filosóficas e científicas que, tendo uma pretensão emancipatória, falhariam em atingir o fundamento dualista das relações de dominação que denunciam. Mesmo tendo esses alvos diferentes, Sade e Butler chegam ao mesmo ponto: mais que simplesmente inverter a ordem de precedência dessa relação, é preciso pensá-la no modelo da transgressão. A depender de Bataille (1957), isso teria sido mesmo uma descoberta sadeana.

Quiçá poderíamos mesmo dizer que Sade teria, na medida do possível, antecipado algo da crítica central de Preciado a Butler. A depender de Preciado (2007), a despeito do aspecto inovador e absolutamente relevante do pensamento de Butler, esse ainda incorreria em um limite

relevante: enfatizaria do gênero os aspectos simbólicos e abstratos, deixando de lado os elementos materiais que lhe compõe. Feminilidade ou masculinidade, mais do que uma série de comportamentos e símbolos socialmente codificados para indicar o pertencimento a um ou outro gênero, também passam por uma variedade de objetos que podem ser comprados, trocados, apropriados e desapropriados: implantes de silicone, pílulas de hormônios, roupas, perucas etc. Notar no gênero algo “objetivo” radicalizaria aquela percepção original de Butler, na medida em que lhe toma por um elemento distinto de qualquer tipo de alma ou noção substancial de subjetividade. Essa fluidez material e estratégica do gênero é exatamente o que vemos Eugénie e Dolmancé operacionalizarem. Ora, até mesmo o uso do *dildo* como instrumento disruptivo da ordenação dos gêneros e, sobretudo, da relação entre corpo e gênero (e, por extensão, natureza e sociedade) se repete. O *dildo* cumpre uma função análoga na ordenação literária do pensamento sadeano ao que realiza na argumentação filosófica de Preciado (2011). Enquanto pedaço de plástico (ou de madeira e couro, na época de Sade), o *dildo* é passível de participar do circuito dos prazeres e do desejo. Especificamente, no caso de Sade, Preciado entende que o *dildo* seria um análogo do texto, circulando simbólica e materialmente junto a ele:

Sade escreve os *120 Dias de Sodoma* em sua cela na Bastilha, e lhes copia durante trinta e sete dias, desde as sete da manhã até as dez da noite, à mão e em traço minúsculo em ambas as faces de um rolo de papel de 12 metros, 10 centímetros de comprimento [sic] e 12 centímetros de largura⁶. Para evitar que seja destruído pelos guardas, Sade guarda o manuscrito em um *dildo* de 15 centímetros de circunferência e 23 centímetros de comprimento com madeira oca de ébano e rosa. “Não é em meu bolso onde lhes guardo”, diz Donatien a sua esposa Renée em uma carta, “senão em

⁶ Não é claro como Preciado oferece medidas em três dimensões para um pergaminho de papel. Provavelmente se refere à grossura do rolo; medida que, no caso de um consolo, é mesmo importante. Nas cartas que trocara com sua esposa acerca da encomenda do objeto, como mostra a citação feita por Preciado no trecho, Sade é bastante específico sobre essa dimensão.

outra parte, para a qual são, inclusive, muito pequenos". O *dildo* e o manuscrito são órgãos sexuais prostéticos que saem e entram do corpo, que podem separar-se dele, distribuir-se, coletivizar-se (PRECIADO, 2016, p. 185).

De certa forma, como pretende Preciado, é o *dildo* que dá a verdade do pênis e não o contrário. Ao desempenhar satisfatoriamente – para todas as partes envolvidas – o ato sexual, o *dildo* permitiria ver que, no que concerne o prazer sexual, a forma plástica e a funcionalidade simples importam mais do que a organicidade do membro. Este é que, na verdade, só serve na medida em que dá conta das funções do *dildo*. Essa redução do orgânico ao inorgânico – esse compreendendo tanto o material (*dildo*) quanto o intelectual ou espiritual (texto; símbolos que ordenam o gênero e a sexualidade) – é outro daqueles corolários mais radicais do materialismo extraídos por Sade e que serão reencontrados no pensamento *queer*.

Por outro lado, Jean-Christophe Abramovici (2016), considerando essa associação entre Sade e o pensamento *queer*, faz bem em acentuar a existência de um importante limite. Por regra, quando falamos ou pensamos em teoria *queer*, temos em mente uma forma de pensamento filosófico comprometida também com certo conjunto de valores; com uma visão que, de maneira muito vaga, poderíamos dizer progressista. É uma teoria que não apenas descreve certos aspectos das relações entre gêneros e funcionamentos da própria noção de gênero, mas que, nisso, já realiza uma crítica de formas mais conservadoras ou mesmo reacionárias de pensar essa relação. De fato, autoras, como Butler e Haraway, consideram suas teorias como uma nova formulação do pensamento feminista. Desse ponto de vista político-moral, a associação entre Sade e o pensamento *queer* é, no mínimo, difícil. Andrea Dworkin (1989), em seu clássico *Pornografia*, apresenta Sade como sendo o primeiro e mais típico pornógrafo, preocupado não apenas com o retrato, mas com a justificativa da dominação sexual da mulher pelo homem. E, de fato, do ponto de vista dos valores veiculados na sexualidade sadeana, quando lidos literalmente, esses remetem muito mais a seu passado aristocrático do que ao futuro

revolucionário: o imaginário sexual sadeano é aquele dos nobres libertinos, cujo poder sobre o corpo de seus súditos-vítimas é ilimitado.

Mas, enquanto Dworkin caracteriza a pornografia como um tipo de figuração “argumentada” de certo tipo de sexualidade, talvez a própria conjunção entre retrato e justificativa da sexualidade violenta deva ser vista, em si, como um fator disruptivo da própria tipologia dos discursos. Ao comentar sobre essa associação entre literatura e filosofia em Sade, Lawrence afirma que essa peculiaridade de sua escritura “elevou seu trabalho de pornografia, um trabalho direcionado apenas à produção de prazer sexual, para a disseminação da filosofia, direcionada à mudança social e, por sua vez, sexual” (LAWRENCE, 2013, p. 7).

Essa afirmação supõe, de antemão, uma diferença entre prazer sexual e disseminação da filosofia, o que, na obra de Sade, é falso. Seria o caso, antes, de afirmarmos que Sade eleva a própria filosofia à condição de pornografia, uma vez que ressalta o eminente prazer libidinal envolvido no ato intelectual de filosofar. Conclusão à qual Preciado chega igualmente, via uma análise de Deleuze, em seu *Manifesto Contrassexual* (PRECIADO, 2011, p. 180).

No limite, outro ponto de aproximação entre Sade e o pensamento *queer*, especialmente quando consideramos formulações mais radicais como a de Preciado, é a necessidade de repensar a relação entre discurso filosófico, prazer e verdade: a filosofia *queer*, assim como a de Sade, não pretende convencer tanto ou só pela lógica do argumento, mas por seus efeitos libidinais e gozosos no corpo do leitor. Ou, mais propriamente, reconhece que o efetivo âmbito de operação da lógica do discurso não é no registro de uma intelectualidade abstrata, mas dos efeitos materiais e corporais do discurso (dentre os quais, o gênero).

CONSIDERAÇÕES

Para extrairmos conclusões acerca de aspectos *queer* do pensamento de Sade poderíamos ainda ter levantado uma série de outros temas e aspectos. Especificamente, deixamos de lado aqui a reflexão sobre um outro aspecto central do pensamento sadeano: a analidade. Lawrence, em sua tese já mencionada sobre o tema, abordará a questão sobretudo a partir desse aspecto: como Sade insiste no ânus como forma de reduzir a diferença sexual. Ideia que aparece tal e qual no *Manifesto Contrassexual*, de Preciado. Mas, a bem da verdade, esse é apenas um exemplo de tema que não mencionamos. Poderíamos pensar ainda em implicações e figurações diferentes da materialidade do corpo; o papel da homossexualidade na construção dos personagens sadeanos; o hermafroditismo, literal e simbólico, nos personagens de Sade etc. Tanto em Sade quanto no pensamento *queer*, a crítica à visão dual ou binária do gênero, ou da relação entre gênero e sexo, considerada junto a essa tentativa de desfazer a distinção entre corpo e texto, apontam para um aspecto mais fundamental: a crítica do dualismo enquanto tal (LAWRENCE, 2013, p. 11). De fato, nos parece que nem a tese de Lawrence, nem o livro de Edminston e menos ainda este breve texto dão conta de esgotar a questão. A problemática da relação entre Sade e o pensamento *queer* pode levar, no limite, assim acreditamos, a duas conclusões de maior monta: primeiramente, uma reconsideração ou, no mínimo, uma complexificação, da percepção dos limites e interações entre a filosofia e outros gêneros de escrita, sobretudo – por mais inusitado que possa parecer – a escrita pornográfica. Em segundo lugar, uma conclusão histórico-filosófica: a reconsideração sobre a relação entre dois importantes momentos da história da filosofia – o materialismo do séc. XVIII e o pós-estruturalismo dos sécs. XX e XXI – revelando linhas de força inauditas que ligam ambos. Sobretudo, quiçá a indagação sobre essa estranha passagem subterrânea na história da filosofia nos permitiria reconsiderar a ideia do *status*

antimoderno do pensamento filosófico pós-estrutural como um todo. Essa questão reservamos para nossa tese.

Mas, o ponto que intentamos estabelecer neste breve ensaio, mais do que indicar essas inúmeras analogias estruturais entre aspectos do pensamento de Sade e de Butler e Preciado (em temas que caracterizam a forma *queer* de pensar filosoficamente), é o seguinte: sem quisermos recorrer ou propor uma reflexão geral sobre as complexas relações entre texto e tempo, é ponto pacífico a percepção de que um texto clássico é aquele que – talvez dentre outras coisas – possui uma abertura semântica tal que lhe permite ser diversamente interpretado a depender da luz que se lança sobre ele. Daí que, enquanto alguns autores simplesmente envelheçam, outros sejam debatidos por milênios. O caso de Sade tem algo de particular: clássicos da filosofia como Platão, Agostinho, Descartes ou Kant são lidos, de maneira mais ou menos contínua (salvo períodos em que foram materialmente perdidos) desde a época em que foram escritos. Sade, em sua época, como dizíamos bem ao início, foi amplamente ignorado na cena intelectual francesa. Foi preciso o século XX para que surgissem, por assim dizer, as condições históricas – gerais e intelectuais – de legibilidade de seu texto. Dentre as luzes que podemos, retroativamente, lançar para esclarecer elementos do texto sadeano, está a teoria *queer*. Ela nos permite notar, em um texto do séc. XVIII, fortemente ligado às convenções e contexto intelectual e social de sua época, elementos inesperadamente contemporâneos: percepção sobre a obra de Sade que, de fato, marcou todo o séc. XX.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICI, Jean-Christophe. Sade: entre queer et chair. In: **Littératures Classiques**, n.º 90, 2016, p. 49-58.

BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. Paris: Éditions du Seuil. 2016.

BATAILLE, Georges. **La Littérature et le mal**. Paris: Gallimard. 2013.

_____. **L'Érotisme**. Paris: Les Éditions de Minuit. 1957

BUTLER, Judith. **Antigone's Claim**. Nova York: Columbia University Press. 2000.

_____. **Gender Trouble**. Nova York: Routledge. 2007.

CASTRO, Clara. **Os Libertinos de Sade**. São Paulo: Iluminuras. 2015.

BORGES, Luiz Augusto Contador. **O louvor do excesso: experiência, soberania e linguagem em Bataille**. 2012. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DWORKIN, Andrea. **Pornography: Men Possessing Women**. Nova York: Penguin. 1989.

EDMINSTON, William. **Sade: Queer Theorist**. Oxford: Voltaire Foundation. 2013.

GRANÉ DINIZ, Guilherme; MOURA, Alex de Campos. "Máquinas e outras vísceras": Sade, Piva e o antidualismo *Queer*. In: **Revista Interdisciplinar INTERthesis**, vol. 18, nº. 1, 2021, p. 1-22.

HARAWAY, Donna. **Manifestly Haraway**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2016.

JAMESON, Fredric. Postmodernism and Consumer Society. In: **The Cultural Turn**. Londres: Verso. 2009.

LAWRENCE, Jennifer Lee. **Sade-Omizing Sexuality: Deconstructing the Gender Binary through the Sadian Sexual Predator**. 2013. 211 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Pittsburgh – Dietrich School of Arts and Sciences. Pittsburgh.

LE BRUN, Annie. **Soudain un Bloc d'Abîme**, Sade. Paris: Gallimard. 1986.

MARQUÊS DE SADE, Donathien-Aldonse-François. **Oeuvres**, vol. 1. Paris: Gallimard. 1990.

_____. **Oeuvres**, vol. 2. Paris: Gallimard. 1995.

_____. **Oeuvres**, vol. 3. Paris: Gallimard. 1998.

MONZANI, Luiz Roberto. **Desejo e Prazer na Idade Moderna**. Campinas: Editora da Unicamp. 1995.

PRECIADO, Paul Beatriz. Biopolítica del Género. In: **Biopolítica**. Buenos Ayres: Ají de Pollo. 2007.

_____. Encamados. In: **Badebec**, vol. 6, n.º 11, Rosário, setembro de 2016.

_____. **Manifiesto Contrasexual**. Barcelona: Editorial Anagrama. 2011.

PERSPECTIVAS SOBRE GÊNERO POR MEIO DE ANTAGONISMOS: CAMILLE PAGLIA E PAUL PRECIADO

Julia Spohr Reinhardt¹

INTRODUÇÃO

Por que estudar sexos e gêneros? Uma razão possível: porque todo corpo, a fim de que possa existir socialmente, precisa ser produzido, ser identificado através dos padrões de “inteligibilidade do gênero”, como explica Butler², ou ser *gendrado*, nas palavras de Teresa de Lauretis³. Esse “gendramento” indicará às instituições (escola, família, ciência...) qual didática, dentre as duas únicas opções possíveis, é a apropriada. O corpo será, então, constantemente lembrado e corrigido da coerência de seu sexo, gênero e desejo, em um processo de reiteração contínua. Outra razão possível: porque o Google Brasil leva zero ponto quarenta e dois segundos para apresentar, em quatorze de fevereiro de dois mil e vinte e um, duzentos e oitenta e quatro milhões de resultados para a busca “mulher é morta por marido”⁴. Entre uma análise teórica abstrata e uma pesquisa revoltante de notícias jornalísticas, outra pergunta aparece: não seria gênero, antes de mais nada, algo determinado biologicamente e, portanto, ditado pelo passado “animalesco” das sociedades humanas? As

¹ Pós-graduando em Cultura Material e Consumo: Perspectivas Semiopsicanalíticas pela ECA/USP. E-mail: spohj280@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7123-5419.

² BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

³ DE LAURETIS, T. **The Technology of Gender**. Technologies of gender, Indiana University Press, 1987, p. 1-30.

⁴ Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mulher+%C3%A9+morta+por+marido&rlz=1C1GC EB_enBR890BR890&oq=mulher+%C3%A9+morta+por+marido&aqs=chrome..69i57.329 2j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 14 fev. 2021.

respostas para essa pergunta demandam mais que a rápida pesquisa do site de buscas.

Para refletir acerca dessa e demais questões, este trabalho abordará os pensamentos de dois teóricos de gênero, Camille Paglia e Paul B. Preciado. Paglia é norte-americana, professora da *University of the Arts in Philadelphia*, historiadora cultural e considerada uma autora pós-feminista. Preciado é espanhol, professor na *Université Paris 8*, filósofo e considerado um autor pós-estruturalista e *queer*.

Enquanto Camille Paglia começa a obra *Personas Sexuais* declarando que “no princípio, era a natureza” (1992, p. 13), Preciado irá começar o livro *Manifesto Contrassexual* questionando-se “como se aproximar do sexo enquanto objeto de análise?” (2014, p. 18). Paglia (1992) afirma que o ser humano precisa acomodar sua relação com a natureza porque acredita que este, enquanto civilizado, meramente esconde de si mesmo a dimensão de sua sujeição a ela. Já Preciado (2014; 2018) acredita que o corpo é tão plástico quanto o sexo e, de antemão, sugere o quanto a binariedade dos sexos é apenas uma ficção. Exatamente por serem antagônicas, analisar a obra de dois autores que diferem tanto em seus pensamentos pode ajudar a entender “de onde viemos e para onde vamos” quando falamos de estudos de gênero e de feminismo, além de elucidar os desejos das multidões que os leem.

É importante, antes de mergulhar nas hipóteses de ambos, situá-los em seu tempo. Como parte do movimento feminista, seus pensamentos estão carregados de ressonâncias e dissonâncias anteriores a eles. Assim, como afirmam Marques e Xavier (2018), “o movimento feminista apresenta suas próprias reflexões críticas que se aprimoraram com o decorrer do tempo e o aprofundamento de seus estudos levam à tomada de consciência das condições impostas à mulher na sociedade.”

AS “ONDAS” FEMINISTAS

Ao longo da história, as mulheres se organizaram e reivindicaram, em diversas ocasiões, os mesmos direitos que os concedidos aos homens. À medida que um desses momentos efervescia, algumas demandas tornavam-se mais ressonantes e nítidas, sendo possível agrupar esses momentos para fins didáticos. A cada um desses agrupamentos dá-se o nome de “ondas”.

Segundo Cisne (apud Marques, Xavier, 2018), na primeira onda do feminismo, na metade do século XIX, observa-se a luta das mulheres brancas *suffragettes*, especialmente as inglesas. Embora trabalhassem tanto quanto os homens, não raro seu salário era bem menor que o deles (muitas vezes correspondendo a apenas $\frac{1}{3}$ do salário masculino). Elas buscavam mais participação política, melhores condições de educação e mudanças na legislação. Enquanto isso, nos Estados Unidos, Sojourner Truth se perguntava se não era realmente uma mulher⁵, já que diferente das mulheres brancas, ela, enquanto negra, era propriedade institucional e jurídica primeiro de seu pai, e depois, de seu marido. No final da primeira onda do feminismo, em 1949, é publicado *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. O livro apresenta uma pesquisa densa sobre a construção social do feminino e faz “questionamentos sobre os condicionamentos que a mulher sofre em sua socialização” (Marques; Xavier, 2018).

Já a segunda onda, iniciada a partir dos anos 1950, é povoada por teorias destinadas a mapear e definir a opressão feminina e identificar a origem dessas condições. Inicia-se a percepção de que a intersecção de identidade sociais e sistemas operam diferentes níveis de opressões nas mulheres e o feminismo se propõe a criticar a utilização da sexualidade, do

⁵ “Sojourner Truth: Ain't I A Woman?” Disponível em: <https://www.nps.gov/articles/sojourner-truth.htm?fbclid=IwAR3AMCWZhp8tbIx8mjKWkza0pHyzVthADFVhfwRogfSv5QjGR_U6mrCeQ0M>. Acesso em 14 fev. 2021.

sexo e da função reprodutiva como legitimação da subordinação imposta às mulheres. Segundo a revista QG Feminista (2018), foi nesse momento que se percebeu que “a mulher desde sempre esteve atrelada, social e economicamente, à sua função reprodutiva, e o patriarcado, assim como o capitalismo, consiste essencialmente, também, na exploração dessa capacidade”. Movido pelas violências domésticas que sofriam no silêncio da esfera privada, e tantas outras questões privadas que sofriam intervenções públicas, o lema desse momento define-se como “o político é pessoal” (MARQUES; XAVIER, 2018). O final da segunda onda é marcado por questionamentos sobre o gênero (marcadamente como o feminino) em defesa da maternidade e do aborto.

Entre a década de 1980 e 1990, de forma concomitante ao avanço dos movimentos lésbico e gay, o feminismo entra em sua terceira onda. Percebendo que a busca por “uma identidade comum como fundamento para uma política feminista” (BUTLER, 2016, p.10) acabava por “universalizar” opressões e vivências enormemente diferentes, as mulheres passam a questionar o próprio movimento feminista e, com isto, o sujeito “mulher”. O feminismo começa, pouco a pouco, a compreender que talvez não seja possível estabelecer um acordo estável e unitário sobre a identidade das mulheres, sendo necessário aceitar uma *coalizão aberta* “que permita múltiplas convergências e divergências sem a obediência a um *télos* normativo e definidor” (BUTLER, 2016, p. 42). Nesse processo de revisão, ecoam novas vozes feministas que questionam inclusive a diferença sexual. Autoras, como a já citada anteriormente, Teresa de Lauretis e Monique Wittig, questionam-se através de artigos publicados, respectivamente, em 1987 e 1978, o que seria uma mulher “de verdade” e, ademais, se uma mulher não hétero, que não desejasse um relacionamento com um homem, seria mesmo uma mulher. Se na segunda onda as reivindicações preocupavam-se com o corpo, o sexo e a função reprodutiva da mulher, a terceira onda é povoada por questionamentos

sobre a lógica binária (homem e mulher) e organização genital da sexualidade (heterocompulsória).

Similar ao bicha, sapatão e traveco brasileiros, *queer* era um termo para depreciativamente se referir ao público gay bastante comum nos Estados Unidos nessa mesma época (BENTO, p. 81). Então, no final dos anos 80, “um conjunto de microgrupos se reapropria desse insulto e o utiliza como uma nomenclatura de um espaço de luta para enfrentar as políticas contra os homossexuais, gays e lésbicas, que pedem sua integração à sociedade heterossexual”, como explica Paul B. Preciado, em entrevista com o diretor Alejandro Jodorowsky para o canal espanhol La 2⁶.

Todo este período da terceira onda e posterior é chamado também de pós-feminismo. Utilizado como termo guarda-chuva, a palavra pode abarcar não só a Teoria Queer como também uma variedade de pensamentos, alguns, inclusive, críticos ao próprio feminismo, como o de Camille Paglia (1992), que veremos a seguir.

PERSONAS SEXUAIS

Camille Paglia (1992) escreveu o livro *Personas Sexuais* em 1990 no mesmo ano que Judith Butler lançava *Problemas de Gênero*. *Personas Sexuais* não fala apenas sobre gênero, mas, sim, majoritariamente sobre arte e literatura ocidental, a qual estaria em decadência. Nos primeiros capítulos, contudo, Paglia (1992) fala sobre homens e mulheres e, em específico, sobre a natureza. Para a autora, tanto os liberais quanto as feministas, assim como os conservadores, interpretam mal a natureza humana. Para ela, seria importante não perder de vista o determinismo biológico, interpretação dualista do mundo que exerce um enorme fascínio na sociedade que, historicamente, busca respostas para as diferenças

⁶

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M4k98oLXAmI&feature=youtu.be>>. Acesso em 14 fev. 2021.

comportamentais e cognitivas entre indivíduos (ANDRADE, 2011). O cerne do livro, assim, se estrutura na crença de que a natureza é soberana e que o pensamento do século XX, que nega a natureza humana, é uma ilusão. Para se proteger da condição indomável da natureza, Paglia (1992) diz que o ser humano cria estratégias como a própria sociedade, uma construção artificial com objetivo de protegê-lo de desastres naturais como incêndios, inundações, raios, tufões, furacões, vulcões e terremotos.

Ao longo dos primeiros capítulos, a autora divide com o leitor que o livro se orienta pelo pensador francês do século XVIII, Marquês de Sade. Sade, que escreveu suas impressões do mundo em livros como *Os 120 Dias de Sodoma*, teve no seu nome inspiração para o termo sadismo, que descreve comportamentos de pessoas que sentem prazer na dor dos outros (seja infligindo ou observando). Sade rejeitava os “bons costumes” de sua época, colocando em prática a liberdade sexual que defendia. Ateu, acreditava que o inferno dos homens era a própria maldade destes e que a lei da natureza impunha gozar às custas dos outros.

Assim como o pensador francês, Paglia (1992) discorda do pensamento rousseauiano. O meio teria pouca influência no ser humano, em sua liberdade ou corrupção, já que este seria incapaz de fugir de sua natureza. Ao culpabilizar a sociedade pelo mau que ocorre às mulheres e às minorias políticas, o feminismo estaria preso a um pensamento circular e simplista. Para a autora, já que “estupro e sadismo têm estado presentes em toda a história e, em certos momentos, em todas as culturas” (PAGLIA, 1992, p. 14) é uma ilusão tentar combatê-los. Enquanto na natureza sobrevive o mais forte, “na sociedade, existem proteções para os fracos” (PAGLIA, 1992, p. 17).

Dar uma única “cara” ao opressor e generalizar no termo “mulheres” diferentes experiências de vida corroboram com o argumento de que todas as mulheres teriam uma “essência arquetípica da mulher, ou personificações mais ou menos sofisticadas de uma feminilidade metafísico-

discursiva” (DE LAURETIS, 1987, p. 207). Contudo, como visto anteriormente, os movimentos feministas começaram e persistem exatamente porque a sociedade não prevê a mesma proteção ou estende os mesmos direitos a todos os indivíduos que a constituem. A ideia de uma *opressão universal* foi superada na terceira onda do feminismo, quando ficou claro que os eixos de relações de poder (raça, classe e nacionalidade, por exemplo) influem nos contextos culturais concretos em que as opressões operam. Butler sugere (2016) que o feminismo, inclusive, precisa se manter autocrítico em relação aos gestos totalizantes dele próprio. Ela continua explicando que é preciso renunciar ao conceito de um patriarcado universal, assim como a ideia de que existiria uma experiência única para todas as “mulheres”:

É tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui. (2016, p. 24).

Paglia (1992) continua, contudo, afirmando que outra ilusão moderna e feminista seria a liberdade sexual, já que o sadomasoquismo natural do ser humano estaria sempre à espreita. Além disso, os tabus nunca poderiam ser dissociados do sexo, já que este seria um dos pontos de contato com os impulsos primitivos naturais humanos. Determinado pelo biológico, o ser humano não poderia “escolher” o seu gênero, nem se livrar dos conflitos da integração do corpo e da mente.

O sexo é um poder muito mais sombrio do que admite o feminismo. As terapias sexuais behavioristas julgam possível o sexo sem culpa, impecável. Mas o sexo sempre foi cercado de tabu, independentemente de cultura. O sexo é o ponto de contato entre o homem e a natureza, onde a moralidade e as boas intenções caem diante de impulsos primitivos (PAGLIA, 1992, p. 15).

Definitivamente, diz que não seria o sexo recreativo, nem a expansão dos direitos civis femininos a resolvê-los. Já o gênero seria pré-determinado e a hierarquia entre os gêneros, algo natural. Paglia (1992) explica que nas sociedades de caça ou agrárias, onde existia uma dependência da natureza e nas quais a fertilidade era um mistério, a femealidade era cultuada. À medida que a cultura progrediu, a evolução tecnológica do homem o libertou dos caprichos do tempo e das restrições da geografia. Assim, “deixando-se a natureza um passo atrás, a femealidade recuou em importância” (PAGLIA, 1992, p. 19).

Transferida para um reino inferior, a mulher se revolta contra os homens por sua própria liberdade ilusória e invade os sistemas masculinos. O ciclo mensal da menstruação e o desejo pela maternidade seriam comprovações dessa aproximação mulher-natureza: “Deseje ou não a maternidade, a natureza a atrela ao bruto e inflexível ritmo da lei da procriação. O ciclo menstrual é um despertador que não pode ser parado enquanto a natureza não quiser” (PAGLIA, 1992, p. 24). Para a autora, quanto mais a mulher luta contra a sua natureza, através do individualismo moderno e da realização pessoal, por exemplo, mais emerge sua condição feminina com dolorosa clareza. O corpo feminino não pertenceria à mulher (PAGLIA, 1992, p. 25), mas a uma inerente condição reprodutora.

Enquanto as mulheres teriam o estrogênio a tranquilizá-las, os homens teriam o androgênio a excitá-los. Partindo deste pressuposto, a autora diz que no sexo, como na vida, os homens são impelidos mais adiante. Ressaltando que os homens estariam à mercê desse desejo incontrolável, posiciona-os como meros navegantes de um *desequilíbrio*. Para ela, é natural que eles precisem “buscar, perseguir, cortejar ou tomar” (PAGLIA, 1992, p. 34). Utilizando um exemplo de pombos em corte, a autora aproxima os homens de criaturas animais das quais seria tolo esperar algo diferente da violência. De fato, historicamente a violência esteve na mão de corpos ditos masculinos, os quais conquistaram e

colonizaram muito mais que as mulheres com as quais se casaram. Contudo, se a masculinidade fosse natural, inerente e inevitável ao homem, por que é necessário ensinar e incentivar às crianças a repetição de comportamentos, ou *performances*, deste poder? E por que a recusa dessa performance, apresentada por homens que preferem a delicadeza e a sensibilidade, é entendida como ameaçadora ao padrão normativo?

Enquanto isso, o raciocínio segue sugerindo que a mulher teria uma mancha que identificaria sua origem: a menstruação, uma lembrança mês a mês. “O sangue menstrual é a mancha, a marca de nascença do pecado original, a imundície que a religião transcendental deve lavar do homem” (PAGLIA, 1992, p. 66). Aqui, a autora descortina sua opinião derradeira sobre a mulher:

O feminismo tem sido simplista ao afirmar que os arquétipos femininos são falsidades politicamente motivadas dos homens. A repugnância histórica pela mulher tem uma base racional: o nojo é a reação adequada da razão à grosseria da natureza procriadora (PAGLIA, 1992, p. 67).

Nesta breve análise sobre gênero do livro *Personas Sexuais* é possível entender porque Paglia (1992) procura se opor ao feminismo. Enquanto este enxerga na sociedade uma estrutura de poder coercitiva e, nos gêneros, algo que não está passivamente inscrito sobre o corpo, a autora acredita no primeiro como um desequilíbrio de poder inevitável e, no segundo, algo que significa a diferença dos corpos sexualizados. Além disso, as máquinas que substituem as mulheres nas tarefas domésticas, as pílulas as libertam do sexo reprodutivo, os avanços médicos que as salvam de falecer no parto e a agressividade moderna que lhes permitem “pensar como o homem e escrever livros desagradáveis” (PAGLIA, 1992, p. 67), seriam conquistas suficientes para resolver dívidas históricas.

Preciado (2018) discorda. Para o autor, o momento farmacopornográfico em que nos encontramos, elegante em sua capacidade

de tornar o controle desejado e interno, assim como a limitação de certas tecnologias de gênero a apenas alguns indivíduos ajudam a confirmar as “verdades” do sexo. O autor sugere que podemos ir além se nos despertarmos do que chama de um sonho histórico falacioso: a identidade sexual como verdade anatômica e psicológica.

ERA FARMACOPORNOGRÁFICA

Em 2000, dez anos depois do lançamento de *Personas Sexuais*, Paul B. Preciado lança *Manifesto Contrassexual*, texto no qual propõe um novo contrato sexual que substituiria o compulsório acordo reprodutivo heterocentrado seguido até então. E, em 2008, *Testo Junkie*, uma recapitulação histórica da produção de tecnologias de gênero, onde documentou, também, sua “intoxicação voluntária à base de testosterona” (PRECIADO, 2018, p. 13). Nos dois livros, o autor parte de um argumento único: a ciência e a biologia são ficções, metáforas performativas que produzem, inevitavelmente, o que alegam meramente representar (BUTLER, 2016, p. 19).

Já que a lógica binária de diferenciação anatômica entre sexos é visual, ou seja, uma interpretação estética subordinada aos critérios da pessoa médica, o autor suspende a biologia enquanto uma “ciência dura”, sugerindo uma aproximação dela com um saber de produção criativa. Para Preciado (2014; 2018), o problema não seriam as ficções, as construções sociais *per se*, mas sim a crença de que elas são naturais e, portanto, verdades incontestáveis. Ao denunciar essas ficções, o autor acredita ser possível reaver os rastros apagados das tecnologias que estruturam o social.

A fim de dar início a esta desnaturalização de ficções, Preciado (2018) produz um trabalho de reconstituição histórica de artefatos produzidos ao longo da instalação do regime pós-industrial, global e midiático, ao qual

nomeia de *farmacopornográfico* (PRECIADO, 2018, p. 36). O autor denuncia que o interesse capitalista em produzir novos consumidores exigia que o sujeito do século XIX desejasse sexualmente dentro do regime político heterossexual. Narrativas de uma suposta complementaridade do pênis e da vagina têm sido corroboradas pela literatura, pelos filmes e pela propaganda, tecnologias que trabalham para que os rastros que denunciam o sexo e a diferença sexual como categorias históricas que se modificam e que estão submetidas às forças econômicas e tecnológicas, sejam apagados. A saber, as ficções políticas da homossexualidade (final da década de 1860⁷), da transexualidade (segunda metade do século XX⁸) e da intersexualidade (1917⁹) foram criadas para definir dissidências como *patológicas*.

Tais corpos, isto é, mulheres que não encontrassem prazer na maternidade, homens que também desejassem ser penetrados, “hermafroditas” (hoje intersexuais), que não apresentassem claramente genitais binários ou ainda, almas nascidas em corpos “errados” (sujeitos transgêneros), tornaram-se alvos da ciência. Desde que corrigidos, acreditava-se que poderiam ser conformados, evitando que a estrutura que organizava a sociedade fosse desestabilizada¹⁰.

⁷ “Como foi criada a heterossexualidade como a conhecemos hoje” Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-40093671>>. Acesso em 14 fev. 2021.

⁸ OLIVEIRA; GROSSI, 2014, p.699.

⁹ Idem

¹⁰ Em 2018, a transexualidade foi finalmente retirada da lista de transtornos mentais no Brasil. Tal momento garantiu liberdade para pacientes e profissionais da saúde mental, que deixam de ser “chanceleiros” de travestilidades e transexualidades, permitindo que cada indivíduo viva e modifique seu gênero de forma autônoma. As “heranças” desse período, entretanto, são imensas. Desde os experimentos feitos por John Money e Robert Stoller nos anos 1950, considerava-se que pessoas que não apresentassem “expressões trans” — como a disforia, isto é, a repulsa ou ódio ao corpo, a performance de estereótipos e/ou a apresentação e desejo por características físicas relacionadas ao gênero de identificação — eram tidas como fetichistas transvestidos, e não “verdadeiros” transexuais. A pergunta que fica para esse período é: em uma ditadura estética de uma sociedade em que o gênero se impõe como perfeição, quem gosta mesmo do próprio corpo? Quem não pensou em fazer pelo menos uma modificação? Cf. “OMS retira transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais” Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt->

Voltando-se para o século XX, o autor analisa desde os investimentos dos Estados Unidos em pesquisas científicas sobre sexo e sexualidade durante a Guerra Fria, terreno que serviu de laboratório para moldagem de corpos, passando pelas experimentações humanas de produção e mudança de gênero de John Money, em 1957, até a Enovid, a primeira pílula anticoncepcional criada em 1960. Recapitula que,

De uma perspectiva econômica, a transição para um terceiro tipo de capitalismo, depois dos regimes escravista e industrial, está geralmente situada em torno dos anos 1970; mas o estabelecimento de um novo tipo de 'governo do ser vivo' emerge das ruínas urbanas, psíquicas, fisiológicas e ecológicas da Segunda Guerra Mundial. (PRECIADO, 2018, p. 27).

Paralelamente, Preciado (2018) também rememora a transformação das regulações econômicas e governamentais da pornografia. Em 1953, para citar um exemplo, é criada a Playboy, revista que traz o sexo para o privado e que propõe a substituição do homem de moral e provedor do lar pelo (re)sexualizado *playboy*. Em 1972, é produzido *Garganta Profunda*, que se torna um dos filmes mais assistidos de todos os tempos, arrecadando mais de 600 milhões de dólares. Desde então, afirma, a pornografia passa a funcionar como uma pedagogia do sexo e da sexualidade, apontando novas formas de ser mulher, novas finalidades para os recortes sexuais e orientando novas práticas sexuais.

Para Preciado (2014; 2018), todo o corpo seria potência e as zonas sexuais, reduções, recortes capitalistas. Em *Manifesto Contrassexual*, o autor questiona as verdades biológicas inscritas nos corpos a partir da produção disciplinar da sexualidade da sociedade neoliberal. No livro, Preciado propõe que:

br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transsexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais/>. Acesso em: 14 fev. 2021.

O sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afetos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas. (PRECIADO, 2014, p. 25).

Os dois sexos (que a bióloga e professora Anne Fausto-Steling questiona, sugerindo a existência de pelo menos cinco¹¹) não são só responsáveis pela reprodução sexual da espécie, mas, sim, sobretudo, são “órgãos produtores” de coerência do corpo, autenticando-o como propriamente humano (PRECIADO, 2014, p. 131). Um corpo sem sexo não poderia ser identificado, categorizado, definido, sendo, então, tido como monstruoso.

Mais à frente o autor redige os *Princípios da Sexualidade Contrassexual* (PRECIADO, 2014, p. 35) e, também, um hipotético modelo de contrato, no qual o contratante renunciaria sua condição natural de homem ou de mulher e “todo o privilégio (social, econômico, patrimonial) e toda a obrigação (social, econômica, reprodutiva) derivados de minha condição sexual no âmbito do sistema heterocentrado naturalizado” (PRECIADO, 2014, p. 44-45). Os corpos falantes teriam, como contrapartida, *registros abertos* da masculinidade e da feminilidade à disposição. Contestando a aceitação do nome escolhido antes do nascimento, a flexibilização do significado da consensualidade sexual e a estigmatização de práticas sexuais como abjetas (homossexuais e BDSM, por exemplo), o autor pressiona ironicamente as práticas sexuais naturalizadas. Tais construções metonímicas do sistema heterossexual de produção e reprodução “autoriza a sujeição das mulheres como forma de trabalho sexual e como meio de reprodução” (PRECIADO, 2014, p. 26). Enquanto os homens são a força ejaculadora que produz novos

¹¹ FAUSTO- STERLING, Anne. Os cinco sexos: Porque macho e fêmea não são o bastante. **The Sciences**, p. 20-24, mar. 1993.

consumidores, as mulheres são a qualidade “orgásmica” que facilita a ejaculação, e que podem - e são - exploradas como objeto de troca econômica.

Assim, Preciado (2014; 2018) organiza o pensamento de que não vivemos mais uma época de descobertas ou verdades ocultas da natureza, mas, sim, uma na qual existe a necessidade de “explicitar os processos culturais, políticos e tecnológicos por meio dos quais o corpo, enquanto artefato, adquire um status natural” (PRECIADO, 2014, p. 38).

CONSIDERAÇÕES

O livro *Personas Sexuais* Paglia (1992) reproduz perspectivas deterministas biológicas cujo foco é encontrar explicações causais que comprovem as diferenças entre os sujeitos da categoria “homem” e os da categoria “mulher”, ora aludindo à natureza, ora à chamada diferença sexual, ora a comportamentos opressores ou subservientes encarnados e que se repetem ao longo da história.

De acordo com Lewontin, são três as ideias que configuram a ideologia do determinismo biológico:

- (i) Os indivíduos são distinguidos em suas habilidades fundamentais por causa das diferenças inatas;
- (ii) Tais diferenças inatas são biologicamente herdadas;
- (iii) A natureza humana, biológica, é suficiente para garantir a formação de uma sociedade hierárquica. (2000, p. 29, apud ANDRADE, 2011, p. 68).

Andrade (2011), cuja pesquisa procurou entender os desdobramentos que vieses biológicos deterministas teriam nos ensinamentos de biologia a alunos do ensino médio, explica que tal raciocínio tende a ser empregado na tentativa de explicar fenômenos complexos, como os sociais. Rose (1997) acrescenta que, para estes pesquisadores, “os complexos processos sociais são vistos como ‘causados por’, ‘explicados por’ ou ‘nada mais que’ efeitos

de programas biológicos com base no cérebro ou nos genes” (ROSE, 1997, p. 20 apud ANDRADE, 2011, p. 64).

Já o que fica claro nos dois livros de Preciado analisados (2014; 2018) é um posicionamento que advoga pela liberdade do sujeito por meio da análise das imposições dos gêneros e da sexualidade. Como diz em entrevista para RTVE, “O que me interessa é o que Foucault chamou de ‘A invenção da liberdade’”¹², ou seja, a liberdade não existe, é preciso inventá-la. O autor empreende este projeto ao escrever uma filosofia de resistência à normalização por meio de *reapropriação* de tecnologias de gênero e sexualidade. Para ele, o direito a essas tecnologias e o de produzir outras subjetividades e sexualidades deveria ser de todos. O que equivale dizer que “homens” e “mulheres” deveriam ser livres para tensionar e (trans)formar seus corpos, assim como fazem com outras alterações e modificações corporais entendidas como aceitáveis e desejáveis (a exemplo das ereções atingidas com Viagra, a aspiração de gordura com a lipoaspiração e o aumento e a modelagem dos seios por meio dos implantes de silicone).

Por outro lado, Paglia (1992) traduz um momento de instabilidade identitária. Assim como Stuart Hall (2006) identificou, as identidades, no momento pós-moderno, estão em “crise”. Não só o feminino se torna alvo de análise e desconstrução, como raça, classe e nacionalidade também passam a ser sentidos enquanto instáveis fragmentos que constituem o indivíduo”, mas que não podem mais defini-lo em sua totalidade. Um “multivíduo”. Frente a tal sentimento, é que a autora escreve.

Utilizando justificativas biologizantes para as diferenças entre mulheres e homens e para as violências infligidas a elas por eles, a autora afasta a mulher do ser puro que precisa ser protegido ou que pode ser

¹² “Penso, logo existo”. Disponível em: <<https://vimeo.com/72339942>>. Acesso em 14 fev. 2021.

marcada para toda a vida. Como Virginie Despentes escreve em *Teoria King Kong* (2016), o convite de Paglia (1992) para mulheres que sofreram estupros a “*dust yourself*” (“espantar a poeira”, em português) e dar a volta por cima traz conforto. A “liberdade incrível da desdramatização” (DESPENTES, 2016, p. 35) é um olhar fresco que reafirma que as mulheres têm controle sobre seus corpos.

Contudo, será que os “homens” se satisfazem com a hipótese de que alguns corpos estão destinados à reprodução e outros, à violência? O crescimento de grupos de conversa sobre masculinidade pende para o não¹³. Bento informa que o campo de estudos das masculinidades (no plural) apareceu na cena acadêmica, assim como o dos estudos *queer*, já em 1990.

Passou-se a trabalhar o gênero interrelacionalmente: o homem negro em relação ao homem branco, o homem de classe média em relação ao favelado e ao grande empresário, o homem nordestino e o do sul, e muitas outras possibilidades de composição que surgem das narrativas dos sujeitos (BENTO, 2006, p. 74).

Entender as performances de gênero, inclusive a violência que se apresenta como direito de um gênero sobre o outro, como construções sociais, não significa dizer que elas não existam ou não sejam reais. Sua “encarnação” por meio das performances de gênero é física e sentida nos corpos. As instituições, ao regularem e reforçarem as performances de gênero, também produzem inevitavelmente o que alegam meramente representar (BUTLER, 2011), isto é, são *inventoras* de verdades. Dessa forma, a própria epistemologia é tanto estrutural quanto estruturante. Essas operações têm, então, seus rastros apagados e passam a ser entendidas como naturais e apenas representativas. Mas, se as verdades

¹³ “Como participar de grupos de masculinidades está mudando a minha vida” Disponível em: < <https://papodehomem.com.br/como-participar-de-grupos-de-masculinidades-esta-mudando-a-minha-vida>>. Acesso em 14 fev. 2021.

sob as quais estruturamos nossa sociedade foram inventadas, elas não podem ser naturais. Se foram inventadas, é possível *modificá-las*.

A história que Paglia (1992) analisa não é, definitivamente, toda a história, nem uma história “natural”, mas sim, a história das tecnologias sexuais que não são “fixas”, de “ordem simbólica” ou “universais transculturais”, mas construídas e situadas em um período pós-guerra preciso. Ainda assim, o aumento da tensão sobre a naturalização dos gêneros e a dificuldade em explicar e justificar opressões com respostas unidirecionais dá pistas que um colapso epistêmico se aproxima. Como Preciado convida em sua fala na FLIP de 2020¹⁴, parece ser este o momento da cocriação de uma nova epistemologia que represente a incrível diversidade da vida, que não seja axial, mas que vá em todas as direções.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisco L. **Determinismo biológico e questões de gênero no contexto do ensino de biologia**: Representações e práticas de docentes do Ensino Médio. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Universidade Federal da Bahia, 2011.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DE LAURETIS, T. **The Technology of Gender**. Indiana University Press, 1987, p. 1-30.

DESPENTES, Virginie. **Teoria king kong**. 2 ed. São Paulo: n-1 edições, 2016.

¹⁴ Mesa que dividiu com Caetano Veloso na ocasião da Flip 2020. Disponível em: <https://youtu.be/MxVB_lbOu8U>. Acesso em 14 fev. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

LEOPOLDO, Rafael. **Freud e a homossexualidade**. 2018. Disponível em: https://ralasfer.medium.com/freud-e-a-homossexualidade-105540482ada#_ftn1. Acesso em: 12 dez. 2020.

MARQUES, Melanie C.; XAVIER, Kella R. L. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: **VI Seminário CETROS** "Crise e Mundo do Trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora". Itaperi (CE) - Universidade Estadual do Ceará, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

OLIVEIRA, Melissa B.; GROSSI, Miriam P. A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(2): 687-702, maio-agosto/2014

O QUE SÃO AS ONDAS DO FEMINISMO? Entenda um pouco da história do feminismo, e como chegamos até aqui. **QG Feminista**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>. Acesso em: 12 dez. 2020.

PAGLIA, Camille. **Personas Sexuais: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickinson**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

LACUNAS NÃO-BINÁRIAS EM ESPAÇOS FEMINISTAS

Kael Vitorelo¹⁵

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, tem-se como ponto de partida a presença de pessoas não-binárias em espaços feministas, procurando compreender como essa presença acontece e a partir de quais parâmetros ela é possível. Os espaços aqui mencionados foram criados com a proposta de serem espaços seguros de construção através do diálogo e troca de saberes entre mulheres.

Nos últimos anos, foi possível perceber a criação de diversos espaços reivindicados por feministas por parte de coletivos informais, iniciativa privada e ONGs, como por exemplo o Think Olga (2013, disponível em www.thinkolga.com), o Instituto AzMina (fundado como revista em 2015, financiado coletivamente, disponível em www.azmina.com.br), a plataforma MORE GRLS (2018, disponível em www.moregrls.com.br), entre outros. Apesar de não estarem intrinsecamente ligados ao fazer político através de partidos, enquanto iniciativas da sociedade civil, esses grupos buscam promover diálogos politizados; frequentemente, com embasamento teórico feminista. Remontando à máxima “o pessoal é político” e aos grupos de mulheres descritos e defendidos por Hanisch na década de 70, enquanto plataformas digitais, essas iniciativas invariavelmente vêm acompanhadas de grupos de discussão online, seja através do Facebook, WhatsApp, Telegram ou Discord. Com a intenção de proporcionar uma rede de apoio única e especializada para seus membros, no início muitos deles se descreviam como sendo organizações exclusivamente por e para mulheres.

¹⁵ Mestrado em Comunicação e Semiótica, vitorelo.art@gmail.com, ORCID: 0000-0002-2159-0770.

Com o tempo, esse requisito derradeiro transformou-se. Primeiramente para reafirmar o apoio e admissão de mulheres trans e, mais recentemente, tornou-se comum a expressão “mulheres e pessoas não-binárias” nas páginas informativas desses grupos, o que sugere ser um reflexo do desenvolvimento da discussão de gênero e sua percepção entre feministas, como também pelo público geral.

Contudo, muitos desses espaços continuam definindo-se por um imaginário feminino, ou sua comunicação como um todo expressa um ideal de gênero que aparenta estar mais em conformidade com descrições anteriores desses coletivos do que com a suposta não-binariedade dos manifestos mais recentes: descrições binárias que ainda referem-se ao todo como “mulheres”, “meninas”, “minas”, entre outros vocativos; ou no uso de pronomes femininos como regra; ou ao reforçar características biológicas tidas como “femininas”.

SOBRE SER NÃO-SER

A pessoa não-binária entende-se pela recusa de expectativas de gênero em relação a corpo, performance, linguagem, papéis sociais: a não-binariedade não se trata de uma definição, mas sim de uma *indefinição deliberada*; uma descrição daquilo que *não se é*, antes de ser uma identidade em si. Em tradução do glossário do Gender Equity Resource Center da Universidade da Califórnia, Berkeley, Soma, Tomazetti e Martins do Rosário (2018) definiram “não-binário” como:

[...] uma pessoa cuja identidade de gênero não pertence nem ao masculino nem ao feminino, está entre as (ou além das) classificações de gênero, ou pertence a alguma combinação de gêneros. Essa identidade é normalmente relacionada a uma reação às construções sociais de gênero, aos estereótipos e ao sistema binário de gênero. Alguns indivíduos não-binários se identificam como transgêneros, enquanto outros não. (Disponível em <https://bit.ly/2QHYbqW>).

De acordo com Stryker, toda experiência trans é, em algum nível, também não-binária, visto que ela não está em conformidade com um sistema cis-heteronormativo. Stryker ainda aponta que a reivindicação da não-binariedade (*gender-nonconforming*, *genderqueer*, *nonbinary*) enquanto terminologia autodescritiva é própria de gerações mais novas, que consideram que ideais binários de gênero são mais relevantes para gerações passadas do que para si mesmas e que, na prática, trata-se de termos utilizados por pessoas que rejeitam as palavras “transgênero” e “transexual” para si (STRYKER, 2008, p. 29).

Embora toda experiência trans seja não-binária em alguma medida justamente por não encaixar-se num determinismo “cistêmico” – neologismo cunhado por Vergueiro para se referir ao caráter estrutural e institucional “de perspectivas cis+sexistas para além do paradigma individualizante do conceito de ‘transfobia’” (VERGUEIRO, 2015, p.15) –, a não-binariedade autorreivindicada descreve uma variedade de vivências e experiências que podem incluir (e sem limitar-se a) pessoas transmasculinas, sapatonas, travestis, trans* (grafado com o asterisco), agêneras, de gênero fluído e *genderqueer*.

Em processo semelhante ao da bissexualidade, em que pessoas bissexuais eram absorvidas pelos termos “gay” e “lésbica” conforme transitavam por esses espaços antes de um reconhecimento das particularidades de cada uma dessas três vivências e suas intersecções, a não-binariedade descreve vivências que não são inéditas, mas cujo ineditismo jaz no próprio reconhecimento, distinção e reivindicação das particularidades de uma pessoa não-binária, com necessidades, demandas e subjetividades diferentes de uma mulher ou homem trans binários.

O conceito “*genderqueer*” apareceu primeiramente em zines estadunidenses entre os anos 70 e 80, depois, sendo utilizado por ativistas na década de 90 (TOBIA, 2018). A percepção do público geral de que o conceito é novo está provavelmente associada à sua popularização em

fóruns de internet e redes sociais. "*Genderqueer*" esteve sempre ligado a um posicionamento político para descrever, de forma inclusiva, pessoas cujo gênero apresenta-se para além do binário.

"Travesti" é uma identidade de gênero feminina que surge em um contexto histórico-social latino-americano, sendo entendida hoje também como uma identidade politizada ao ser reapropriada pelo movimento trans latino-americano diante da origem patologizante do termo "transexual". É também considerada uma identidade não-binária de gênero, embora seja também utilizada como sinônimo de "mulher trans".

O termo "transmasculino", por outro lado, tem sua origem mais alinhada com os estudos *queer* norte-americanos, encontrando certo atrito com identidades mais estabelecidas no país como a de "homem trans", conforme descrito por Carvalho (2018): "Transmasculino" é um termo que "engloba diferentes expressões de 'transmasculinidades', como 'homem trans' e 'não binários'".

As identidades "sapatão" e "*butch*", por exemplo, embora estejam geralmente associadas à vivência lésbica, são também reivindicadas por alguns indivíduos como categorias de gênero não-binário, ao passo que essas pessoas muitas vezes utilizam pronomes masculinos e possuem apresentação masculina, por vezes fazem uso de testosterona, mas não se identificam como homens. Essas vivências foram registradas e trabalhadas principalmente em "*Female Masculinity*", de Jack Halberstam (1998), e na (auto)ficção "*Stone Butch Blues*", de Leslie Feinberg (1993), ativista não-binária que fazia uso político de pronomes femininos mesmo após transicionar com testosterona e ter passabilidade masculina, ou seja, ter sua aparência lida pela sociedade como a de um homem cis.

Muitos dos autores citados relacionam-se com seu trabalho de forma pessoal e até biográfica ao se dedicarem a temas que são absolutamente indissociáveis de suas vidas, em um movimento que reflete também o aumento do número de pessoas trans enquanto sujeitos pesquisadores, ao

invés de terem sua presença limitada a de objetos de estudo. O fato em si não cria exatamente um problema, visto que o próprio fazer científico e/ou criativo contribui para uma elaboração do entendimento de gênero, e pode sugerir soluções que são potencialmente interessantes também para áreas de estudo além dos estudos de gênero, da teoria queer, do transfeminismo e dos estudos transviados. Por isso, frente à impossibilidade de negligenciar a subjetividade autoral diante de uma suposta neutralidade da figura do pesquisador, revela-se necessário buscar (auto)metodologias possíveis.

(AUTO)METODOLOGIAS POSSÍVEIS

Historicamente, nos estudos de gênero e teoria *queer*, recorre-se a experiências e vivências do pesquisador-autor – seja enquanto ponto de partida, ou como a forma adquirida do próprio fazer científico em si. A ideia de performance de gênero, por exemplo, que viria depois a inspirar muitos dos escritos do que se entende hoje como teoria *queer*, foi esboçada a partir da experiência de Butler ao frequentar bares gays onde aconteciam performances de *drag*, conforme explica em “*Undoing Gender*” (BUTLER, 2004, p. 213).

“*Testo Junkie*” (PRECIADO, 2013), por outro lado, é um livro que se define não como autobiografia, mas sim como um ensaio corporal; uma “teoria do eu” ou autoteoria. O trabalho registra as experiências do autor ao se automedicar com testosterona e elaborar reflexões do que chama de biopolítica farmacopornográfica.

Vergueiro, ao justificar sua escolha por uma autoetnografia trans* enquanto método analítico, ressalta o potencial agenciador da autobiografia e a importância de assumir esse posicionamento na academia; pois, em geral, assume-se uma “neutralidade” do pesquisador que não deve imprimir no trabalho suas subjetividades; e escreve-se como se para pessoas cisgêneras, como se pessoas trans não fossem o público leitor de

determinado trabalho – mesmo quando são elas o objeto de estudo. Vergueiro reflete sobre “reconsiderar a ausência do lugar de enunciação, não somente como mera ‘inclusão’ de uma voz trans no discurso acadêmico, mas particularmente como um elemento de potencialização de criticidades decoloniais na compreensão teórico+política de determinado contexto histórico” (VERGUEIRO, 2015, p. 28).

Sendo assim, houve o intuito neste trabalho de se manter fiel – *me* manter fiel – a uma metodologia autoetnográfica, a essa “estratégia experiencial” que se configura em “uma possibilidade de incorporar minha voz e realizar uma leitura atenta de vozes múltiplas” (Ibid., p. 28).

FEMINISMOS

Minha trajetória enquanto profissional das artes e do design, bem como enquanto feminista, foi fortemente influenciada pela minha presença nas redes; já minha primeira publicação de quadrinhos foi através do Zine XXX, uma publicação organizada por Beatriz Lopes contendo histórias em quadrinhos feitas por mulheres. A coleção de zines foi financiada coletivamente e foi com a seleção da inscrição do meu trabalho que entrei na primeira comunidade do tipo no Facebook. O único requisito para ser aceita na comunidade era ser mulher. A identidade visual da publicação e da comunidade remetia à linguagem do movimento Riot Grrl e à contracultura em geral. Os assuntos recorrentes eram processos criativos e feminismo: seja através da discussão de teoria feminista e da troca de leituras, seja por meio do debate das pautas pertinentes à época – como o direito ao aborto e a representatividade em eleições.

Enquanto profissional autônoma, grupos do tipo foram verdadeiras escolas onde pude aprender a cobrar pelo meu trabalho, onde tive acesso às vagas dos meus primeiros empregos e oportunidade de serviço quando precisei, e onde também formei algumas grandes amigas que perduram

para além da vida útil desse tipo de plataforma digital. Embora muitos grupos se transformem em verdadeiros espaços fantasma conforme certas redes sociais deixam de ser usadas, é comum que essas comunidades simplesmente migrem para outras plataformas que atendam às necessidades mais imediatas do grupo – no caso do Zine XXX, em determinado momento, o Facebook caiu em desuso e o WhatsApp se manteve de forma mais orgânica e dinâmica, ainda que caótica. Todos esses acessos me foram concedidos contanto que eu me identificasse como mulher.

Comecei a ler sobre feminismo ainda na adolescência, e sempre me interessaram estudos sobre sexualidade e diversidade. Meu entendimento de quem eu era e sou enquanto pessoa não-binária não era uma potência sobre a qual eu era completamente ignorante, mas sim uma impossibilidade prática: me faltava vocabulário, autonomia, agenciamento, referência. Com o tempo, conforme tive contato com outras pessoas não-binárias, entendi quais eram minhas possibilidades e as concretizei conforme elas me davam prazer: nomes, pronomes, performances, hormônios e falar abertamente sobre a minha não-binariedade – ao me apresentar com um novo nome, ao mencionar minhas experiências no convívio social e profissional, e ao incorporar o tema em meu trabalho autoral. Mas me encontrava em um dilema em relação a essa parte considerável da minha vida, que cobrava de mim o status de mulher para permitir minha permanência nesses espaços que me formaram, ao literalmente terem como critério de participação a identificação com a mulheridade.

Muitas das pessoas não-binárias com quem conversei se encontraram nesse mesmo limbo, descobrindo-se órfãs de uma comunidade ou identidade que as definiram e pelas quais sofreram boa parte da vida, como no caso de mulheres e dissidentes de gênero. Em meu desconforto, não sabia dizer ao certo se deveria sugerir uma mudança nos parâmetros dos grupos, já que minha presença não parecia ser indesejada, ou se deveria

simplesmente me retirar, ou se deveria colocar essas questões em discussão para tentar construir uma resposta coletiva.

Foi neste meio tempo que começou a se falar mais sobre transgeneridade na mídia, e muitos grupos passaram a reforçar seu compromisso em fazer com que mulheres trans se sentissem seguras e aceitas. Mais recentemente, vários grupos mencionam “mulheres e pessoas não-binárias” em suas descrições ou, no caso de plataformas específicas como no caso do More Grls, há a possibilidade de preencher seu gênero no seu cadastro no site, embora o site continue se chamando “More Grls” (*more girls*, “mais meninas”), reforçando seu compromisso com “grupos femininos minorizados” (disponível em <https://www.moregrls.com.br/sobre>), mas ainda utilizando principalmente o termo “mulher” como palavra-chave.

“Garotas do Motion” começou como um grupo no Facebook, transformou-se em site, e por fim desdobrou-se em grupo no WhatsApp, Telegram e Discord. Sua descrição refere-se a um grupo de “mulheres e pessoas não-binárias”, ainda que mantendo o nome *garotas* do motion.

O “Desenhão das Minas” é um grupo de estudos, organização profissional artística e desenho de observação do qual participei da fundação, inicialmente ligado ao Zine XXX pela quantidade de membros em comum, contudo focado na cidade de São Paulo, onde ocorriam os encontros presenciais. Por sugestão minha e principalmente motivada por outros membros não-binários que, diferentemente de mim, utilizavam pronomes masculinos e poderiam se sentir ainda menos confortáveis com o nome do grupo, o coletivo foi renomeado de “Desenhão” após passar por uma grande reformulação.

É interessante notar que todos esses grupos estavam alinhados com ideias e ideais feministas, contudo frequentemente sem se identificarem de forma aberta com uma vertente – talvez justamente por não haver uma relevância clara e imediata em fazê-lo, considerando os objetivos mais

práticos dos grupos, tais como inserção no mercado de trabalho e estudos. Apesar disso, nota-se que muitas das pautas alinham-se principalmente com o feminismo interseccional, que busca reconhecer as diferenças entre as mulheres e os diferentes contextos socioeconômicos, culturais, raciais etc. em que se encontram. Relacionado a isso está o transfeminismo que busca, entre outras coisas, introduzir pautas negligenciadas por outras linhas feministas, como o direito à saúde de pessoas trans e o direito à autonomia de pessoas intersexo aos seus corpos e decisões médicas, entre outras questões que trazem a necessidade de reconsiderar a figura da mulher como (única) figura central do feminismo.

Dito isso, tendo em vista a forte identificação que esses grupos têm com o movimento feminista desde o discurso até o imaginário visual de suas plataformas frequentemente exibindo o símbolo de Vênus ou um punho em riste, é preciso considerar a realidade do sistema em que esses grupos se inserem. São grupos formados por pessoas principalmente de classe média, voltados para práticas profissionais. Discussões sobre feminismo e estratégias de ativismo político são secundárias, ainda que relativamente comuns. Nesse sentido, pode-se dizer que são grupos que operam dentro de uma lógica liberal ao proporem mudanças dentro do sistema vigente de maneira mais individualizada. De toda forma, a falta de um posicionamento mais claro me fazia questionar a validade de minha presença nesses espaços, muitas vezes me sentindo uma intrusa ou aproveitadora, “tirando” o lugar de mulheres quando eu, enquanto pessoa não-binária, tenho ainda menos lugares dedicados às minhas necessidades.

A ativista não-binária Rain Dove cunhou para si o termo “capitalista de gênero” (*gender capitalist*) como uma brincadeira, mas cuja definição descreve bem seu posicionamento em um sistema que, via de regra, marginaliza pessoas como ela. Foi após ser escalada como modelo para uma grife de roupas masculinas que Dove percebeu que poderia se aproveitar do fato de ser lida tanto como “homem” quanto como “mulher”.

Após passar por diversas violências por ser LGBTQ+, Dove decidiu capitalizar em cima dos pré-conceitos aos quais ela era submetida. Evidentemente, não se trata de uma estratégia real, mas um questionamento sobre a cobrança de precisar se manter dentro de padrões já estabelecidos, mesmo quando não se encaixa nesses padrões por princípio.

ESPAÇOS E LACUNAS

Em minha experiência, nunca fui convidada a me retirar por me declarar não-binária em um grupo feminista ou em um grupo de mulheres. Já precisei em diferentes ocasiões explicar o que é a não-binariedade, e acredito que minha maior dificuldade tenha sido contar com a garantia de uma “acomodação” que simplesmente não acontece no final – como uma sinopse de livro que participei que fazia menção às autoras como “mulheres” e, apesar de terem concordado com meu pedido de substituição da palavra, a correção não foi realizada. Também me vi perguntando até que ponto a facilidade de minha aceitação não era, ao mesmo tempo, a invalidação da minha identidade de gênero: meus amigos não-binários designados homens ao nascer seriam aceitos no grupo? Se eu passasse a fazer uso de uma dosagem alta de testosterona, em que momento eu deixaria de ser bem-vinda no grupo? São os pelos do rosto ou o timbre da voz que garantem a presença de uma pessoa não-binária nesses espaços? Ainda que não houvesse uma política de exclusão de pessoas transmasculinas, tampouco havia um esforço em incluí-las.

É discutido entre pessoas não-binárias a necessidade de reconhecimento institucional. O *queer* define-se justamente pela indefinição, da mesma forma que a contracultura está para o *mainstream*; logo, questiona-se se é realmente desejável essa absorção de uma (não)identidade pelos sistemas vigentes. Enquanto muitas demandas de pessoas não-binárias conseguem ser atendidas pelos aparatos com os quais

já contamos – é possível fazer um “processo transsexualizador” pelo SUS enquanto pessoa não-binária – a falta de reconhecimento da não-binariedade se traduz na falta de estudos sobre tratamentos voltados para essa população que deseja passar por uma hormonização.

Jourian e Nicolazzo (2019) também atentam para o risco de não se trocar um binário por outro: trocar a dicotomia de masculino e feminino pelo trans binário e trans não-binário dentro do movimento, lembrando que todas essas categorias são flexíveis, dinâmicas e revolucionárias por si só.

Tanto essas questões maiores como as questões particulares aos espaços feministas demandam não apenas uma, mas múltiplas respostas: não há uma resposta única ou respostas corretas, mas inúmeras tentativas de construção coletiva de espaços mais diversos.

Por fim, um caminho possível é reconhecer que existe o esvaziamento de um propósito ao se pautar somente no identitarismo relacionado a uma causa, assim como Haider (2018) reconheceu na luta antirracista, inspirando-se também no movimento feminista negro que mais tarde inspiraria o feminismo interseccional. A alternativa é a união por uma pauta específica e por aqueles que por ela são afetados – independentemente de gênero.

PREENCHENDO ESPAÇOS (NÃO TÃO) VAZIOS

Ainda são poucos os estudos que tratam da não-binariedade e este artigo é uma tentativa de sugerir caminhos para uma discussão que ainda engatinha. São pontos de partida em potencial examinar de que formas outros tipos de identidade negligenciadas foram estudadas e interpretadas, como a bissexualidade mencionada anteriormente, ou a possibilidade de examinar uma história da assexualidade e como ela aponta valores e medidas numa sociedade que superestima o sexo (CHEN, 2020). Nesse sentido, seria possível explorar a não-binariedade como método para medir

uma sociedade binária e o que isso significa para uma leitura possível de gêneros.

Finalmente, existem esforços que buscam construir um repertório não-binário. Entre eles, pode-se citar a Revista de Estudos Transviades, sobre transmasculinidade (www.instagram.com/revistaestudostransviades), e o livro "A Primavera Não-Binária: protagonismos trans NB no fazer científico", organizado por Morgan Morgado (2021, Selo Nyota). Essas são duas iniciativas que almejam preencher um pouco da falta de literatura voltada à não-binariedade no campo acadêmico e que, interessantemente, incluem trabalhos de autores que estão fora da academia. Ao incluir esses autores como parte considerável de seu *corpus*, as publicações permitem a participação de uma população que nem sempre tem acesso à educação superior, além de garantir que os trabalhos sejam de fato produzidos por pessoas trans, evitando assim a colocação do indivíduo trans meramente como objeto de estudo e incentivando sua posição enquanto sujeito pesquisador – ou, ainda, enquanto *sujeite pesquisadorie*.

Tenho buscado cada vez mais grupos e coletivos que se articulam a partir da não-binariedade, ao invés de grupos que a incluem posteriormente como pauta adjacente. Esses grupos dos quais tenho participado mais ativamente, além de atenderem às necessidades e expectativas que tinha em relação a grupos feministas (que acabaram me frustrando), são também flexíveis o bastante para atender às pautas trazidas por mulheres cis, visto que muitas pessoas não-binárias ainda se identificam com essas pautas, como a violência de gênero e discriminação no meio profissional.

Contudo, entendo que essas iniciativas tampouco resolvem o problema inicial colocado neste estudo. A criação de grupos para atender exclusivamente às populações não-binárias, além de necessária, era também um processo esperado conforme essa população ganha articulação social e política para fazer suas reivindicações. Contudo, isso não traz

mudanças para os grupos feministas já existentes que se pautam a partir da categoria tradicional de “mulher”, apesar do fato de haver contradições tanto conceituais como práticas nesses coletivos. Reconhece-se que existem, sim, tentativas para reafirmar a aceitação de pessoas trans e não-binárias nesses grupos, mas acredito que esses coletivos sequer percebem que suas ações são vistas como insuficientes. Em minha experiência primeiramente como mulher e depois como indivíduo de gênero dissidente, é difícil resistir à minha vontade de não incomodar. Acredito que outras pessoas não-binárias tenham a mesma dificuldade, principalmente quando nossos apontamentos se referem a pontos fundamentais de uma estrutura: não basta incluir opções extras de gênero a um formulário de inscrição; a frequente identificação desses grupos com categorias de “mulher”, “menina”, “mina” em seus nomes já aponta no mínimo uma dissonância conceitual. Sugerir possíveis problemas com os próprios nomes de organizações não é uma sugestão simples de ser feita. Também, não defendo que grupos feministas devam renunciar a suas mulheridades nesse processo. Mas, quando penso na criação de grupos mais diversos dos quais fiz parte, a simples participação de pessoas trans no processo de fundação desses coletivos já tornava absurda a ideia de um nome tão pautado em mulheridade ser sugerido. O absurdo de sugerir um nome que não contempla pessoas tão fundamentais no coletivo.

Nesse sentido, isso aponta para uma possível solução: se pessoas não-binárias são de fato bem-vindas nesses grupos, é importante que elas se tornem e se sintam tão essenciais quanto qualquer mulher se sente nessas iniciativas. É necessário que essas pessoas sejam vozes ativas e presentes – não como “consultoras”, pois ser consultor de um grupo do qual supostamente você é uma parte fundamental é igualmente contraditório, mas de forma mais autônoma e horizontal. Essa foi a única maneira que encontrei para me sentir verdadeiramente parte do grupo que participo mais frequentemente, onde tenho nome, pronomes e a capacidade de

participar de forma ativa, onde minhas opiniões têm impacto. Outros grupos tornaram-se aos poucos meros grupos de referência para mim, onde supõe-se minha vivência, gênero, pronomes, com base na própria premissa do coletivo e assim me torno, por extensão, mais uma mulher.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Lino Alves. **MONSTRANS**: figurações (in)humana na autorrepresentação travesti/trans* sudaca. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2020.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. Nova York: Routledge, 2004.

CARVALHO, Mário. **“Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”**: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. Cadernos Pagu (52), 2018:e185211. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800520011>.

CHEN, Angela. **ACE**. What asexuality reveals about desire, society, and the meaning of sex. Boston: 2020, Beacon Press.

FEINBERG, Leslie. **Stone Butch Blues**. MASCAVO Traduções.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**. São Paulo: Veneta, 2019.

HALBERSTAM, J. **Trans***: a quick and quirky account of gender variability. California: University of California Press, 2018.

JOURIAN, T.J. NICOLAZZO, Z. **Not Another Gender Binary**: A Call for Complexity over Cis-Readability. 2019. Disponível em: https://medium.com/@trans_killjoy/not-another-gender-binary-a-call-for-complexity-over-cis-readability-69a568ca8e9. Acesso em: 15 jun. 2021.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografias do pensamento queer**. Salvador: Editora Devires, 2020.

PRECIADO, Paul. **Countersexual Manifest**. Columbia University Press, 2018.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie**. The Feminist Press at CUNY, 2013.

STRYKER, Susan. **Transgender history**: the roots of today’s revolution. Berkeley: Seal Press, 2017. Edição revisada de 2008.

TOBIA, Jacob. **InQueery**: The History of the Word "Genderqueer" As We Know It. them. 7 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.them.us/story/inqueery-genderqueer>. Acesso em: 15 jun. 2021.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.

VITORELO, R. **A resistência política nos quadrinhos experimentais**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Comunicação e Semiótica, São Paulo, 2019.

YORK, Sara Wagner. OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. BENEVIDES, Bruna. **Manifestações textuais (insubmissas) travesti**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.28, n.3, e75614, 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS FISSURAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO TRANSEXUAL

Leticia Carolina Boffi¹

Manoel Antônio dos Santos²

INTRODUÇÃO

A transexualidade e suas questões identitárias e dilemas ético-políticos ganharam visibilidade no Brasil a partir de 1980 com o avanço da epidemia de HIV/Aids e o processo de redemocratização (BRASIL, 2005). Naquele cenário de transformações sociais emergentes, não há dúvidas de que esse processo foi de suma importância para impulsionar tal população na luta pela garantia de seus direitos, principalmente na área da saúde. Isso fez com que esse tema emergisse como uma das principais pautas na agenda de pesquisa e, também, contribuiu para legitimar a aproximação entre setores mais progressistas do governo e a população LGBTQIA+, particularmente nas questões que envolvem as reivindicações de saúde e promoção do bem-estar pessoal e social (PEREIRA, 2017). Desde então, nas últimas décadas, essas questões tiveram uma expansão espantosa com a conquista progressiva de espaços sociais e a emergência de outras identidades transexuais, como por exemplo os homens transexuais e

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista de mestrado da CAPES (processo número 88887.600239/2021-00). E-mail: leticiaboffi@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9198-8963>.

² Professor Titular do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 1A. E-mail: masantos@ffclrp.usp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8214-7767>.

peças transmasculinas³ (ÁVILA, 2014; GREEN, QUINALHA e FERANDES, 2018).

Um dos flancos que se abriram e ganharam força e visibilidade crescente, quando se trata da população transexual, é a de sua ascensão como sujeitos de direito. Entre os direitos conquistados inclui-se o cuidado em saúde direcionado a esses sujeitos, que majoritariamente vivem em situação de vulnerabilidade e estão submetidos a inúmeras violências, necessitando de dispositivos específicos para amenizar as consequências deletérias da exclusão (SILVA e FINKLER, 2016). Por essa razão, a atenção à saúde das pessoas trans se tornou pauta importante na academia (FERREIRA e BONAN, 2020), bem como nas ações governamentais implementadas nas últimas décadas, quando o Estado, pressionado pelos movimentos sociais a reconhecer seus direitos de cidadania e visibilizar suas demandas específicas, teve que criar mecanismos que permitissem validar seu direito à existência (ALENCAR, DE ARAÚJO NEVES e PARENTE, 2016).

A partir desse movimento, políticas públicas foram criadas para garantir o acesso à saúde por essa população que até então se encontrava à margem do sistema, como outras minorias sexuais e de gênero. Segundo Jesus e Pandolfi (2016), as políticas públicas expressam a forma como o Estado age como regulador dos interesses gerais frente aos particulares, reelaborando as necessidades, demandas e proposições por meio de espaços democráticos de consulta e deliberação.

Contudo, Feitosa (2019) afirma que é necessária a avaliação das políticas públicas vigentes considerando o fato de que, apesar de contarem com novidades a todo momento, nem sempre conseguem se efetivar e contemplar os direitos que pretendem assegurar, como se observa na prática de cuidados integrais à saúde das pessoas trans. Este artigo almeja discutir as questões de saúde que afetam a população trans, considerando

³ Pessoas Transmasculinas são pessoas não binárias que se identificam com alguns aspectos sociais, corporais e comportamentais lidos como masculinos. Trata-se, portanto, de uma identidade de gênero.

suas necessidades específicas, bem como refletir sobre as políticas públicas que asseguram (ou não) o atendimento das demandas dessa população, sua efetividade, as lacunas percebidas, finalizando com o vislumbre de possíveis sugestões para melhora desse cenário.

DEMANDAS DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL

Estudos recentes buscaram evidenciar quais são as demandas da população transexual no âmbito da saúde no Brasil e problematizaram que grande parte das necessidades identificadas se concentra nos procedimentos de modificação e readequação corporal (BITENCOUR e RIBEIRO, 2019; MONTEIRO e BRIGEIRO, 2019; ROCON, SODRÉ, ZAMBONI e RODRIGUES, 2018). Também, é preciso considerar que o uso desses procedimentos não é mandatório, isto é, não constitui uma obrigatoriedade para todo o universo de pessoas trans, portanto, há que se compreender as singularidades dos percursos individuais e lançar um olhar particularizado para cada pessoa que vivencia seu processo transexualizador e suas circunstâncias de vida.

A trajetória de assunção à identidade trans é, muitas vezes, permeada de riscos. No caso das travestis e das mulheres transexuais, o uso indiscriminado de hormônios sintéticos com estrogênio aumenta as chances de trombose e acidente vascular encefálico. Os hormônios são adquiridos facilmente, apesar das restrições legais, já que estão presentes na formulação dos anticoncepcionais e, portanto, podem ser vendidos sem receita médica. Uma das maiores preocupações reside nas aplicações de silicone industrial (SLI), que não é indicado para utilização em humanos e que podem resultar em infecções graves, migração do produto para outras áreas do corpo, deformidades, siliconomas, necroses teciduais, embolia pulmonar e até mesmo a morte (MELLO, GONÇALVES, FRAGA, PERIN, JÚNIOR, 2013). A aplicação ilegal deste produto ainda atrai consumidores devido ao preço acessível e obtenção de resultados rápidos. Em uma

pesquisa realizada por Pinto et al. (2017) com mulheres transexuais e travestis a respeito do uso do silicone industrial, 49% reconheceram o uso pessoal do produto; destas, 42% afirmaram ter tido problemas decorrentes da aplicação e 46% relataram a busca por serviços médicos devido a complicações de saúde. Entretanto, 52% das pessoas que admitiram ter tido problemas com o SLI afirmaram estar satisfeitas, muito satisfeitas ou completamente satisfeitas com o resultado, o que pode explicar por que a prática ainda é comum, apesar de ser condenada pelo discurso da saúde. Almeida e Murta (2013) afirmam que o sistema econômico e a inserção desses sujeitos nas camadas sociais menos favorecidas da pirâmide social têm impacto direto no acesso aos recursos necessários para aquisição das transformações corporais pretendidas. Nesse sentido, na imensa maioria das vezes a população trans não tem acesso à medicina privada e depende do sistema público de saúde para satisfazer seus desejos de transformação e “readequação” de gênero.

No caso dos homens trans, a cirurgia de transgenitalização ainda é incipiente em razão de seus resultados estéticos e funcionais limitados, já que a técnica cirúrgica ainda está longe de alcançar os resultados pretendidos. Por conseguinte, essa não é uma demanda de grande parte da população transmasculina (SOUSA e IRIART, 2018). Suas reivindicações de saúde se concentram no acompanhamento da hormonização mediante o uso de hormônio sintético à base de testosterona e, especialmente, na cirurgia de mamoplastia masculinizadora, cujo objetivo é a retirada dos seios e construção de mamas lidas como masculinas (ÁVILA, 2014). É imprescindível lembrar que, no Brasil, a testosterona é um medicamento de uso controlado, que só pode ser adquirido legalmente com retenção de receita médica nas farmácias. Entretanto, os mecanismos de controle não impedem seu uso indiscriminado e estimulam a existência de um mercado paralelo que é movimentado no ambiente digital. As consequências adversas do consumo clandestino e sem o devido acompanhamento médico incluem a perda irreversível da fertilidade, suscetibilidade à calvície e acne,

aumento da irritabilidade e agressividade, problemas no fígado devido ao aumento da quantidade de hemácias e enzimas hepáticas elevadas, aumento de peso, apneia do sono, desestabilização de transtornos psiquiátricos preexistentes, doenças cardiovasculares, perda de densidade óssea devido à descalcificação, hipertensão arterial sistêmica e diabetes *mellitus* tipo 2 (HEMBREE, 2017; COLEMAN ET AL., 2012).

Para aliviar a disforia da imagem corporal, homens trans muitas vezes fazem uso de faixas de compressão nos seios (*binder*), com a finalidade de os esconder. O *binder* pressiona a caixa torácica causando restrição pulmonar e aumento da frequência respiratória como mecanismo compensatório. De acordo com Sousa, Viana e Vale (2015), o uso prolongado das faixas também pode levar ao aparecimento das atelectasias, resultando na redução da oxigenação no sangue arterial, além do aumento da suscetibilidade à pneumonia, dor torácica, tosse e/ou dificuldade para respirar. Ainda, muitos homens trans mostram interesse por se submeterem a outros procedimentos cirúrgicos complementares à mamoplastia masculinizadora, como a histerectomia total, que consiste na remoção do útero, trompas e ovários (GIANNA, 2015).

Apesar de frequentemente serem relegadas a segundo plano quando o assunto é o cuidado da saúde da população transexual, as questões relacionadas à saúde mental merecem atenção especial e constituem também uma demanda importante a ser considerada. Sintomas como ideação suicida, tentativas e suicídios consumados são mencionados com frequência na literatura. Maguen e Shipherd (2010) alertam para as altas taxas de tentativa de suicídio, da ordem de 40% em homens transexuais e 20% em mulheres transexuais. Resultados de estudo realizado por Nuttbrock et al. (2010) com 500 mulheres transexuais indicaram que cerca de 30% declararam ter cometido ao menos uma tentativa de autoextermínio, cerca de 35% já haviam planejado fazê-lo e a metade já havia pelo menos pensado nessa possibilidade. Lerri, Romão, Santos, Giami, Ferriani e Lara (2017), em sua pesquisa conduzida com uma amostra

da população transexual atendida em hospital universitário brasileiro, concluíram que as pessoas trans apresentavam taxas elevadas de ansiedade, depressão e comportamentos suicidas. Nesse sentido, quando se planejam os cuidados endereçados às pessoas transexuais na rede pública de saúde, é imprescindível colocar em relevo a necessidade de fornecer assistência integral que contemple todas as esferas da vida, o que inclui o oferecimento de avaliação e de modalidades de intervenção na área de saúde mental.

POLÍTICAS PÚBLICAS COM ÊNFASE NA SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL

A transexualidade impõe demandas específicas e de alta complexidade, pois envolve questões relacionadas ao arcabouço jurídico da esfera cível de sua existência, o aspecto médico-legal relacionado à aquisição de modificações corporais, e ainda enfrenta problemas de ordem moral e religiosa que contribuem para afastar essas pessoas da perspectiva de obterem atenção integral e de terem seus direitos garantidos. Por conseguinte, as políticas públicas representam uma estratégia de gestão por meio da qual o Estado possibilita a oferta de cuidado integral em saúde, promove ações de cidadania e consegue visibilizar essa população, tanto para a sociedade quanto para a assistência (PEREIRA, 2016). A implementação de tais políticas busca cumprir os princípios básicos do SUS: universalidade, equidade e integralidade.

É preciso reconhecer que a disponibilidade de ações intersetoriais por si só já representa algum avanço social. Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões formuladas por gestores públicos com vistas a assegurar o respeito a determinado direito de cidadania que impacta a vida de vários grupos sociais, sobretudo os minoritários, assim como “maiorias minorizadas” como as mulheres, o que abrange qualquer segmento social, cultural, étnico ou socioeconômico desprivilegiado.

A primeira política pública de relevo no contexto de saúde da população transexual no Brasil foi a instauração da Portaria nº 1.707 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008), que implantou o Processo Transexualizador no SUS. Tinha por escopo oferecer um cuidado humanizado e garantir atenção integral à saúde da população transexual “não restringindo nem centralizando a meta terapêutica no procedimento cirúrgico de transgenitalização e de demais intervenções”. Tal portaria, porém, restringiu-se às mulheres transexuais (SANTOS, SOUZA, LARA, RISK, OLIVEIRA, ALEXANDRE e OLIVEIRA-CARDOSO, 2019). De acordo com Vieira, Dutra, Pereira e Cavalcanti (2019, p. 166), “foi uma baliza na luta por substituir a lógica marginalizante e invisibilizadora que marca a (des)atenção do Estado frente às demandas dessa população”.

Em 2013, a partir do clamor público inflamado pelos movimentos sociais em defesa dos direitos das travestis e dos coletivos de homens transexuais e pessoas transmasculinas, foi publicada a Portaria nº 2.803, que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2013). Nesse documento, tais populações, até então esquecidas pelo poder público, foram contempladas pelos serviços oferecidos, elegendo a Atenção Básica como porta de entrada e a Atenção Especializada como serviços complementares. A Atenção Básica fica responsável pela coordenação do cuidado e por realizar a atenção contínua da população, por meio de acolhimento humanizado e respeito ao uso do nome social – um direito garantido desde 2009 para usuários do SUS pela Portaria 1.820 (BRASIL, 2009) – e pelo encaminhamento ao Serviço de Atenção Especializado no Processo Transexualizador. Já a Atenção Especializada se responsabiliza pelos procedimentos da modalidade ambulatorial e hospitalar, este último reservado apenas para hospitais habilitados para realização das cirurgias mencionadas.

Tal política pública, quando lida na superfície do documento, parece suprir todas as principais demandas da comunidade transexual por atendimento integral em saúde. Contudo, observam-se ainda muitas

lacunas que envolvem a execução da proposta estabelecida, que impedem o pleno desenvolvimento e alcance de suas metas, a começar do parco acesso da população aos serviços.

FISSURAS DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR NO SUS

Segundo afirmam Sousa e Cavalcanti (2016), as políticas públicas de saúde voltadas à população trans tendem a emergir sob os efeitos da cisgeneridade enquanto dispositivo de regulação potente dos corpos e modos de existência e, dessa forma, essas parecem preconizar as intervenções cirúrgicas de redesignação sexual enquanto únicas e principais demandas dessa população, atualizando a lógica binária de gênero e seus mecanismos normativos (Vieira, 2019). Pesquisas recentes apontam inúmeras questões que afetam direta ou indiretamente a integralidade do cuidado e o alcance pleno dos objetivos das políticas públicas (BRAZ, 2019; FEITOSA, 2019; ROCON, SILVA e SODRÉ, 2018). Pereira (2016) estima que tais políticas não apresentaram grande impacto na vida cotidiana da população transexual, tendo em vista que a imensa maioria não tem contato com os serviços preconizados pelos documentos oficiais.

As barreiras institucionais começam com a patologização das identidades transexuais como pressuposto inequívoco que garantiria o acesso à saúde pública. Esse engodo é a primeira grande fissura de tais políticas. Rocon, Sodré e Rodrigues (2016) afirmam que o processo transexualizador, da forma como foi conceitualizado pela política pública e adotado pelos serviços, tem servido de dispositivo disciplinador sobre a população usuária. Do modo como a política tem sido implementada, o requisito para elegibilidade é o diagnóstico médico de *Incongruência de Gênero*, de acordo com a terminologia instituída pela Classificação Internacional de Doenças, 11ª edição - CID-11 (World Health Organization, 2018), que classifica a transexualidade no âmbito da patologia, retira o poder de decisão sobre si mesmo do usuário quanto às suas demandas

corporais e o delega ao arbítrio médico. Além disso, esse processo é normatizante quando exige que a experiência transexual seja confinada ao espectro binário de gênero, não incluindo em suas diretrizes as transexualidades não binárias. Nessa direção, Santos et al. (2019) apontam que o aparato médico-legal se referencia pela matriz binária heterossexual para a definição dos gêneros.

Desse modo, não se assegura o princípio da equidade e do acesso universal aos serviços de saúde. Ainda, de acordo com Vieira et al. (2019, p. 168-169), o diagnóstico como preceito fundante ao acesso aos serviços de saúde é a expressão da transfobia baseada na cisnormatividade como ponto de partida de validação de existência:

Nesse sentido, é urgente insistir na denúncia de que o diagnóstico contribui para ocultar a responsabilidade da cisgeneridade e do binarismo de gênero pela marginalização social das pessoas trans, ao mesmo tempo em que transfere o poder de legitimação de suas vivências para profissionais.

A segunda barreira estrutural diz respeito ao acesso direto aos serviços de saúde. A Atenção Básica, que pretendia ser a porta de entrada para acolher os usuários, não alcança seu objetivo na captação e acolhimento da população transexual. Isso se deve, entre outros motivos, às experiências adversas que as pessoas transexuais vivenciam nas unidades de saúde, antes mesmo de chegarem à sala do médico. O estudo de Cortez (2013) mostra que as manifestações de preconceito e abordagens violentas de funcionários das unidades básicas – como desrespeito ao nome social, total desconhecimento sobre transexualidade e a espera infinita proposital para ser atendido – faz com que essas pessoas não se sintam acolhidas, descartando essas unidades como referencial confiável de saúde. Na pesquisa de Braz (2019), há fartos exemplos de tais situações recorrentes nos atendimentos de homens transexuais, que também relataram constrangimentos durante as consultas médicas nas unidades básicas de saúde, especialmente quanto ao despreparo e falta de conhecimento dos profissionais. Os resultados de uma revisão integrativa

conduzida por Santana, Lima, Moura, Vanderley e Araújo (2020) não só corrobora essas condições de iniquidade como dá voz aos relatos dolorosos de adolescentes, obrigados a aceitar a presença embaraçosa de um familiar durante todo o seu atendimento. Além de constrangedora, muitas vezes essa situação não é factível devido à rejeição e dissolução dos laços familiares. Outro estudo de revisão concluiu que é necessário proporcionar formação adequada para que os profissionais de saúde possam ser sensibilizados para as necessidades singulares dessa população (DULLIUS, MARTINS e CESNIK, 2019).

A pesquisa de Sempol, Núñez, Carpiuc e Schenck (2017) indica que a taxa de adesão da população trans aos serviços de saúde tende a aumentar quando há adequação das práticas de atendimento, tratamento apropriado por parte dos funcionários e um discurso biomédico baseado na despatologização das identidades trans. A lógica heteronormativa, que ainda predomina nos serviços médicos, também tem efeitos negativos sobre a eficácia da comunicação e a adesão aos cuidados recomendados (FERREIRA e BONAN, 2020). Ávila (2014) descreve vários casos de violências sofridas nos hospitais, desde a truculência e falta de preparo por parte de funcionários até o descaso na realização de cirurgias e no processo de recuperação de homens trans. A autora afirma que o desrespeito à autonomia e a desvalorização dos sujeitos em razão de seu estilo de vida são formas reiteradas de violência. Ferreira e Bonan (2020) constataram, em estudo de revisão integrativa, que as relações estabelecidas entre profissionais da saúde e usuários/as dos serviços são identificadas como condição central que determina a qualidade da assistência.

Moscheta, Souza e Santos (2016) investigaram os diálogos entre profissionais da saúde e usuários/as gays, lésbicas, bissexuais e transexuais de um serviço especializado. Concluíram que: a) deve-se buscar a melhora da comunicação entre agentes de saúde e usuários; b) deve-se questionar o que é e o que se deve esperar de um profissional especializado no atendimento à população LGBT; c) deve-se ajudar os profissionais a

reconfigurarem suas noções de identidade e sexualidade; d) deve-se desconstruir a ideia de que a saúde LGBT está restrita a infecções sexualmente transmissíveis e, por fim, e) não adotar atitudes de julgamento em decorrência da condição desses sujeitos durante sua admissão nos hospitais. Vieira et al. (2019) reflete que, a partir de uma reformulação integral da unidade básica de saúde no atendimento à população transexual, dada a sua proposta de cuidado integral, localizado e multiprofissional, pode ser, por si, campo desarticulador do poder médico centrado na norma cisgênera.

Examinado o cenário delineado por esses estudos, nota-se que a porta de entrada das/os usuárias/os LGBTQIA+ no sistema público de saúde são, na prática, os serviços de atendimento ambulatorial especializados, onde deveriam receber acompanhamento médico adequado às suas necessidades, além de informações contextualizadas sobre seus direitos e a disponibilidade de atendimento psicológico (SILVA e DUARTE, 2018; SOLKA e ANTONI, 2020). Esses serviços contam com equipes multiprofissionais especializadas no atendimento integral à população transexual, incluindo endocrinologistas, psiquiatras, psicólogos, ginecologistas, assistentes sociais, entre outros. Apesar de essenciais, poucas são as unidades ambulatoriais distribuídas pelo Brasil responsáveis pelo acompanhamento pré e pós-operatório e hormonização. A cobertura é extremamente limitada face às demandas da população trans e os serviços estão concentrados em grandes centros urbanos, não abrangendo áreas do interior dos estados brasileiros. Por isso, deixam desamparada a maior parte da população, que não tem condições financeiras de custear viagens para ser atendida. Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2017) confirmam a desigualdade de acesso aos raros serviços especializados disponibilizados no país, acentuada devido à sua distribuição geográfica que prioriza as regiões sudeste e sul e negligencia as regiões menos desenvolvidas.

Para os homens trans, uma das consequências da desassistência em saúde é a auto-hormonização, com aplicação de testosterona adquirida por

meios ilegais, já que aprendem em sua rede pessoal com outros homens trans a forma de obter a substância por meio da internet, assim como a quantidade, marcas e efeitos (ÁVILA, 2014). De acordo com Kaio Lemos (2018), homem trans militante e acadêmico, “Falar de hormonioterapia é falar de saúde, é falar de biomedicina, é falar de usos ‘devidos’ e ‘indevidos’ de sintéticos, é falar de SUS (Sistema Único de Saúde), sendo que, no Estado do Ceará, este ainda não disponibiliza ambulatório transexualizador integral” (p. 2). Para as mulheres transexuais e travestis, a ausência de serviços públicos que supram suas demandas resulta em aplicação de silicone industrial pelas chamadas *bombadeiras* e a realização de cirurgias e procedimentos estéticos em clínicas clandestinas.

Dos serviços especializados, apenas quatro instituições estão habilitadas pelo Ministério da Saúde a realizar a cirurgia de redesignação sexual, localizadas nas capitais: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Goiânia e São Paulo. A ínfima quantidade de serviços ambulatoriais e cirúrgicos que compõem a atenção especializada provoca filas de espera intermináveis.

Dados confirmam que, entre 2008 e 2016, 13.863 procedimentos foram realizados, dos quais apenas 349 foram procedimentos cirúrgicos, entre cirurgias de redesignação sexual e outras complementares, como prótese mamária, retirada de ovários e mudança de voz (MACIEL, 2017). A situação piorou no cenário caótico deflagrado pela pandemia da COVID-19: apenas 31 cirurgias de redesignação sexual foram realizadas em 2020, uma redução da ordem de 86% quando comparada aos 224 procedimentos desse tipo realizados no ano de 2019. Como as intervenções cirúrgicas são classificadas pelo sistema como eletivas, tiveram que ser adiadas por conta da situação de crise sanitária. De acordo com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, uma pessoa pode aguardar na fila de espera por até 18 anos até conseguir atendimento (RODRIGUES, 2021).

Outra fissura identificada na efetivação das políticas públicas voltadas à população transexual, com referência à promoção da saúde integral, é a fragilidade das instituições, um fato recorrente em jovens democracias

como a brasileira (ROCON, SODRÉ, ZAMBONI, RODRIGUES e ROSEIRO, 2018). Enquanto portaria, tais ações podem ser revogadas a qualquer momento com uma mera “canetada” do mandatário que ocupa o poder central, entendendo-se a revogação como a ação de desfazer um ato válido, legítimo, mas que não é mais conveniente, útil ou oportuno.

Compreende-se, portanto, que as políticas públicas são deficitárias em suas estruturas quando pensadas apenas no âmbito das políticas de governo, e não entendidas como políticas de Estado, o que as deixa vulneráveis às conveniências ideológicas do grupo dominante que detém o poder, capitaneado pelo líder do momento. A consequência é que a sobrevivência dessas políticas está sempre em risco porque tem de enfrentar os preconceitos dos gestores dos ministérios, que dificultam a articulação da política nos níveis estaduais e municipais, principalmente quando estas não se conectam com políticas nacionais (MELLO, BRITO e MAROJA, 2012). A instabilidade das políticas implantadas por portarias alimenta um clima de tensão a cada governante que se sucede no poder, submetendo-se ao escrutínio do ideário que o conduziu ao cargo. Uma das maiores fontes de resistência ao avanço dos direitos LGBTQIA+ envolvem a religião. Popadiuk, Oliveira e Signorelli (2017) afirmam que esse é um dos maiores desafios encontrados no Brasil.

Nesse contexto adverso e francamente hostil às políticas que visam ao alcance de uma sociedade mais justa e inclusiva, outra rachadura instaurada nesse processo de aniquilamento das políticas públicas voltadas à população transexual corresponde à ausência de relatórios que possam confirmar ou negar a realização de uma ação prevista nos encontros, conferências e portarias. Desse modo, não há informações disponíveis acerca daquilo que foi cumprido e de que maneira se realizou o planejado, bem como quais foram as ações programadas que não foram colocadas em prática e o porquê. Segundo Popadiuk et al. (2017), essa preocupação está registrada nos documentos oficiais, entretanto, essa prática ainda é incomum. A ausência de registro confirma o hábito arraigado de maltratar

a memória nacional, um vício que remonta ao passado colonial do Brasil, implicando em dificuldade de recolha de dados e de monitoramento da concretização e eficácia das políticas públicas.

Pereira (2017) analisou os avanços e desafios encontrados no percurso de construção das políticas públicas de direitos humanos no campo das dissidências sexuais e de gênero. O autor destaca os avanços com a publicação de portarias, aumento da visibilidade social dessa população, realização de campanhas para promover a cidadania e inclusão, e o que parecia à época uma aproximação governamental com o movimento LGBT. Os desafios repousavam no combate à LGBTfobia institucional, na precariedade de recursos financeiros destinados à execução das políticas públicas e na deficitária estrutura de trabalho dos profissionais envolvidos nos esforços de efetivação.

O psicólogo João W. Nery merece um destaque especial na luta pelo reconhecimento dos direitos das pessoas trans, como primeiro homem transexual a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil em plena ditadura militar. Não sem razão, um projeto de lei que representa uma possibilidade de avanço no futuro leva seu nome. Apresentado ao plenário da Câmara dos Deputados em 2013, sob o título “Lei João W. Nery, Lei de Identidade de Gênero” (PL 5002/2013), o projeto teve seu texto elaborado pelo então Deputado Federal Jean Willys e pela Deputada Federal Érika Kokay. O marco legal se inspirou na lei de identidade de gênero que vigora na Argentina, considerada a mais avançada do mundo no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais de transgêneros/as, travestis e transexuais.

A lei argentina 26.743 de Identidade de Gênero (ARGENTINA, 2012) possibilitou que fosse desjudicializado e despatologizado o acesso à mudança de nome e gênero das pessoas trans, além de facilitar o acesso aos benefícios médicos necessários para a adequação corporal à identidade de gênero. O texto legal estabelece que todas as pessoas com mais de 18 anos podem realizar “intervenciones quirúrgicas totales y parciales y/o

tratamientos integrales hormonales para adecuar su cuerpo, incluida su genitalidad, a su identidad de género autopercebida, sin necesidad de requerir autorización judicial o administrativa”.

Baseando-se no espírito da legislação argentina, o texto brasileiro preza pela definição de gênero psíquico e social, em detrimento da bioidentidade de gênero, vedando a obrigatoriedade da realização da cirurgia de transexualização, tratamentos hormonais, diagnóstico médico ou psicológico e decisão judicial para o reconhecimento da identidade subjetiva, facultando às pessoas a retificação do nome e do sexo nos registros civis oficiais (ANDRADE, 2015). No caminho da despatologização, o projeto brasileiro prioriza o direito à autodeterminação de gênero, delimitando como requisitos a maioridade civil e o requerimento por escrito de retificação dos documentos de registro civil. Infelizmente, o projeto foi arquivado em 31 de julho de 2019, após tramitar durante seis anos entre a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Câmara dos Deputados. Em 2019, o país já estava sob o jugo autoritário do governo de ultradireita.

Retomando o acesso aos serviços de saúde pela população transexual via políticas públicas, ressalta-se que a transfobia se circunscreve na base das fissuras pertinentemente apontadas, especificamente, na manutenção do “cistema”, mina a garantia do acesso da população transexual à saúde via tais fissuras, interseccionada a outras opressões referentes à cor, raça e classe, por exemplo. Jaqueline Gomes de Jesus (2021, p. 175), enquanto uma pessoa não cisgênera, afirma que a transfobia estrutura “as relações sociais e as identidades ao ponto de só sabermos quem somos pela ótica dos estereótipos que nos foram atribuídos(as), em função dos grupos sociais do qual fazemos parte que são mais salientes ao olhar de quem subalterniza”.

A constante disputa por ampliação dos serviços mostra, de acordo com Vieira et al. (2019), a restrição do alcance frente a demanda dos seus usuários e, ainda, a desigualdade no acesso a um serviço pautado na integralidade, universalidade e equidade.

CONSIDERAÇÕES

Do painel aqui traçado, com seu recorte contemporâneo, é possível concluir que, a despeito de adotar a construção de uma política pública que tem como referência os princípios do SUS e que objetiva o acompanhamento da população transexual sob as diretrizes da saúde integral, com vistas a assegurar processos e cuidados ambulatoriais e cirúrgicos, o que a política desenha não tem sido efetivamente implementado, principalmente em termos do alcance da população a que ela é destinada. No que se refere ao complexo campo da saúde transexual, as políticas públicas, embora pioneiras, não estão devidamente estruturadas.

A fim de suplantar tais fissuras nas políticas públicas orientadas à população transexual, é necessário apostar na atenção primária como espaço de acolhimento e cuidado que tem competência para alcançar, tanto em termos territoriais quanto em termos de demandas, o acesso à saúde em decorrência também do seu caráter preventivo, cujo funcionamento pleno pode desafogar as imensas filas dos poucos serviços especializados do país. Da mesma forma, a superação dessas fissuras só poderá advir como resultado da pressão social, do somatório das lutas identitárias travadas pela população transexual e da vontade política do Estado e dos representantes democraticamente eleitos no parlamento, no sentido de avançar na garantia de estruturar uma rede de saúde integral, que seja tão articulada e efetiva quanto a que é descrita nas portarias oficiais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Grayce Albuquerque; DE ARAÚJO NEVES, Dailon; PARENTE, Jeanderson Soares. Assistência a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais vítimas de violência nos serviços de saúde. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 7, n. 3, p. 36-48, 2016.

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 14, p. 380-407, 2013.

ARGENTINA. Ley n. 26.743, de 9 de maio de 2012. Establécese el derecho a la identidad de género de las personas. **Boletín Oficial de la República Argentina**, Buenos Aires, 23 maio 2012. Disponível em: <http://www.ms.gba.gov.ar/sitios/tocoginecologia/files/2014/01/Ley-26.743-IDENTIDAD-DE-GENERO.pdf> Acesso em 26 de fevereiro de 2021.

ÁVILA, Nunes Ávila. **Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais**. Rio de Janeiro. Editora Multifoco, 2014.

BITENCOURT, de Andrade Kueyla; RIBEIRO, Larissa Bahia. População trans na atenção primária: aproximações e distanciamentos. **Revista Gênero**, v. 20, n. 1, p. 157-170.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2005). **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Brasília, 2013.

BRASÍLIA. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei nº 500/2013**. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01a2sm99qsrc0b1xdyby92dfaap2675424.node0?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013 Acesso em 26 de fevereiro de 2021.

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, e00110518, 2019. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00110518>

COLEMAN, Eli et al. Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero. **Associação Mundial Profissional para a Saúde Transgênero**. Trad. Lukas Berredo, v. 7, p. 1-123, 2012.

CORTEZ, Luarna Relva Felix. "Quero respostas, quero resoluções": Os homens trans dentro da Política Integral de Saúde LGBT em João Pessoa/PB. In: **Anais do I Seminário Internacional Desfazendo Gênero**, p. 66-78, 2013. Disponível em:

<http://www.sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo?idArquivo=1756520&key=0741b5bed3f81acd352e9ae60d41be44>

DULLIUS, Willian Roger; MARTINS, Lara Barros; CESNIK, Vanessa Monteiro. Revisão sistemática sobre competências de profissionais de saúde na assistência ao público LGBT+. **Estudos de Psicologia (Campinas)** [online]. 2019, v. 36, e180171.

FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 32, p. 90-118, 2019.

FERREIRA, Breno de Oliveira; BONAN, Cláudia. Abrindo os armários do acesso e da qualidade: uma revisão integrativa sobre assistência à saúde das populações LBTT. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1765-1778, 2020.

GIANNA, Maria Clara. (2015). Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais: cinco anos de desafios e realizações. In: Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na saúde**, Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015, p. 141-156.

GREEN, J. N., QUINALHA, R. H.; FERANDES (Eds.). **História do movimento LGBT no Brasil**. Alameda, 2018.

HEMBREE, Wylie C. et al. Endocrine treatment of gender-dysphoric/gender-incongruent persons: an endocrine society clinical practice guideline. **The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism**, v. 102, n. 11, p. 3869-3903, 2017.

DE JESUS, Jaqueline Gomes; PANDOLFI, Dulce Chaves. Trabalho e movimentos sociais: diálogo com as políticas públicas no Brasil - o caso ConCidades (2013-2014). **Análise Social**, v. 51, nº 219, p. 336-365, 2016.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Impossível democratizar o trabalho sem enfrentar o machismo, racismo, LGBTIfobia e outras opressões. In: FERRERAS, Isabelle; BATTILANA, Julie; MÉDA, Dominique; MÁXIMO, Flávia; GOMES, Ana Virginia Moreira; DIAS, Eduardo Rocha (Orgs.). **O manifesto do trabalho: democratizar, desmercantilizar, remediar** (p. 171-176). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

LE MOS, Kaio. O despreparo na rede hospitalar e a felicidade em ml: Angústia e prazer dão dimensão à hormonioterapia. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 1, 2018.

LERRI, Maria Rita; ROMÃO, Adriana Peterson Mariano Salata; SANTOS, Manoel Antônio; GIAMI, Alain; FERRIANI, Rui Alberto; LARA, Lúcia Alves da Silva. Clinical characteristics in a sample of transsexual people. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 39, n. 10, p. 545-551, 2017. doi: 10.1055/s-0037-1604134

MACIEL, Isis de Melo. **Panorama brasileiro do processo transexualizador no âmbito do SUS**. Monografia. Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MAGUEN, Shira; SHIPHERD, Jillian C. Suicide risk among transgender individuals. **Psychology & Sexuality**, v. 1, n. 1, p. 34-43, 2010.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, n. 39, p. 403-429, 2012.

MELLO, Daniel Francisco; GONÇALVES, Karen Chicol; FRAGA, Murilo F; PERIN, Luis Fernando; JÚNIOR, Américo Helene. Complicações locais após a injeção de silicone líquido industrial: série de casos. **Revista Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 40, n. 1, p. 37-43, 2013.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00111318, 2019.

MOSCHETA, Murilo dos Santos; SOUZA, Laura Vilela e; SANTOS, Manoel Antônio dos. Health care provision in Brazil: A dialogue between health professionals and lesbian, gay, bisexual and transgender service users. **Journal of Health Psychology**, v. 21, n. 3, p. 369-378, 2016.

NUTTBROCK, Larry; HWAHNG, Sel; BOCKTING, Walter; ROSENBLUM, Andrew; MASON, Mona; MACRI, Monica; BECKER, Jeffrey. Psychiatric impact of gender-related abuse across the life course of male-to-female transgender persons. **Journal of Sex Research**, v. 47, n. 1, p. 12-23, 2010.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017.

PINTO, Thiago Pestana; TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso; BARROS, Claudia Renata dos Santos; MARTINS, Ricardo Barbosa; SAGGESE, Gustavo Santa Roza; BARROS, Daniel Dutra de; VERAS, Maria Amelia de Sousa Mascena. Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00113316, 2017.

POPADIUK, Gianna Schreiber; OLIVEIRA, Daniel Canavese; SIGNORELLI, Marcos Claudio. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1509-1520, 2017.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 2, p. 260-269, 2016.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; ZAMBONI, Jésio; RODRIGUES, Alexsandro; ROSEIRO Maria Carolina Fonseca Barbosa. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 64, p. 43-53, 2018.

ROCON, Pablo C.; SILVA, Adriana I.; SODRÉ, Francis. Diversidade de gênero e Sistema Único de Saúde: uma problematização sobre o processo transexualizador. **SER Social**, v. 20, n. 43, p. 432-448, 2018.

RODRIGUES, A. Cirurgias de readequação sexual desabam na pandemia e espera da população trans se prolonga. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/cirurgias-de-readequacao-sexual-desabam-na-pandemia-e-espera-da-populacao-trans-se-agrava.shtml> Acesso em: 25 fev. 2021.

SANTANA, Alef Diogo da Silva; LIMA, Marcos Soares de; MOURA, Jefferson Wildes da Silva; VANDERLEY, Isabel Cristina Sibalde; ARAÚJO, Ednaldo Cavalcante. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. **Revista de Enfermagem da UFPE** [online], p. 1-12, 2020, 13:e243211.

SANTOS, Manoel Antônio dos; SOUZA, Ricardo Santos; LARA, Lúcia Alves da Silva; RISK, Eduardo Name; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio; ALEXANDRE, Vinicius; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes. Transexualidade, ordem médica e política de saúde: controle normativo do processo transexualizador no Brasil. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 3-19, 2019.

SEMPOL, Diego; NÚÑES, Maria Calvo; CARPIUC, Cecília Rocha; SCHENCK, Marcela. Forjando identidades: Trans masculinos en un servicio de salud público uruguayo. In: Braz, Camilo Albuquerque; Henning, Carlos Eduardo (Orgs.). **Gênero, sexualidade e saúde: diálogos latino-americanos**. Goiânia: Editora da UFG, p. 122-142, 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/ebook_genero_sexualidade_saude.pdf Acesso em 25 fev. 2021.

SILVA, Ana Luísa Remor; FINKLER, Mirelle. O movimento LGBT e a bioética crítica de inspiração feminista: convergências e potencialidades. **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change**, v. 7, n. 3, p. 1-10, 2016.

SILVA, Cristiane; DUARTE, Artur de Souza. Humanização e ambiência nos ambulatórios especializados para transexuais. Trabalho apresentado no

VIII Congresso Brasileiro para o Desenvolvimento de Edifício Hospitalar. Curitiba, Paraná, 2018.

SOLKA, Anna Caroline; DE ANTONI, Clarissa. Homens trans: da invisibilidade à rede de atenção em saúde. **Saúde e Desenvolvimento Humano**, v. 8, n. 1, p. 7-16, 2020.

SOUSA, Diogo; CAVALCANTI, Céu. Entre normas e tutelas: pensando (im) possibilidades da Psicologia em interface com transgeneridades. In A. Denega, D. S. V. Andrade, & H. M. Santos (Orgs.), **Gênero na psicologia: Saberes e práticas** (pp. 126-139). Salvador, BA: CRP-03.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. "Viver dignamente": necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00036318, 2018.

SOUSA, Eduardo Sérgio Soares; VIANA, Alba Jean Batista; VALE, Johnatan Marques do. Os homens trans e a corporeidade: o complexo fenômeno da busca do sujeito social masculino. In: Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e travestilidade na Saúde**, Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015, p. 111-128. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf Acesso em: 25 fev. 2021.

VIEIRA, Erick da Silva; DUTRA, Clarissa Viola; PEREIRA, Carlos Allencar Servulo Rezende; CAVALCANTI, Céu Silva. Psicologia e políticas de saúde da população trans: encruzilhadas, disputas e porosidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39 (n.spe 3), e228504, 161-173, 2020.

World Health Organization. **ICD 11: International Classification of Diseases**, 11th revision, 2018. Disponível em: <https://icd.who.int/>

POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS VOLTADAS À POPULAÇÃO LGBTQIA+ E A INCLUSÃO DAS PESSOAS TRANS NA REDE DE ATENÇÃO EM SAÚDE

Leticia Carolina Boffi¹
Carolina de Souza²
Manoel Antônio dos Santos³

INTRODUÇÃO

As políticas públicas (PPs) têm como foco questões relacionadas à saúde da população e se preocupam em afirmar direitos e promover qualidade de vida da população. De acordo com Secchi (2013), a política pública (PP):

[...] é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. [...] Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2013, p. 2).

PPs são ações e programas fomentados pelo Estado e implementados pelos governos para assegurar direitos que são previstos na Constituição Federal e em outros dispositivos legais. Mello, Brito e Maroja (2012) relativizam o papel das PPs ao afirmarem que elas podem ter tanto uma

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista de mestrado da CAPES (processo número 88887.600239/2021-00). E-mail: leticiaboffi@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9198-8963>

²Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista de doutorado da FAPESP (processo número 2020/09464-3). E-mail: carolina2.souza@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9333-7486>

³Professor Titular do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 1A. E-mail: masantos@ffclrp.usp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8214-7767>

função social transformadora como um papel conservador. São transformadoras quando promovem equidade por meio de ações emancipatórias e inclusivas, dedicadas a garantir o bem-estar da população e engendrar resistências às diversas formas de opressão. Mas, também podem ter uma função conservadora quando são capturadas pelo pensamento conservador e reacionário para manter o controle social sobre a população, sendo usadas para reafirmar privilégios e reforçar o *status quo*. Nessa segunda acepção, as PPs podem servir para revigorar iniquidades, quando as ações governamentais ignoram as demandas específicas de parcelas da população – como ocorre frequentemente com as pessoas trans.

As PPs desempenham uma função transformadora quando contribuem para a redução substancial das desigualdades e assumem seu caráter universalista, porém generificado, e se mostram sensíveis às demandas dos grupos que apresentam especificidades. Por essa razão, é preciso atentar às ações implementadas a partir das PPs para garantir que tanto a população universal possa ser contemplada, quanto as necessidades específicas de determinados segmentos sociais vulnerabilizados, sejam eles minoritários, como as pessoas trans, ou socialmente *minorizados*⁴, como as mulheres.

A população trans, assim como os demais segmentos do largo espectro que configura a população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e demais possibilidades de identidade de gênero ou de orientação sexual), é vulnerabilizada pelas ações sociais, geradoras de sofrimento decorrente de preconceitos, estigmas e discriminação social a que estão submetidas as dissidências sexuais e de gênero (ALEXANDRE; OLIVEIRA-CARDOSO;

⁴O qualificativo *minorizada* é empregado para reforçar o fato de que essa população é “tornada” menor e não menor “por natureza”. Refere-se a grupos sociais que, independentemente da representatividade numérica, contam com baixa representação social, econômica e política – por exemplo, baixa ocupação de cargos de poder e pouca inserção no mercado formal de trabalho (FERREIRA, 2012).

SANTOS, 2020; BONASSI et al., 2015; CARDOSO; FERRO, 2012). Novas pesquisas nessa área se justificam pela necessidade de avaliar as PPs vigentes, que são mutáveis e contam com novidades a todo momento, mas que também podem não se efetivar, reconhecer e contemplar os direitos que pretendem assegurar, como frequentemente ocorre na prática de cuidados à saúde de pessoas transexuais, transgêneros e travestis (FEITOSA, 2019; SECCHI, 2013).

Uma PP tem em seu escopo a intenção de promover uma distribuição igualitária do poder e, como tal, é resultado das lutas e mobilizações dos diversos agentes sociais que buscam inserir os sujeitos subalternizados e historicamente colocados à margem da cidadania em alguma estrutura de poder. Nesse sentido, uma PP voltada à população trans refere-se a uma ação estatal instaurada que pretende ser inclusiva e contribuir para a resolução de questões de interesse comum a esse segmento LGBTQIA+. Por conseguinte, entende-se que nos regimes democráticos o Estado é o principal agente criador/potencializador de instrumentos que podem alterar a realidade social e reduzir desigualdades (BOURDIEU, 2014). É por meio de suas ações e da atuação em prol da garantia plena dos direitos das minorias que a realidade da comunidade transexual pode ser alterada no país, lembrando que uma sociedade democrática se caracteriza pela proteção aos direitos das minorias (MELLO et al., 2012).

A saúde das pessoas trans tem se configurado como uma pauta importante na academia (FERREIRA; BONAN, 2020), acompanhando de perto as ações governamentais implementadas nas últimas décadas, quando o Estado, pressionado pelos movimentos sociais emergentes para reconhecer seus direitos de cidadania e visibilizar suas demandas, teve que criar mecanismos que permitissem validar o direito da população trans a uma existência digna (ALENCAR; NEVES; PARENTE, 2016; LIONÇO, 2008). Considerando esses pressupostos, o presente estudo tem por objetivo analisar, por meio de um breve panorama histórico recente, as PPs brasileiras que permitiram a construção de um cenário no qual são pautadas

ações governamentais que, em tese, deveriam contribuir para promover a efetiva inclusão da população trans na rede de atenção em saúde.

EMERGÊNCIAS SANITÁRIAS E CONTEXTO ATUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As primeiras ações do Governo Federal voltadas para a promoção do bem-estar e qualidade de vida da população LGBTQIA+ no Brasil foram criadas e implementadas na área da saúde, em resposta aos desafios da epidemia de HIV/aids. De fato, a década de 1980 acumula numerosas, estruturadas e efetivas ações protetivas destinadas aos LGBTQIA+ na pasta da saúde (PERILO; PEDROSA; MELLO, 2010). Não por acaso esse período histórico é caracterizado também pela redemocratização do país, o que permitiu o retorno da comunicação do Estado com a sociedade civil e revigorou a luta pela implementação de direitos de cidadania.

Assim, a necessidade de traçar uma política ampla de prevenção e tratamento para fazer frente ao desafio posto pela propagação do HIV impulsionou o direcionamento de investimentos para iniciativas que contribuíssem para melhorar a qualidade de vida das pessoas mais vulnerabilizadas. Isso fez com que esse tema emergisse como uma das principais pautas na agenda de pesquisa e, também, contribuiu para legitimar a aproximação entre governo e população LGBTQIA+, particularmente nas questões que envolviam as reivindicações de saúde e bem-estar pessoal e social (PEREIRA, 2017; PERILO et al., 2010).

Um marco desse período foi a criação do Programa Nacional de AIDS do Ministério da Saúde, no ano de 1986. Embora não estivesse vinculado exclusivamente à população LGBTQIA+, esse programa possibilitou uma aproximação entre o Estado e o movimento organizado na luta pelos direitos das minorias (BRASIL, 1986). Em 1988, foi promulgada a nova constituição brasileira, a chamada Constituição Cidadã, ainda em vigência, que afirma a saúde enquanto um direito social de todos e dever do Estado,

culminando na instauração do Sistema Único de Saúde (SUS), um dispositivo institucional que define as condições para o planejamento e implementação de políticas de saúde (BRASIL, 1988). O SUS é considerado uma das mais completas, arrojadas e bem-sucedidas PPs de saúde do mundo (PAIM, 2015). A partir do financiamento destinado às atividades de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis, o Programa favoreceu o surgimento de organizações que congregavam ativistas homossexuais e, posteriormente, de grupos LGBTQIA+ em todo o país. Apesar das ações de prevenção e combate às infecções sexualmente transmissíveis – IST/HIV/Aids – reforçarem o estigma que recai sobre a população LGBTQIA+ devido ao seu comportamento sexual, ao examinarem extenso material sobre as PPs elaboradas naquele período, Perilo et al. (2010) concluíram que essas diretrizes possibilitaram a implementação das primeiras ações que envolveram esses sujeitos até então invisibilizados no setor saúde, abrindo caminhos e criando oportunidades para a sistematização de futuras ações abrangentes.

Com a restauração do estado democrático de direito a partir de 1990, o Estado brasileiro passou a articular uma gradual aproximação com as forças sociais democráticas e isso propiciou uma sensibilização em relação a algumas pautas progressistas, como as defendidas pelo movimento LGBTQIA+. É nesse contexto político que emerge o ativismo brasileiro travesti (FACCHINI, 2012), e os debates começam a focar os direitos das experiências trans e a necessidade de instituir PPs que resguardassem seus corpos das violações diárias a que são submetidos (ALMEIDA, 2012). Em 1997, o Conselho Federal de Medicina (CFM) regulamenta as cirurgias de redesignação sexual, que no passado haviam sido relegadas ao limbo jurídico da criminalização, autorizando, contudo, apenas as intervenções cirúrgicas para as mulheres trans e em caráter experimental. Por meio da implementação da Resolução nº 1.482/97, o CFM chama para si a responsabilidade pelo cuidado dessa população que, historicamente, foi colocada em uma condição liminar e marginalizada. Com esse ato, o

discurso biomédico subscreveu, no âmbito do território nacional, o conceito de transexualidade como problema de saúde (CFM, 1997).

Não há dúvidas de que a entidade oficial de classe dos médicos brasileiros deu um passo à frente no sentido de considerar a pessoa trans como digna de atenção em saúde. Todavia, ao circunscrever a transexualidade nos limites estreitos de uma categoria diagnóstica, reforçou-se uma concepção psicopatologizante, que endossou a ideia de que a/o transexual deveria preencher alguns critérios diagnósticos, como “desconforto com o sexo anatômico” e “desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto” (ROCON; SODRÉ; RODRIGUES, 2016, p. 262).

Nas duas primeiras décadas do século XXI, ampliaram-se as PPs voltadas aos segmentos LGBTQIA+ no Brasil. Em 2002, foram elaboradas as dez metas específicas para o movimento, contemplando um avanço no campo da cidadania e da diversidade sexual. Também nesse ano, por meio da Resolução 1.652 do CFM, o caráter experimental da cirurgia de redesignação sexual foi revogado, o que facultou aos hospitais públicos e privados a possibilidade de requererem creditação para a realização do procedimento. Já no ano seguinte, em 2003, com a 12ª Conferência Nacional de Saúde, o tema dos direitos LGBTQIA+ começou a ser pautado pelo SUS (SILVA, 2007).

O ativismo trans propriamente dito ganha visibilidade com o advento do novo milênio, na primeira década de 2000, ainda recheado de disputas e tensionamentos sobre as definições e nomenclaturas que incluíam os discursos médicos e psiquiátricos (SANTOS et al., 2019). Nesse período, a agenda LGBTQIA+ começa a ser citada nas políticas de direitos humanos e o início da década apresenta o Movimento LGBTQIA+ como um grupo atuante e político, que se propõe a trabalhar juntamente com o Poder Executivo Federal na gestão das políticas de direitos humanos para além da esfera da saúde pública (PEREIRA, 2016).

Em 2004, como resultado dessas aproximações e do ativismo ativo dos grupos organizados de militância, foi criado o Programa de Combate à Violência e à Discriminação GLTB (gays, lésbicas, transexuais e bissexuais) e de Promoção da Cidadania, que ficaria mais conhecido como Programa Brasil Sem Homofobia. Esse Programa elenca um conjunto de políticas transversais e interministeriais que confluem para a promoção e proteção da cidadania LGBTQIA+, mediante o planejamento de três ações previstas dentro do tópico "Direito à Saúde". Dentre elas, pode-se destacar a formalização do Comitê Técnico "Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais", cujo objetivo era estruturar uma política nacional voltada às necessidades específicas dessa população. As outras duas ações referem-se à capacitação de profissionais da saúde e a produção de conhecimento sobre a saúde LGBTQIA+ (BRASIL, 2004a). No mesmo ano, foi instituído o referido Comitê, por meio da Portaria nº 2.227, com o propósito de fomentar uma política de âmbito nacional e, ainda, "promover a elaboração de propostas de atenção integral à saúde, de participação e de controle social voltadas para a população GLTB" (BRASIL, 2004b, p. 6).

Em 2006, foi aprovada a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde por meio da Portaria nº 675, preconizando o respeito aos direitos a receber cuidado, tratamento e atendimento, no âmbito do SUS, livres de discriminação em decorrência de orientação sexual e identidade de gênero contranormativas. Além disso, essa Carta define que todas as pessoas têm direito de identificar-se pelo nome de preferência, independentemente do que consta em seu registro civil. Essa medida é de suma importância para o avanço no campo dos direitos fundamentais das pessoas transexuais e travestis, entretanto, até hoje se ouvem notícias de que há unidades de saúde que desconhecem ou descumprem essa determinação oficial, desrespeitando o direito do usuário (SILVA, 2007).

Em 2007, realizou-se a 13ª Conferência Nacional de Saúde. A orientação sexual e a identidade de gênero foram incluídas na análise da determinação social da saúde. Essa deliberação representa mais um avanço

das pautas LGBTQIA+, tendo em vista que o SUS passa a reconhecer formalmente a vulnerabilidade a que essas pessoas estão expostas, agravada pelas condições precárias de saúde, moradia, trabalho, educação, proteção social, dignidade, integridade física e psíquica, acesso à justiça e segurança, de acordo com a definição de saúde consensuada durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, 2008a).

Outro fruto da aproximação entre o modelo de saúde integral e o paradigma focado no combate às IST veio à lume em 2007, quando o Ministério da Saúde lançou o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST, juntamente com o Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e DST entre Gays, outros Homens que fazem Sexo com Homens e Travestis (BRASIL, 2007). É interessante destacar que as ações voltadas às pessoas transexuais foram inseridas no plano destinado às mulheres, enquanto aquelas voltadas às travestis foram alocadas no documento referenciado para os homens. Em 2007, os homens trans ainda não aparecem nos documentos oficiais. De acordo com Perilo et al. (2010), essa divisão é resultado de decisões políticas e reflete uma disputa identitária própria do movimento LGBTQIA+ naquele momento. Outro aspecto digno de atenção é que a PP formulada reforça o binarismo de gênero.

Em 2008, acontece a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais, que tem em sua Plenária Final um expressivo número de propostas aprovadas voltadas à saúde e que funcionam como eixos norteadores para implementação de ações e programas. No mesmo ano, a união entre ativistas e acadêmicos resultou em novo avanço, após inúmeros processos de judicialização das questões que envolviam a saúde da população trans (CARVALHO; CARRARA, 2013). Na esteira de mobilizações e articulações do movimento social para a incorporação das demandas da população trans na tabela de procedimentos do SUS (ROCON et al., 2016), a Portaria nº 1.707 implanta o Processo Transexualizador no SUS. O documento planeja contemplar as demandas

das pessoas trans e das travestis que buscam os serviços de saúde, referenciados e devidamente habilitados para a provisão desses cuidados. Essa portaria regulamenta, em âmbito nacional, uma política que engloba o acesso universal a cirurgias, assistência integral e cuidados com as mulheres transexuais. Ainda que tenha deixado de fora os homens transexuais e as pessoas transmasculinas, esse é considerado um momento memorável na história da PP voltada à população trans no país, pois é quando o Estado brasileiro assume formalmente sua responsabilidade na preservação de condições de saúde da população trans, reconhecendo a diversidade de gênero como um determinante social da saúde (BRASIL, 2008b).

A Portaria nº 457/2008 estabelece as normas para credenciamento e habilitação das Unidades de Atenção Especializada (UAEs) no Processo Transexualizador do SUS, definindo como unidades hospitalares aqueles serviços capazes de oferecer assistência diagnóstica e terapêutica especializada aos indivíduos trans e que apresentem condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados para realizarem esse tipo de atendimento. As UAEs devem estar articuladas com o sistema de saúde local e regional, dispor de estrutura de pesquisa e ensino organizada, com programas e protocolos estabelecidos, além da adequada estrutura gerencial capaz de zelar pela eficiência, eficácia e efetividade das ações e serviços prestados (BRASIL, 2008c).

Em maio de 2009, as pessoas transexuais ganham mais visibilidade no campo das PPs com o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2009a). Esse plano inclui 51 diretrizes e 180 ações e representa uma evolução no que concerne à perspectiva de acesso à saúde integral, com a preocupação de regular as medidas de combate e prevenção às IST/HIV/AIDS. Além desse foco, o Plano Nacional também apresenta uma série de propostas que questionam os limites das chamadas psicopatologias. No mesmo ano é criado o Conselho Nacional de

Combate à Discriminação de LGBT e Transexuais, cuja finalidade é formular e propor diretrizes para ações governamentais visando à redução da LGBTfobia (BRASIL, 2009b). Ainda em 2009, o III Programa Nacional de Direitos Humanos contempla a população LGBT na área da saúde e um de seus destaques contempla ações prioritárias de atenção à saúde de transexuais e travestis, tais como: “Garantir o acompanhamento multiprofissional a pessoas transexuais que fazem parte do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde e de suas famílias” (BRASIL, 2009b, p. 63).

Na década de 2010, começa a ser conferida maior visibilidade aos homens trans (ÁVILA, 2014). Nessa época, foram liberados os procedimentos cirúrgicos para essa população em decorrência da Resolução nº 1955/2010 do CFM. Essa portaria estabelece que a hormonioterapia pode ser iniciada a partir dos 18 anos, enquanto os procedimentos cirúrgicos poderão ser realizados apenas a partir dos 21 anos, desde que haja indicação específica e acompanhamento mínimo de dois anos por equipe multiprofissional. Porém, novamente se nota uma lacuna no que diz respeito ao atendimento aos homens trans, pois a política não exige a obrigatoriedade de ginecologista na composição da equipe multiprofissional, o que pode ser visto como resultado do silenciamento da identidade transmasculina desde os primórdios das reivindicações (CFM, 2010).

No ano de 2010, também é lançado o que muitos autores consideram ser a maior conquista LGBTQIA+ no Brasil: a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT. O objetivo geral da política é “promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equânime” (BRASIL, 2010, p. 16). A concepção de saúde integral preconizada no documento remete à intersecção entre os distintos marcadores sociais da diferença. A importância dessa PP reside na aglutinação de um conjunto de ações previstas em diversas áreas da saúde,

tais como a produção de conhecimentos, participação social, promoção, atenção e cuidado à população LGBTQIA+. A PP lança luz sobre a necessidade de articular iniciativas, coordenando ações e adotando medidas unificadas (PEREIRA, 2016). De acordo com Pereira (2016), essa política é uma das mais paradigmáticas, pois quebra com o estigma instaurado historicamente pela crença de que a saúde da população LGBTQIA+ se resumiria ao tratamento de HIV/AIDS, ampliando o escopo do cuidado de modo a contemplar a atenção integral à saúde de todo o espectro das minorias sexuais e de gênero.

Em 2012, foi criada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) e, no ano seguinte, o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) (ÁVILA, 2014). Em pesquisa qualitativa realizada com homens trans, Braz (2019) constatou que todos os participantes frisavam a necessidade de receber atendimento médico especializado. A maioria declarou que não teria condições financeiras de arcar com o custo do atendimento na rede particular de saúde. Isso demonstra que as pessoas trans sentem necessidade de cuidados de saúde que sejam ao mesmo tempo integrados e especializados, ofertados por profissionais que tenham conhecimentos específicos e capacidade técnica para lidar com as questões e demandas peculiares da população trans. Os homens trans nutrem a expectativa de que o atendimento seja humanizado. As ações do Governo Federal nessa direção ainda são tímidas e incipientes, mas já começavam a despontar em documentos do Poder Executivo, como decretos, portarias, resoluções, planos e programas, bem como em novos espaços criados e compartilhados, como comissões, comitês e grupos de trabalho que envolvem representantes da população civil organizada juntamente com instâncias do governo (PERILO et al., 2010).

Em uma experiência vivenciada no âmbito de um serviço ambulatorial do município de Uberlândia, Minas Gerais, profissionais da equipe multiprofissional dão ênfase ao que consideram ser parte crucial do atendimento no modelo do cuidado integral: a chegada do usuário ao

serviço (TEIXEIRA, 2017). Teixeira (2017) afirma que, nesse momento, o usuário que se apresenta já está marcado pelas violências institucionais de outros serviços, além de carregar em seus corpos as cicatrizes dos traumas vividos na família e na sociedade. É nesse ponto de sua trajetória de vida, marcada pela intersecção de diversas vulnerabilidades, que a pessoa trans necessita de um cuidado sensível que possibilite a criação de um vínculo de confiança com o serviço e com a novidade da experiência do cuidado. “É no acolhimento como um processo de aproximação, recepção e apresentação com escuta que se inicia a construção das demandas mediadas pelas interpretações e práticas, bem como é quando o projeto terapêutico singular é disparado para seu desenvolvimento” (TEIXEIRA, 2017, p. 391).

Em 2013, o Ministério da Saúde publica a Portaria nº 2.803/2013 que redefine e amplia o Processo Transexualizador para hospitais contratualizados com o SUS e delimita o perfil da população beneficiada pelo programa: as travestis, as mulheres e homens transexuais. Essa portaria também regula o ambulatório de atendimento, estipulando que uma UAE pode ser habilitada na modalidade ambulatorial, hospitalar ou em ambas (BRASIL, 2013). Essa ampliação do escopo é sensível ao tema identificado como preocupação fundamental na vida de muitas pessoas (embora não todas) que vivenciam as transexualidades ou travestilidades: as alterações corporais. A transformação fenotípica, apesar de estar atrelada simbolicamente à patologização das identidades trans, é altamente valorizada e, portanto, torna-se uma questão primordial de saúde para esses sujeitos, visto que a falta de sintonia entre corpo e gênero interfere diretamente em sua saúde física e psíquica (ARÁN; MURTA, 2009; MARQUES FILHO et al., 2020). Destacando essas demandas solicitadas, a política em questão assegura assistência médica nas aplicações que se complicaram clinicamente, bem como na delicada retirada do silicone industrial. O plano prevê ainda o cuidado ante complicações decorrentes do uso excessivo de hormônio feminino ou masculino, a criação de protocolos

para implantação de próteses de silicone e a garantia do uso do nome social (BRASIL, 2013).

Apesar dessas medidas e precauções, um problema recorrente que ainda se detecta nos serviços de saúde em geral é a violação do direito dos/as usuários/as em relação ao uso do nome social. A partir de 2014, o Sistema de Cadastramento de Usuários do SUS permite a impressão do Cartão SUS somente com o nome social do/a usuário/a, uma medida profilática da maior importância, mas que não garante que será traduzida em atitudes inclusivas no funcionamento cotidiano dos serviços. Há registros de descumprimento, caracterizando despreparo, insensibilidade ou, o que é pior, desrespeito proposital e arbitrariedade por parte de profissionais transfóbicos, que (re)produzem a violência institucional contra a população trans (SOLKA; ANTONI, 2020). No ano de 2016, uma publicação do Ministério da Saúde (BRASIL, 2016) direcionada aos profissionais de saúde recomenda que, assim como o nome social, a utilização do banheiro e das enfermarias em casos de internação deve ser congruente com a identidade de gênero da pessoa, reconhecendo que a produção e reprodução das violências ocorrem também no âmbito das instituições.

Em 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou favoravelmente pela possibilidade de alteração de nome e de gênero no registro civil, sem necessidade de realização prévia de procedimentos cirúrgicos ou de laudos médicos que “atestem” a transexualidade. A decisão foi regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (BRASIL, 2018). Entretanto, os processos judiciais levam um tempo excessivo até serem concluídos e, além de morosos, são dispendiosos, o que desencoraja a pessoa trans a iniciar ou levar adiante sua demanda, embora seja de seu desejo que se faça justiça frente a mais um direito violado.

Em 2019, o CFM atualiza suas normas para a realização da cirurgia de transição de gênero. Alguns ajustes importantes são feitos, mas que não alteram a essência do processo e o périplo que a população trans tem de

enfrentar para ter reconhecido seu direito a um atendimento de qualidade. O serviço de saúde com frequência “tem assumido uma função normativa que extrapola seu mandato e se sobrepõe aos deveres e responsabilidades dessa autarquia” (MATOS et al., 2020). Com marcada influência no funcionamento dos serviços de saúde e na lógica de organização dos cuidados das pessoas trans, o discurso patologizador da existência trans reforça o que muitas vezes permanece implícito na postura dos profissionais e que não pode ser codificado e formulado em palavras: o biopoder mobiliza-se o tempo todo para regular e manter sob rígido controle e vigilância os corpos, principalmente, os desviantes (RIBEIRO; FERLA, 2016).

A Resolução nº 2.265/2019 do CFM prevê a ampliação do acesso ao atendimento à população na rede pública de saúde e estabelece critérios para assegurar maior segurança na realização de procedimentos com hormonioterapia e cirurgias de adequação sexual. Destaca-se que é vedado o início da hormonioterapia cruzada antes dos 16 anos de idade. Dessa forma, a resolução recomenda que crianças e adolescentes transgêneros em desenvolvimento pré-púbere sejam acompanhados pela equipe sem intervenção, enquanto o bloqueio hormonal poderá acontecer a partir da puberdade, em caráter experimental. Também é atualizada a idade mínima (18 anos) para realização de cirurgias de afirmação de gênero, após acompanhamento mínimo com equipe multiprofissional durante um ano. Novos procedimentos cirúrgicos são liberados, envolvendo a neovulvovaginoplastia e mamoplastia de aumento para as mulheres transexuais e as travestis e mamoplastia bilateral (mais conhecida como mamoplastia masculinizadora ou mastectomia masculinizadora), histerectomia (retirada do útero), ooforectomia (retirada dos ovários), neovaginoplastia e faloplastias (neofaloplastia, isto é, a construção do pênis, permanece em caráter experimental) para os homens transexuais. O SUS avaliará se incorporará as mudanças em suas cirurgias, visto que a resolução não tem aplicação automática no sistema público de saúde, o que

implica na inexistência de um prazo definido para efetivação dessa decisão (CFM, 2019).

Essa nova resolução delega ao médico psiquiatra a responsabilidade de emitir um diagnóstico e recomendar a indicação ou não de psicoterapia. Essa diretriz não tem força de critério de decisão, bem como não leva em consideração a nova edição da CID-11, que enquadra a transexualidade como uma condição, não um diagnóstico. Dessa forma, apesar de novidades que supostamente pretendem ampliar o acesso aos usuários em relação à idade mínima, a resolução em questão não ultrapassa a visão biologicista que vem estigmatizando as pessoas transexuais e travestis, e ainda garante o poder psiquiátrico sobre a capacidade de autonomia desses sujeitos, privando-os da liberdade e do direito de autoidentificação de gênero (MATOS et al., 2020). Além disso, o espírito da resolução entra em choque com o Projeto Singular Terapêutico (PTS), que corresponde a decisões consensuadas e tomadas em conjunto na equipe multiprofissional (BRASIL, 2008d).

Em 2020, foi lançado um protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo. O objetivo deste documento é auxiliar a Atenção Básica no acolhimento e oferta de cuidados específicos para esses sujeitos, pois este é o nível de atenção que oferece acesso à saúde, coordenação do cuidado e atenção integral. Além disso, a Atenção Básica possibilita que o contexto no qual o indivíduo vive seja conhecido, o que promove cuidados em saúde que estejam em consonância com a vivência familiar e comunitária dos usuários. Esse protocolo também pode apoiar os níveis de atenção secundária e terciária, bem como os serviços de especialidades focais, ao nortear suas práticas e contribuir na coordenação das ações de cuidado que são realizadas pela Unidade Básica de Saúde (UBS) (BRASIL, 2020).

Desde 2019, quando ascendeu ao poder central um governo populista de extrema-direita, nota-se imenso retrocesso em uma séria de direitos conquistados ao longo da extensa trajetória de luta do movimento

LGBTQIA+. O presidente populista e autoritário tem como projeto de governo destruir as instituições e liberdades democráticas. O cenário de desmonte das PPs avança em ritmo acelerado, porém a emergência da maior tragédia sanitária de nossa história, em 2020, revigora o protagonismo do SUS como principal elemento estratégico no combate à catástrofe nacional. Por outro lado, a triste escalada de mortes por COVID-19 no país nos primeiros 18 meses da pandemia é assustadora e caminha palmo a palmo com o projeto de erosão do Estado democrático de direito. São tempos de desafios e ataques diários à democracia. Ainda não há o distanciamento histórico necessário para avaliar as repercussões dessa situação de emergência global de saúde sobre as PPs, porém já há evidências de que a COVID-19 tem produzido impactos desproporcionais na população LGBTQIA+, aumentando a vulnerabilidade e acentuando disparidades preexistentes (SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA-CARDOSO, 2020).

CONSIDERAÇÕES

Um balanço das últimas décadas evidencia que houve diversos avanços na organização da rede de atenção à saúde, ainda que sejam incipientes e tímidos quando comparados com a realidade de outros países com características socioculturais semelhantes ao Brasil em termos de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+, como a Argentina. O exame das PPs sugere que uma crescente institucionalidade relacionada à promoção da cidadania para essa população vem sendo construída paulatinamente. Porém, ainda persiste uma falta de compreensão, por parte das PPs, sobre as singularidades das identidades travestis e transexuais. Papéis tradicionais e estereótipos de gênero que reforçam o binarismo continuam sendo impostos e reforçados diariamente na sociedade, inclusive na rede de atenção em saúde. Ao examinar essa situação com um olhar crítico, argumenta-se que há necessidade de reforçar os contornos e dar visibilidade às identidades coletivas (PEREIRA, 2016; SOLKA; ANTONI, 2020) nos planos jurídico, laboral, educacional, familiar, relacional e da vida comunitária, promovendo a inclusão de sujeitos historicamente marginalizados e estigmatizados por se manterem fora da moldura cis-heteronormativa, como é o caso das travestis e das pessoas transexuais e transgêneros.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Grayce A.; ALVES, Danilo A.; PARENTE, Jeanderson S. Assistência a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais vítimas de violência nos serviços de saúde. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 36-48, set. 2016.

ALEXANDRE, Vinicius; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika A., SANTOS, Manoel A. A banalidade transfóbica e o estado brasileiro conservador: reflexões sobre as contribuições de Hannah Arendt para pensar o preconceito. Em Sonia R. PASIAN, Ana Paula S. SILVA, C. M. CORRADI-WEBSTER; M. G. STICCA; D. S. Z. S. GRUBITS (Orgs.), **Identidade e vulnerabilidade humana em diferentes contextos: contribuições da Psicologia**, p. 79-93. Curitiba: CRV, 2020.

ALMEIDA, Guilherme. "Homens trans": novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, ago. 2012.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, set. 2009.

ÁVILA, Simone. **Transmasculinidades**: a emergência de novas identidades políticas e sociais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

BONASSI, Bruna C. et al. Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 17, n. 3, p. 83-98, out. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, e00110518, jan. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 jan. 2019. (último acesso: 07 jan. 2021).

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde**: Saúde e qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento. Brasília, 2008a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008**. Brasília, 2008b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008**. Brasília, 2008c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular**. 2. ed. Brasília, 2008d. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 2.227, de 14 de outubro de 2004**. Brasília, 2004b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays, HSH e Travestis**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil: Atenção integral à saúde da população Trans – Conteúdo para profissionais de Saúde/Trabalhadores do SUS**. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2009a.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília, 2009b.

BRASIL. Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Coordenação da Atenção Primária à Saúde. **Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo**. São Paulo, 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275 Distrito Federal**. Brasília, 2018.

CARDOSO, Michelle R.; FERRO, Luís F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 552-563, dez. 2012.

CARVALHO, Mario F. L.; CARRARA, Sergio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1955 de 3 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de

gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FEITOSA, Cleyton. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 90-118, ago. 2019.

FERREIRA, Breno O.; BONAN, Cláudia. Abrindo os armários do acesso e da qualidade: uma revisão integrativa sobre assistência à saúde das populações LGBTT. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 1765-1778, mai. 2020.

FERREIRA, Ricardo A. Etnomidialogia e a interface com o politicamente correto. **Extraprensa (USP)**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 1-18, jun. 2012.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-21, jun. 2008.

MARQUES FILHO, Elvis G. et al. Direito à saúde de pessoas trans e travestis: uma analogia das políticas públicas do Brasil e Argentina. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 9, 610997796, ago. 2020.

MATOS, Amana *et al.* Análise da Resolução 2265 de 20 de setembro de 2019 – Resolução produzida pelo Conselho Federal de Medicina. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2020.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, dez. 2012.

PAIM, Jairnilson S. **O Que É o SUS?** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. 93 p. (Coleção Temas em Saúde).

PEREIRA, Cleyton F. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Vargem Limpa, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2016.

PEREIRA, Cleyton F. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

PERILO, Marcelo; PEDROSA, Cláudio; MELLO, Luiz. Entre a AIDS e a integralidade: travestis, transexuais, bissexuais, lésbicas e gays nas políticas

públicas de saúde no Brasil. **Políticas públicas para população LGBT no Brasil:** um mapeamento crítico preliminar. Goiânia: UFG, 2010.

RIBEIRO, Andrea C. L.; FERLA, Alcindo A. Como médicos tornaram-se deuses: reflexões acerca do poder médico na atualidade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 294-314, ago. 2016.

ROCON, Pablo C.; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexandre. Regulamentação da vida no processo transexualizador brasileiro: uma análise sobre a política pública. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 260-269, jul./set. 2016.

SANTOS, Manoel A. et al. Transexualidade, ordem médica e política de saúde: controle normativo do processo transexualizador no Brasil. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 3-19, 2019.

SANTOS, Manoel A.; OLIVEIRA, Wanderlei A.; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika A. Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de COVID-19. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 32, e020018, set. 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Larissa M. P. **Nos nervos, na carne, na pele:** uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. Tese de doutorado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SOLKA, Anna Caroline; ANTONI, Clarissa. Homens trans: da invisibilidade à rede de atenção em saúde. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**, Canoas, v. 8, n. 1, p. 07-16, nov. 2020.

TEIXEIRA, Flávia B. (Des)engano: revisando as portarias do Processo Transexualizador no SUS. In: UZIEL; Anna Paula; GUILHON, Flávio (orgs.). **Transdiversidades:** práticas e diálogos em trânsitos. 1ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. p. 315-354.

FEMINISMOS MIDIÁTICOS COMO TECNOLOGIAS DE GÊNERO: NOVAS SUBJETIVIDADES FEMINISTAS CONTEMPORÂNEAS

Natalia Engler¹

INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século 21 têm representado um novo momento da relação entre feminismos e mídias que, em grande medida, corre em paralelo a uma nova efervescência dos movimentos feministas.² Como aponta Rosalind Gill (2016), esse novo momento é marcado por uma formação discursiva nas mídias de massa em que o feminismo, de ridicularizado e repudiado, passou a se tornar desejável e descolado. Além disso, a identidade feminista passa a ser associada ao empoderamento individual das mulheres enquanto sujeitos econômicos (BANET-WEISER, 2018; BANET-WEISER; GILL; ROTTENBERG, 2019; GILL; ORGAD, 2015).

Assim, o que se pretende neste artigo é discutir um quadro teórico que possibilite examinar a constituição de uma nova subjetividade feminista,³ que emerge com a recente intensificação da circulação de discursos feministas nas mídias de massa. Tal discussão se insere em uma investigação mais ampla realizada em minha pesquisa de mestrado *Os limites dos feminismos midiáticos: Mulher-Maravilha e uma nova subjetividade feminista contemporânea*, que busca examinar de que modo

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da ECA-USP, bolsista CNPq, nataliapru@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5538-2139>.

² Essa efervescência é observável em protestos e campanhas feministas que ocorreram em diferentes países, especialmente a partir de 2015. Para uma discussão sobre essa “quarta onda” feminista, ver Heloísa Buarque de Hollanda (2018).

³ Cabe esclarecer que entendo essa subjetividade feminista, a partir de Teresa de Lauretis (1994), como uma construção teórica, cuja definição se constrói e se atualiza de modo contínuo neste e em outros textos críticos feministas, e não como representação de uma suposta essência inerente a todas as mulheres, nem mesmo como representação dos sujeitos sociais generificados, reais e históricos, “mulheres”.

o filme *Mulher-Maravilha* (*Wonder Woman*, Patty Jenkins, 2017) se articula com uma nova subjetividade feminista que emerge em um momento em que “a maior parte do feminismo, no Ocidente, hoje acontece na mídia, e a experiência da maioria das pessoas com o feminismo é inteiramente mediada” (GILL, 2007, posição 948-954, tradução minha). Assim, adoto a expressão *feminismos midiáticos* para me referir às diferentes modalidades de feminismos que hoje circulam amplamente em uma *cultura midiática* — em um sentido em que se somam o popular, as massas e a mídia, em termos de produtos da moderna indústria cultural consumidos pelas massas e que circulam por diferentes instâncias da mídia (HALL, 2003; KELLNER, 2001; WILLIAMS, 1983). Cabe esclarecer, no entanto, que a expressão *feminismos midiáticos* não se refere a práticas e articulações dos ativismos feministas, mas sim a expressões de feminismos nas mídias, no âmbito das políticas de representação.

EMPODERAMENTO

Nesse contexto, os feminismos midiáticos podem ser considerados desdobramentos de uma sensibilidade pós-feminista (no sentido de uma concepção de feminismo como algo relevante, mas não mais necessário) que, como explica Gill (2007), é caracterizada por alguns temas, convenções e construções recorrentes e relativamente estáveis nas representações de gênero na mídia, entre eles um foco em individualismo, escolha e empoderamento. Banet-Weiser (2018) aponta que essa sensibilidade deu origem, a partir dos anos 1990, a uma percepção de que mulheres e meninas enfrentavam uma crise de confiança, construção intrinsecamente ligada ao poder de consumo desse grupo, que se manifestou no “girl power” e na criação de um mercado do *empoderamento*.⁴ Segundo a autora (BANET-WEISER, 2015; 2018), as

⁴ É importante esclarecer que o ideal de empoderamento que predomina nos feminismos midiáticos se afasta da concepção e aplicação original do conceito no campo das lutas sociais. Segundo essa concepção, Joice Berth (2018) explica, o empoderamento deveria incluir as dimensões cognitiva, psicológica, política e econômica, e ir além de construções

soluções então propostas para essa crise de confiança incluíam tanto o empoderamento por meio de mecanismos externos (políticas, educação, práticas de consumo etc.) quanto uma demanda por “autoempoderamento”, calcada em um ideal neoliberal de empreendedorismo de si, a partir de uma ênfase na autoconfiança, autogestão, autorresponsabilidade, livre escolha e soberania do indivíduo/consumidor.

Banet-Weiser (2012) associa essa demanda aos apelos colocados por uma economia de capitalismo avançado para que os indivíduos invistam no marketing pessoal [*self-branding*] como forma correta de cuidar de si, e aponta as tecnologias de comunicação digital como principal contexto em que os indivíduos podem (e são incitados a) investir em seu marketing pessoal. Para a autora, as grandes mudanças culturais, políticas e econômicas trazidas por uma cultura neoliberal de consumo são acompanhadas por alterações significativas nas construções de gênero, e é nesse sentido que ela examina o marketing pessoal como uma estratégia normativa, uma tecnologia de si. Segundo a autora, em uma cultura de marcas [*brand culture*], essa tecnologia de si implica em uma busca por *visibilidade* por meio de operações que “envolvem princípios econômicos como estratégias de gerenciamento de marca, autopromoção e técnicas de publicidade que ajudam a explicar o eu [*self*] no interior de determinadas condições sociais e culturais” (BANET-WEISER, 2012, p. 55, tradução minha).

Banet-Weiser (2014; 2015) assinala ainda que tal processo desvia o foco de mecanismos mais estruturais que encorajam a falta de confiança nas mulheres e mascara os modos como políticas materiais — leis, economia, política — tentam tirar das mulheres e meninas o controle sobre seus corpos. Trata-se de um ideal de empoderamento que se define como superação individual de certas opressões, sem romper com as estruturas

psicológicas como autoestima, autoeficácia, competência, autocontrole, pois somente a transformação social permitiria o enfrentamento dos sistemas de dominação responsáveis pelas desigualdades.

opressoras. Banet-Weiser (2015) relaciona essa ênfase no indivíduo a uma ênfase crescente em soluções de mercado para desigualdades encaradas por mulheres em várias instâncias da vida social, por meio de intervenções que visam promover o empoderamento feminino e que têm como objetivo “garantir que mulheres se tornem sujeitos econômicos melhores e mais confiantes” (BANET-WEISER, 2018, posição 1136, tradução minha).

Se em um primeiro momento essa ênfase no empoderamento feminino se deu em um contexto de sensibilidade pós-feminista associada ao repúdio ao feminismo, Banet-Weiser, Gill e Rottenberg (2019) observam que, mais recentemente, ela passa a se atrelar à reinvidicação de uma identidade feminista. Gill e Shani Orgad (2015) caracterizam essa passagem do repúdio à reivindicação de uma identidade feminista como uma resposta a críticas feministas a aspectos da cultura neoliberal, como a indústria da beleza, permitindo que o capitalismo se reinvente a partir da configuração de um “culto/cultura da confiança” [*confidence cult(ure)*]. As autoras descrevem o modo como esse “culto/cultura da confiança” passa a ser articulado como intervenção feminista: demandas pela reconstrução de si — em um espírito autorregulatório que isenta forças sociais, econômicas e políticas de seu papel na produção e manutenção de desigualdades, configurando uma tecnologia de si.

VISIBILIDADE

O ideal de empoderamento articulado pelas políticas de representação dos feminismos midiáticos e suas demandas por investimentos em um marketing pessoal evidenciam a relevância que a visibilidade ganha no contexto desses feminismos que se misturam à cultura midiática contemporânea, e apontam para algumas de suas especificidades nesse contexto. Pode-se dizer que as grandes mudanças culturais, políticas e econômicas trazidas por uma cultura neoliberal de consumo — que, como vimos, alteraram as construções de gênero e articularam, em discursos hegemônicos, o empoderamento individual como intervenção feminista —

também apontam para a mercantilização das lutas emancipatórias e das identidades.⁵ Elas modificaram o sentido de se tornar visível nesse contexto, complicando e tornando ambíguas as demandas por visibilidade para determinadas identidades, enquanto estratégias para promover mudanças sociais. É nesse sentido que Herman Gray (2013) aponta um esvaziamento das políticas culturais de representação, à medida em que surgem novas alianças discursivas, tecnologias de representação, técnicas de autoconstrução e práticas afetivas nas quais estão implicadas a raça e todos os tipos de diferenças (etnicidade, religiosidade, sexualidade, gênero etc.). Para o autor, nesse contexto, o objeto do reconhecimento se torna o sujeito empreendedor autoconstruído, cujas diferenças se tornam “grifes” a serem celebradas e vendidas como diversidade, e cuja visibilidade e reconhecimento no nível da representação afirmam um tipo de liberdade realizada por meio da aplicação de valores de mercados às relações sociais. Gray caracteriza essas transformações — com foco na raça, mas acredito que o mesmo pode ser aplicado a identidades generificadas — como um deslocamento da “invisibilidade, exclusão e exageros para a proliferação e hipervisibilidade” (GRAY, 2013, p. 772, tradução minha). Categorias como raça e gênero, então, foram reestruturadas e se reestruturaram e, como visibilidades, tornaram-se autossuficientes.

A partir da análise de Gray e olhando para o caso específico dos feminismos, Banet-Weiser (2015) observa uma transformação nas estruturas da economia política e cultural que a autora caracteriza como uma passagem de *políticas de visibilidade* para *economias de visibilidade*, em que a própria visibilidade é absorvida pela economia, e a “visibilidade das identidades se torna um fim em si mesmo em vez de um caminho para a política” (BANET-WEISER, 2015, p. 55, tradução minha). Consequentemente, de modo análogo à lógica dos algoritmos que regem

⁵ Para um aprofundamento desse ponto, sugiro a discussão que Nancy Fraser (2007; 2015; 2018; BRENNER; FRASER, 2017) faz sobre a coincidência entre a ascensão do neoliberalismo e uma preponderância das lutas por reconhecimento (das identidades e das diferenças), que, para a autora, em suas vertentes dominantes, acabaram contribuindo para a formação de um bloco hegemônico de neoliberalismo progressista.

os meios digitais, a visibilidade dos feminismos e de suas expressões individuais nas economias de visibilidade depende, segundo Banet-Weiser (BANET-WEISER; GILL; ROTTENBERG, 2019), de sua popularidade e acessibilidade para um público amplo, que por sua vez são medidas pela capacidade de criar ainda mais visibilidade, em um movimento circular. Portanto,

[...] em um contexto midiático no qual a maior parte dos circuitos de visibilidade são movidos por lucro, competição e consumidores, apenas *tornar-se visível* não garante que categorias identitárias serão de alguma forma transformadas, ou poderão desafiar profundamente relações hegemônicas de poder. Em grande parte, isso acontece porque o ato de se tornar visível nesse contexto digital e pautado por dados está intrinsecamente conectado à economia política contemporânea e à lógica estrutural da acumulação capitalista. (BANET-WEISER; GILL; ROTTENBERG, 2019, p. 10, tradução minha)

Desse modo, os feminismos midiáticos se inserem em um cenário no qual, na visão de Douglas Kellner (2003), a cultura midiática tem se tornado cada vez mais relevante como força de socialização e fonte de modelos de subjetividade. Kellner enxerga esse processo como uma evolução da “sociedade do espetáculo” descrita por Guy Debord (1997), em um contexto de tecnocapitalismo que se encaminha para uma sedutora sociedade da informação e do entretenimento, em que o entretenimento entra no domínio da política, da economia e da vida social e cotidiana. Absorvidos por espetáculos midiáticos — “[...] esses fenômenos da cultura midiática que incorporam os valores básicos da sociedade, servem de iniciação para seus modos de vida e dramatizam suas controvérsias e disputas, bem como seu modo de resolução de conflitos” (KELLNER, 2003, p. 2, tradução minha) —, os feminismos midiáticos se imbricam na dinâmica da subjetividade contemporânea em que ser visto é condição para a existência, articulando subjetividades feministas para as quais o parecer feminista prevalece sobre o ser feminista e mesmo sobre o consumir o feminismo.

Para Banet-Weiser, nesse contexto de subjetividades generificadas regidas pela visibilidade, segundo uma lógica econômica que enfatiza um

ideal individualista e autoempreendedor de empoderamento e transforma as diferenças em grifes, o produto a ser vendido e comprado é o próprio corpo feminino, “cujo valor é constantemente debatido, avaliado, julgado e esmiuçado por meio de discursos midiáticos, leis e políticas” (BANET-WEISER, 2015, p. 56, tradução minha). Assim, os feminismos midiáticos atuam “implantando” — nos termos de De Lauretis (1994) — sobre o corpo determinadas representações.

TECNOLOGIAS DE GÊNERO E PERFORMATIVIDADE

Embora Gray (2013), Banet-Weiser (2012) e Gill e Orgad (2015) encarem a dupla dinâmica que regula e produz o ser visível a partir de uma perspectiva foucaultiana, como uma forma de biopolítica ou uma “tecnologia de si”⁶ que produz sujeitos normativos da diversidade, de uma perspectiva feminista, o modo como Foucault concebe a produção de sujeitos sexuados na articulação saber-poder deixa pouco espaço para que se abram possibilidades de agenciamento e autodeterminação. Essa dificuldade pode ser contornada ao se examinar os feminismos midiáticos como uma “tecnologia de gênero”, conceito que De Lauretis (1994) constrói buscando caminhar para além da concepção foucaultiana de tecnologia

⁶ Em suas discussões sobre as operações do poder, Michel Foucault ressalta o modo como o poder se articulou ao saber ao longo de diferentes épocas históricas, de modo a se produzir efeitos de verdade que, por sua vez, transformam uma prática ou um discurso em um lugar de poder (REVEL, 2005). Desse modo, o exercício do poder depende de certa economia dos discursos de verdade, segundo a qual “Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade” (FOUCAULT, 1998, p. 180). Foucault subdivide as técnicas de produção de saber em quatro grupos principais: “(1) tecnologias de produção, que permitem produzir, transformar ou manipular as coisas; (2) tecnologias dos sistemas de signos, que permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significação; (3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins ou dominação, objetivando o sujeito; (4) tecnologias de si, que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade” (Id., 2004, p. 323-4). É válido notar que, embora Foucault não encare as tecnologias de si necessariamente como expressão de um biopoder internalizado pelos indivíduos e sugira (ainda que não teorize) uma possibilidade de promover novas formas de subjetivação que não signifiquem desde sempre sujeição (Id., 1981; 2014), as autoras citadas aqui aderem a uma visão das tecnologias de si como biopolítica.

sexual. De Lauretis define as tecnologias de gênero como “técnicas e estratégias discursivas por meio das quais o gênero é construído” (DE LAURETIS, 1994, p. 240), “com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero” (Ibid., p. 228).

Ainda que também compreenda a subjetividade como produto de diversas tecnologias sociais, De Lauretis (1994) procura ir além da concepção de Foucault por considerar que esta, ao entender a sexualidade como sendo idêntica para todos, não “generificada”, ainda não levava em conta os investimentos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos nos discursos e nas práticas da sexualidade. Para a autora, esses discursos e práticas da sexualidade que produzem sujeitos sexuais generificados estão também ligados ao modo como se estruturam as relações de poder sob o capitalismo. A partir do trabalho de teóricas feministas marxistas, De Lauretis (1994) aponta o que caracteriza como a operação simultânea, ao longo da história das diferentes formas de sociedades patriarcais, de um sistema de gênero e de um sistema de relações produtivas que atuam para reproduzir estruturas socioeconômicas androcêntricas (e também heteronormativas e de branquitude, cabe acrescentar, embora De Lauretis não o faça). Consequentemente, para De Lauretis (1994), o gênero deve ser pensado como uma instância primária da ideologia, que ela compreende como a relação imaginária que os indivíduos fazem com as relações reais que governam suas existências, cuja função é constituir indivíduos concretos em sujeitos. Assim, De Lauretis (1994) descreve o funcionamento do gênero a partir de uma analogia com a definição de ideologia, afirmando que “[...] o gênero tem a função (que o define) de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres” (DE LAURETIS, 1994, p. 213). Para ela, “É exatamente nessa mudança [ideologia/gênero; sujeitos/homens e mulheres] que a relação entre gênero e ideologia pode ser vista, e vista como um efeito da ideologia de gênero” (Ibid., p. 213).

É nesse sentido que se pode afirmar que a inserção dos corpos femininos no processo de produção se dá de modo bastante específico, que

não foi postulado por Foucault, e que é central para a discussão dos feminismos midiáticos como tecnologias de gênero profundamente atadas ao neoliberalismo. Pode-se pensar essa questão a partir do diagnóstico de Nancy Fraser (2015) de que o imaginário feminista hegemônico se tornou individualista e meritocrático e ajudou na construção da hegemonia do neoliberalismo. Rottenberg (2018) descreve um fenômeno semelhante naquilo que denomina de feminismo neoliberal: um feminismo que fornece umnexo de justificativas morais para a continuidade da exploração do trabalho reprodutivo e de cuidado das mulheres, a partir de um vocabulário de “equilíbrio” entre carreira e família. Isso se dá a despeito de uma lógica de mercado neoliberal que estende seus tentáculos por todos os aspectos da vida, derrubando a separação entre público e privado que fornecia, em uma fase anterior, o vocabulário para justificar o modo como o capitalismo se apropriava do trabalho reprodutivo das mulheres.

Além de oferecer uma leitura generificada da teoria foucaultiana sobre a constituição do sujeito sexuado, De Lauretis (1994) procura também ampliar o foco para além do aspecto produtivo do poder, buscando produzir respostas às duas partes de seus questionamentos principais em relação ao funcionamento do gênero: não apenas o modo como as representações de gênero são construídas na relação saber/poder, mas sobretudo como os indivíduos são interpelados⁷ por elas, como absorvem subjetivamente as representações de gênero dirigidas a eles. Assim, De Lauretis argumenta que é necessário recuperar “[...] o sentido da opressividade do poder enquanto imbricada nos conhecimentos institucionalmente controlados [...]” (DE LAURETIS, 1994, p. 227-8) para pensar o poder, em suas dimensões produtiva e opressiva, como aquilo que “motiva (não necessariamente de modo consciente ou racional) os ‘investimentos’ feitos pelas pessoas nas posições discursivas”, em nome de um “poder relativo

⁷ A autora compreende a interpelação, a partir de Louis Althusser, como “o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária” (DE LAURETIS, 1994, p. 220).

(satisfação, recompensa, vantagem) que tal posição promete (mas não necessariamente garante)” (Ibid., p. 225). Para De Lauretis, tal concepção de poder permite compreender os investimentos diferentes que mulheres têm feito historicamente quanto ao gênero e às práticas e identidades sexuais, ao relacioná-los com o fato de que outras dimensões da diferença social (classe, raça, idade etc.) se cruzam com o gênero e favorecem ou desfavorecem o investimento em certas posições.

Além disso, essa perspectiva que postula a necessidade de teorizar o gênero como “[...] força pessoal-política tanto negativa quanto positiva” (DE LAURETIS, 1994, p. 216) toma o gênero como “produto e processo tanto da representação quanto da autorrepresentação” (DE Ibid., p. 217) — ou seja, a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva (ou autorrepresentação) que, por sua vez, afeta sua construção social. Assim, abrem-se possibilidades “de agenciamento e autodeterminação ao nível subjetivo e até individual das práticas micropolíticas cotidianas” (Ibid., p. 216).

A caracterização que De Lauretis faz do gênero ressalta três pontos que a fazem se aproximar da teoria da performatividade de gênero, posteriormente desenvolvida por Judith Butler: o caráter social (o gênero enquanto representação de uma relação social que precede o indivíduo), o caráter contínuo da produção do gênero (o gênero é o produto, mas também o processo da representação e da autorrepresentação) e a possibilidade de agência (os investimentos diferenciados que os indivíduos fazem em posições de gênero disponíveis).

Na concepção de Butler (2018a), dizer que o gênero é performativo é dizer que o gênero é uma forma de representação induzida por interpelações que nos enquadraram nas normas de forma binária (separando os corpos em homens e mulheres), mas também uma estratégia de negociação com o poder. Para Butler (2018b), o gênero é instituído por meio de uma repetição estilizada de atos corporais e “deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um ‘eu’ generificado

permanente” (BUTLER, 2018b, p. 3). A concepção performativa do gênero introduz assim um importante elemento: o corpo.

Nesse sentido, Butler (2018b) toma o corpo como uma situação histórica, um processo ativo, contínuo e incessante de materialização (ou corporificação) de certas possibilidades culturais e históricas. Ao mesmo tempo, para ela (BUTLER, 2018b), há espaço para agência no processo de tornar essas possibilidades históricas determinadas. Como ato performativo, então, o gênero não é nem escolha individual, nem imposto ou inscrito no indivíduo, e o corpo não é nem passivamente roteirizado por códigos culturais, nem pré-existente às convenções culturais que dão significado aos corpos. Além disso, segundo Butler (2018a), a idealidade das normas culturais de gênero cria lacunas persistentes entre as normas e nossos esforços de corporificação vividos, fazendo com que a reprodução e a reiteração das normas se deem sob o risco persistente de desfazer ou refazer as normas, revelando sua própria fraqueza e instabilidade.

Portanto, segundo uma concepção que toma o gênero como produto e processo da representação e da autorrepresentação, processo este que se dá pela repetição de atos corporais performativos, pode-se afirmar que os feminismos midiáticos se constituem como uma tecnologia de gênero que se articula a valores neoliberais. Trata-se de um empreendedorismo de si que, como aponta Banet-Weiser (2015), cada vez mais convoca meninas e mulheres a aderirem a um imperativo econômico neoliberal que as torna responsáveis por cultivar a si mesmas como se fossem uma grife, para responder às necessidades de um mercado que pede que demonstrem e vendam seu próprio empoderamento, autoconfiança e autoestima como caminho para a visibilidade. Banet-Weiser (2018) faz a ressalva de que essa convocação é comumente direcionada a mulheres jovens de classe média já suficientemente privilegiadas para serem consideradas consumidoras em potencial desse empoderamento, e que a visibilidade se configura de modos diferentes, de acordo com a posição ocupada pelas mulheres dentro de hierarquias de classe e raça. Para a autora, são feminismos que, ao insistirem em uma definição universal de identidade feminina,

frequentemente recusam a interseccionalidade e privilegiam a identidade branca, de classe média, cisgênero e heterossexual, invisibilizando as mulheres não brancas, da classe trabalhadora e LGBTQIA+.

Conseqüentemente, na subjetividade constituída pelas políticas de representação dos feminismos midiáticos, as possibilidades culturais e históricas a serem materializadas no corpo pela repetição de atos corporais performativos não dizem respeito somente à representação social do gênero, mas também a variáveis de sexualidade, raça, classe e estéticas (considerando-se que em geral são corpos que aderem a ideais estreitos de beleza que podem se tornar visíveis nesse contexto). Nessa tecnologia de gênero, os corpos generificados como femininos ocupam posição central, pois é neles que se dá a produção da subjetividade (pela corporificação dos valores associados aos feminismos midiáticos) e são esses corpos que tornam essa subjetividade visível, por meio de suas representações midiáticas, atendendo aos requisitos da dinâmica da subjetividade contemporânea, em que ser visto é condição para a existência.

CONSIDERAÇÕES: CONTRADIÇÕES E AMBIVALÊNCIAS

As políticas de representação dos feminismos midiáticos tendem a demandar que os sujeitos feministas se transformem em empreendedores de si e construam sua própria visibilidade segundo parâmetros estreitos de representação e autorrepresentação do gênero, de modo a transformar as mulheres em sujeitos econômicos melhores. Assim, como apontam Banet-Weiser, Gill e Rottenberg (2019), a crítica a estruturas profundas de desigualdades é eclipsada e se oculta o trabalho envolvido em produzir a si mesmo de acordo com os parâmetros desse feminismo visível, como se ver ou comprar o feminismo fosse o mesmo que alterar estruturas patriarcais. No entanto, para considerar tais políticas de representação em toda sua complexidade e ambivalência, é preciso lembrar aquilo que, para De Lauretis (1994), é a própria condição de existência do sujeito do feminismo: continuamos a fazer a relação imaginária com as representações de gênero,

embora, enquanto feministas, saibamos que não somos isso, mas sim sujeitos governados por relações sociais reais e situadas historicamente. Ou seja, o sujeito do feminismo se encontra ao mesmo tempo (e conscientemente) dentro e fora da ideologia do gênero. Nesse sentido, os feminismos podem se tornar cúmplices tanto da ideologia em geral (incluindo o neoliberalismo, o racismo, o colonialismo, o imperialismo etc.) quanto da ideologia do gênero (ou seja, o heterossexismo). Para De Lauretis (1994), entretanto, trata-se de cumplicidade e não de uma adesão completa porque uma total adesão é incompatível com os feminismos em sociedades androcêntricas. Assim, é necessário que os feminismos realizem um trabalho de conscientização sobre tal cumplicidade.

É nesse sentido que, embora seja necessário reconhecer o processo de reestruturação dos feminismos pelo neoliberalismo, como o faz Banet-Weiser (2018), também é preciso notar que tal processo produz espaços de ambivalência — pois as “sobreposições e intersecções de afeto, desejo, crítica e ambivalência” que caracterizam o que Banet-Weiser chama de feminismo popular (e que eu coloco sob o guarda-chuva mais amplo dos feminismos midiáticos) “são espaços de abertura em potencial para, e conexões com, uma prática feminista mobilizadora” (BANET-WEISER, 2018, posição 84). Para Banet-Weiser (2012), ainda que, na cultura dominante, a crítica ou a subversão sejam frequentemente cooptadas e deslocadas, sua articulação permanece um desafio ao poder.

Assim, para Banet-Weiser (BANET-WEISER; GILL; ROTTENBERG, 2019), ainda que grande parte dos feminismos altamente visíveis se conformem à heteronormatividade, à universalidade da branquitude, às formações econômicas dominantes e a uma trajetória capitalista de sucesso, eles abrem espaço para ouvirmos mensagens feministas silenciadas por muito tempo e para imaginarmos um conjunto diferente de normas de gênero e diferença sexual. É isso que permite que pensemos os feminismos midiáticos como um elemento a mais de instabilidade no processo de reiteração das normas de gênero — no modo como é concebido por Butler (2018a; 2018b) — potencialmente contribuindo para instalar

lacunas e fissuras que possibilitem caminhar na direção do objetivo político de afrouxar o domínio coercitivo das normas de gênero, para que nossas vidas se tornem mais vivíveis.

Pode-se pensar o potencial das políticas de representação dos feminismos midiáticos a partir de uma extrapolação da formulação que Butler (2018a) sobre o significado de corpos precários que se reúnem no espaço público, em “assembleia”, insistindo em aparecer exatamente onde e quando são apagados. Ao expandir suas observações sobre a performatividade de gênero para pensar as normas do que é considerado humano e a condição de precariedade imposta pelo neoliberalismo tanto a minorias sexuais quanto a outras populações, a autora coloca a questão do reconhecimento e da regulação do campo da aparência (ou da visibilidade, para usar um termo mais afim aos feminismos midiáticos) como fundamental para se ampliar os limites das vidas vivíveis. Para ela, quando esses corpos precários performam o direito de aparecer, eles rompem e abrem a esfera da aparência de novas maneiras — sem necessariamente usar palavras, esses corpos, por sua simples presença, afirmam sua existência e sua resistência, reivindicando uma vida mais vivível.

A formulação de Butler, pensada no contexto de movimentos como o Occupy e o Black Lives Matter, coloca a exigência da corporeidade, da presença dos corpos no espaço público, para essa nova forma de política. No entanto, argumento que é possível extrapolá-la para pensar a presença dos corpos na cultura midiática, também capaz de criar um senso de comunidades por meio da circulação de representações. Nesse sentido, o fato de a cultura midiática ser ocupada por novas representações e discursos de gênero que se afastam da rigidez das normas pode ser encarado como uma reivindicação de afrouxamento dessas normas e de afirmação de outros tipos de existências. Tal extrapolação oferece uma perspectiva alternativa para pensar a questão da dinâmica da subjetividade contemporânea — o ser visto como condição para a existência —, que poderia ser tomada como uma instância de agenciamento e resistência. Para empregar os termos de Butler (2018a), a subjetividade feminista

constituída pelas políticas de representação dos feminismos midiáticos demonstra outros modos de viver a feminilidade, abrindo “[...] a possibilidade de reconstruir a realidade de gênero de acordo com novas orientações” (BUTLER, 2018a, posição 565-566), o que poderia contribuir para que tanto as minorias sexuais e de gênero quanto os corpos que pagam um alto custo para se conformar bem às normas pudessem viver vidas mais vivíveis.

Aqui, a concepção de empoderamento mobilizada pelas mulheres negras estadunidenses, no modo como descrita por Patricia Hill Collins (2019), oferece uma perspectiva interessante para pensar a articulação entre empoderamento individual e coletivo. Para Collins (2019), a transformação da consciência no nível individual — relacionada à busca por autodefinição (poder de nomear a própria realidade) e autodeterminação (possibilitada pela construção de amor-próprio e autoestima) — encoraja as mulheres a quererem mudar suas condições de vida, e a formação de uma massa crítica de mulheres com a consciência transformada pode promover o empoderamento coletivo. Assim, ainda que as políticas de representação dos feminismos midiáticos não garantam que as normas de gênero sejam colocadas em crise, crise que ainda pode ser reacomodada ou incompleta, a expansão de discursos feministas por meio dos feminismos midiáticos pode elevar as chances de que ela ocorra, sobretudo no nível micropolítico das resistências cotidianas. Ao elevar as probabilidades de que mulheres transformem suas consciências, com efeitos no nível da subjetividade e da autorrepresentação, os feminismos midiáticos ampliam as possibilidades de conscientização coletiva sobre nossa cumplicidade com a ideologia neoliberal e com o heterossexismo.

REFERÊNCIAS

- BANET-WEISER, Sarah. **Authentic TM**: the politics of ambivalence in a brand culture. Nova York e Londres: New York University Press, 2012.
- _____. Am I Pretty or ugly? Girls and the market for self-esteem. **Girlhood Studies**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 83-101, 2014.

_____. Keynote address: media, markets, gender: economies of visibility in a neoliberal moment. **The Communication Review**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 53-70, 2015.

_____. **Empowered**: popular feminism and popular misogyny. Durham e Londres: Duke University Press, 2018. *E-book*.

BANET-WEISER, Sarah; GILL, Rosalind; ROTTENBERG, Catherine. Postfeminism, popular feminism and neoliberal feminism? Sarah Banet-Weiser, Rosalind Gill and Catherine Rottenberg in conversation. **Feminist Theory**, [S.l.], v. 0, n. 0, p. 1-22, 2019.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRENNER, Johanna; FRASER, Nancy. What is progressive neoliberalism? A debate. **Dissent**, [S.l.], v. 64, n. 2, p. 130-140, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a. *E-book*.

_____. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Caderno de Leituras**, Belo Horizonte, n. 78, 2018b.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. Da amizade como modo de vida. **Gai Pied**, [S.l.], n. 25, p. 38-39, 1981.

_____. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. Tecnologias de si, 1982. **verve**, São Paulo, n. 6, p. 321-360, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/5017/3559>. Acesso em: 28 out. 2019.

- _____. O sujeito e o poder. *In: Ditos & escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade.* Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 118-140.
- FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007.
- _____. Feminism's two legacies: a tale of ambivalence. **South Atlantic Quarterly**, [S.l.], v. 114, n. 4, p. 699-712, 2015.
- _____. Do neoliberalismo progressista a Trump - e além. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.
- GILL, Rosalind. **Gender and the media.** Cambridge: Polity, 2007. *E-book.*
- _____. Post-postfeminism?: New feminist visibilities in postfeminist times. **Feminist Media Studies**, [S.l.], v. 16, n. 4, p. 610-630, 2016.
- GILL, Rosalind; ORGAD, Shani. The Confidence Cult(ure). **Australian Feminist Studies**, [S.l.], v. 30, n. 86, p. 324-344, 2015.
- GRAY, Herman. Subject(ed) to Recognition. **American Quarterly**, [S.l.], v. 65, n. 4, p. 771-798, 2013.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. *In: SOVIK, Liv (Org.). Da diáspora: identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte e Brasília: Editora UFMG; Representação da Unesco no Brasil, 2003. p. 247-264.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Bauru: EDUSC, 2001.
- _____. **Media spectacle.** Londres e Nova York: Routledge, 2003.
- REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais.** São Carlos: Claraluz, 2005.
- ROTTENBERG, Catherine. **The Rise of Neoliberal Feminism.** Nova York: Oxford University Press, 2018.
- WILLIAMS, Raymond. **Keywords: a vocabulary of culture and society.** Nova York: Oxford University Press, 1983.

SOBRE AS PESSOAS AUTORAS

Agnes Oliveira Costa

Mestranda pelo departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). E-mail: agnes.oliveira.costa1@gmail.com.

Anderson Luiz Melo

Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pelo CEUNSP-Salto, especialista em Teorias e Práticas e Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Mestrando do PPGCOM ECA-USP. E-mail: andersonluizmelo@usp.br. Orcid: orcid.org/0000-0003-3614-5976.

Carolina de Souza

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista de doutorado da FAPESP (processo número 2020/09464-3). E-mail: carolina2.souza@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9333-7486>.

Diane Boda

Mestranda no Programa de Mudança Social e Participação Política EACH-USP. E-mail: dianebody@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7894-187X>.

Guilherme Grané Diniz

Professor na Escola Paulista de Direito e doutorando em Filosofia na Universidade de São Paulo, e-mail guilherme.diniz@usp.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9324-0083>.

Julia Spohr Reinhardt

Pós-graduando em Cultura Material e Consumo: Perspectivas Semiopsicanalíticas pela ECA/USP. E-mail: spohj280@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7123-5419>.

Kael Vitorelo

Mestrado em Comunicação e Semiótica. Email: vitorelo.art@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2159-0770>.

Leticia Carolina Boffi

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista de mestrado da CAPES (processo número 88887.600239/2021-00). E-mail: leticiahoffi@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9198-8963>.

Manoel Antônio dos Santos

Professor Titular do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 1A. E-mail: masantos@ffclrp.usp.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8214-7767>

Natalia Engler

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da ECA-USP, bolsista CNPq. E-mail: nataliapru@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5538-2139>.

SOBRE AS PESSOAS ORGANIZADORAS

Carolina Klautau

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Integrante do grupo de pesquisa "Epistemologia do Diálogo Social". Bolsista do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL) do Memorial da América Latina (2021). Mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Contemporaneidade da Faculdade Cásper Líbero. Especialista em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela mesma Faculdade. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará. Docente do curso de Jornalismo na Universidade Anhembi-Morumbi. E-mail: carolina.klautau@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1888-6092>

Cyndel Nunes Augusto

Mestra na área Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Graduada em Pedagogia na Faculdade de Educação da USP. Participou de um grupo de extensão intitulado *Educa*, com reflexões e atuação prática na esfera educacional quilombola de 2013 à 2017, e atua como pedagoga desde 2013. Desenvolveu iniciação científica na área de gênero e sexualidade nas políticas públicas de educação, por dois anos, com bolsa CNPq e FEUSP. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Física escolar da FEUSP (GPEF-FEUSP). Membro do Clube Literatura e Diversidade, projeto de pesquisa e extensão da FEUSP. E-mail: cyndel.augusto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4824-6718>.

Fernanda Salgueiro

Doutoranda em Filosofia (FFLCH-USP) e monitora do Programa de Leitura e Escrita Acadêmica - PLEA (FFLCH-USP). Graduada em Direito (PUC-SP), graduada e licenciada em Filosofia (FFLCH-USP e FE-USP), mestra em História Social (FFLCH-USP). Integrante dos grupos de estudos *Res Publica* (USP e Unifesp) e *Matrizes do Republicanismo* (USP), bem como do Grupo de Pesquisa em Estudos Curriculares e Ensino - GPECE (IFSP-CNPq). Docente de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio há dez anos. E-mail: fernanda.salgueiro@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1652-4354>.

João Bernardo Caldeira

Doutorando em Artes Cênicas pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), é diretor, autor, produtor e professor teatral, além de jornalista cultural. Mestre em Artes da Cena, graduado em Comunicação e Direção Teatral, pela Escola de Comunicação da UFRJ (ECO-

UFRJ). Especialização em Gestão e Políticas Culturais pelo Itaú Cultural/Universidade de Girona. Como integrante do Coletivo Cosmogônico, assinou direção e dramaturgia de peças como "Avenida Central" e "Eu Quem Eu Somos". Como jornalista cultural, é colaborador do jornal Valor Econômico, desde 2008. E-mail: joaobernardo@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6737-3096>

Júlio César Suzuki

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992), em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2004) e em Química pelo Instituto Federal de São Paulo (2021), com mestrado (1997), doutorado (2002) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Atualmente, é Professor Associado do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. E-mail: jcsuzuki@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>.

Matheus Campanello

Graduando em Filosofia pela FFLCH-USP. Membro do Grupo de Estudos sobre Política e Subjetividades, do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, que tem como objetivo realizar a leitura e discussão de textos de filosofia que possibilitam conectar os *vazios, as falhas, as ambiguidades e as subjetividades* para suspendê-las na evidência. Cativado pela Filosofia Política, Matheus também é pesquisador da ação política e atravessado pela vontade-da-possibilidade-de-compreensão da liberdade. Desenvolve iniciação científica na área da filosofia política, a partir do conceito de ação na obra de Hannah Arendt. E-mail: matheuscampanello@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7078-7652>.

Newton Branda

Doutorando em Filosofia pela FFLCH-USP, mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (2010), possui especialização em Educação pela PUC-SP (2018), cinco pós-graduações em Filosofia pela FFLCH-USP (2019/2020), pós-graduação em Redes Sociais pela ECA-USP (2019) e é bacharel em Comunicação Social / Jornalismo pela PUC-SP (1988). Membro do Grupo de Pesquisa NÓS, do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, que realiza leitura periódica de textos fundamentais sobre os feminismos, além de organizar eventos com essa temática. Membro do Grupo de Pesquisa Espinosanos, do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, que realiza leitura periódica de textos fundamentais sobre filosofia moderna e

contemporânea. De 2009 a 2016, foi Gerente de Comunicação na área de Cultura Organizacional e na área de Comunicação Institucional da Natura. Em 2005, na DBM do Brasil, atuou como Ombudsman, Consultor e Diretor da área de Inteligência de Mercado. Foi editor das revistas *Vogue*, *A/Z*, *Gula*, *Vacances*, *Visão*, *Casa Vogue*, *Casa & Jardim* e *Forbes*. É professor de Produção Textual no cursinho popular Projeto Raiz desde 2016. E-mail: branda@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1804-5496>.

Renata Biagioni Wroblewski

Cursando doutorado (atual) em Filosofia pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Membro do Grupo de Pesquisa NÓS, do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP. Possui graduação em Educação Artística pela Fundação Armando Álvares Penteado (2008) e em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Professora, com formação em Pedagogia pela Uninove (2020), é especialista em Linguagens da Arte (2009). É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, linha de pesquisa história, crítica e teoria de Arte, da Universidade de São Paulo (2013), onde atua como produtora audiovisual, além de curadoria e tradução. E-mail: renbiawro@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5698-0915>

Tessa Moura Lacerda

Tessa Moura Lacerda é professora de Filosofia na Universidade de São Paulo- USP, especialista em Filosofia Moderna, mas estudiosa também de outros temas, como a relação entre história, memória e testemunho (relacionada particularmente com a ditadura civil-militar brasileira de 1964-85); e as questões de gênero pensadas de um ponto de vista filosófico (feminismos, Transfeminismo, teoria queer). É autora de *A política da metafísica. Teoria e prática em Leibniz* (Humanitas, 2004), *As paixões* (Martins Fontes, 2013), além de inúmeros artigos principalmente sobre Filosofia Moderna e sobre os feminismos e sua relação com a proposta de reescritura do cânone filosófico. Editora da revista *Cadernos espinosanos. Estudos sobre o Pensamento do Século XVII*, da USP. Coordenadora do grupo NÓS - Grupo de estudos sobre feminismos da USP. É membro da Comissão de Defesa de Direitos Humanos da FFLCH-USP (comissão que atualmente preside). E-mail: tessalacerda@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4465-9371>.

Agnes de Oliveira Costa

Raça, gênero e trabalho: notas sobre a tríade fetichista da modernidade

Anderson Luiz Melo

O corpo travesti no espaço escolar, reflexões a partir da personagem Natasha na série Segunda Chamada

Carolina de Souza e Manoel Antônio dos Santos

Saúde de mulheres lésbicas e sua relação com os serviços: perfil da produção acadêmica brasileira

Diane Boda

Quantas vezes fui interrompida

Guilherme Grané Diniz

Sade *queer*? Aproximações entre o pensamento do Marquês de Sade e a teoria *queer*

Ju Spohr Reinhardt

Perspectivas sobre gênero por meio de antagonismos: Camille Paglia e Paul Preciado

Kael Vitorelo

Lacunas não-binárias em espaços feministas

Leticia Carolina Boffi e Manoel Antônio dos Santos

Políticas públicas e as fissuras do sistema único de saúde no atendimento à população transexual

Leticia Carolina Boffi, Carolina de Souza e Manoel Antônio dos Santos

Políticas públicas nacionais voltadas à população LGBTQIA+ e a inclusão das pessoas trans na rede de atenção em saúde

Natalia Engler

Feminismos midiáticos como tecnologias de gênero: novas subjetividades feministas contemporâneas